

# JORNALISMO, CIDADANIAS E DEMOCRACIAS SUSTENTÁVEIS NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

CONGRESSO, 2 A 4 DE MARÇO DE 2022

// SESSÕES PARALELAS



JORNALISMO, CIDADANIA E  
DEMOCRACIAS SUSTENTÁVEIS NOS  
PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA  
CONGRESSO, 2 A 4 DE MARÇO DE 2022  
// SESSÕES PARALELAS

UMA INICIATIVA

acep 2



ASSOCIADA  
CENTRO DE ESTUDOS  
DE COMUNICAÇÃO  
E SOCIEDADE DA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



CECS  
centro de estudos  
de comunicação  
e sociedade

APOIO



CAMÕES  
INSTITUTO  
DA COOPERAÇÃO  
E DA LÍNGUA  
PORTUGAL  
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

ASSOCIADA



1290  
FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA

## TÍTULO

Journalismo, Cidadania e Democracias Sustentáveis  
nos Países de Língua Portuguesa  
- Congresso, 2 a 4 de Março de 2022  
Sessões paralelas

## COORDENAÇÃO

ACEP/CEIS20/CECS

## ORGANIZADORES

Carlos Camponez, CEIS20/UCoimbra  
Madalena Oliveira, CECS/UMinho  
Fátima Proença, ACEP  
Ana Filipa Oliveira, ACEP

## PAGINAÇÃO

Julie Peigné /ACEP

## CAPA E CRIAÇÃO GRÁFICA

Ana Grave

## FORMATO

eBook

## DATA

Junho 2022

## ISBN

978-989-8625-29-8

*Esta publicação foi elaborada com o apoio do Camões - Instituto da  
Cooperação e da Língua. O conteúdo do mesmo é da responsabili-  
dade exclusiva da organização promotora e em nenhum caso pode  
considerar-se como reflectindo o ponto de vista do financiador.*

# ÍNDICE

5 /	INTRODUÇÃO	69 /	PARTE 3 <b>INTERVENÇÃO E COMUNIDADE</b>
7 /	PARTE 1 <b>JORNALISMO, INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL</b>	70 /	WHATSAPP E ATIVISMO: UM GRUPO DE MULHERES FAZENDO GESTÃO SOCIAL NUMA FAVELA <i>Esther O. Bayerl</i>
8 /	REFLETIR O JORNALISMO PORTUGUÊS PERANTE AS NOVAS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE <i>Bruno Frutuoso Costa</i>	81 /	COMO OS “DESCONECTADOS” SE COMUNICAM: COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL <i>Paulo Victor Melo</i>
20 /	DESERTOS DE NOTÍCIAS EM PORTUGAL E NO BRASIL: NOTAS CONTRA A SUBNOTIFICAÇÃO DE LOCAIS SEM JORNALISMO PRÓPRIO <i>Carlos Jael Silva</i>	90 /	“CULTIVAR A TERRA PARA PERTENCER À TERRA”: REFLEXÕES EMERGENTES ENTRE A ESCRITA JORNALÍSTICA E A VIDA PÚBLICA DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL <i>Patrícia Ferreira e Sara Dias Oliveira</i>
33 /	PARTE 2 <b>EDUCAÇÃO, LITERACIA E DIREITOS HUMANOS</b>	101 /	PARTE 4 <b>PRÁTICAS COMUNICACIONAIS E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES</b>
34 /	JORNALISMO, E-SPHERE E LITERACIA MEDIÁTICA: O IMPERATIVO DA VERIFICAÇÃO DE FACTOS NA ERA GLOBAL E DIGITAL <i>Paulo M. Barroso</i>	102 /	BRASIL MOOD: O DIVINO & MARAVILHOSO <i>Amina Bawa, Lúcia Alves de Carvalho e Raquel Mota</i>
46 /	DIREITOS HUMANOS EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA UMA APRENDIZAGEM CIDADÃ <i>Bárbara Natália Lages Lobo</i>	114 /	NECROPOLÍTICA DOS LAZARENTOS: A DRAMATURGIA DO TELEJORNALISMO NA COBERTURA DE UMA “CAÇADA” <i>Evandro Medeiros Laia, Breno Motta, Gabriel Bhering e Gustavo Luiz Ribeiro</i>
57 /	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: NARRATIVAS DE INVISIBILIDADE <i>Brenda Fernandes, Carla Cerqueira e Emília Araújo</i>	126 /	MEDIA E EDUCAÇÃO: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE <i>Jane Mutsuque, Marlene Jamal e Moisés de Lemos Martins</i>

COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO

Ana Filipa Oliveira (ACEP)

Carlos Camponez (Ceis20/Universidade de Coimbra)

Fátima Proença (ACEP)

João Miranda (Ceis20/Universidade de Coimbra)

Madalena Oliveira (CECS/Universidade do Minho)

Maria Morais (ACEP)

COMISSÃO CIENTÍFICA DO CONGRESSO

Ana Filipa Oliveira / ACEP

Carlos Camponez / Universidade de Coimbra

Clara Almeida Santos / Universidade de Coimbra

Fátima Proença / ACEP

Luís António Santos / Universidade do Minho

João Miranda / Universidade de Coimbra

Madalena Oliveira / Universidade do Minho

Miguel Midões / Universidade de Coimbra

Rosa Cabecinhas / Universidade do Minho

# INTRODUÇÃO

À semelhança de outro tipo de obras coletivas, este *ebook* reflete as heterogeneidades próprias do que deve ser qualquer espaço de debate e partilha de conhecimento. Compõem-no diferentes estilos e registos (uns mais científicos do que outros), temáticas diversas (umas mais conformes ao evento que lhe deu origem, outras eventualmente mais periféricas) e pontos de vista díspares (uns mais reflexivos, outros mais descritivos). *Jornalismo, intervenção e cidadania* é, sobretudo, uma coletânea de textos que têm origem em projetos, pesquisas e trabalhos de investigadores, jornalistas e cidadãos empenhados em diferentes campos de intervenção social e que aqui partilham resultados e experiências.

Nesse sentido, trata-se de um espaço intersticial de discursos provenientes de áreas distintas como o jornalismo, a intervenção cívica e a academia de ciências sociais. Este objetivo de promover um diálogo sobre o papel da comunicação jornalística e dos média na promoção de movimentos democráticos esteve na base do projeto pensado para esta publicação, que reúne contributos resultantes das comunicações apresentadas nas sessões paralelas do Congresso sobre *Jornalismo, Cidadania e Democracias Sustentáveis nos Países de Língua Portuguesa*, organizado em Coimbra nos dias 2, 3 e 4 de março de 2022. Com a iniciativa, pretendeu-se juntar, num mesmo debate, Organizações Não Governamentais, investigadores e académicos, jornalistas e pessoas, a vários títulos, empenhados na democracia, na cidadania e no jornalismo.

Este *ebook* é a segunda publicação editada pela ACEP sobre o Congresso, onde estiveram reunidos conferencistas convidados e representantes de todos os países de língua portuguesa. Apenas não se concretizou a participação de Timor Leste devido à distância geográfica e às diferenças do fuso horário, que nem as tecnologias conseguiram superar.

Se na primeira publicação sobre o Congresso reunimos os textos referentes às comunicações dos conferencistas convidados, nesta edição damos conta das propostas de comunicação apresentadas nas sessões paralelas. Os manuscritos foram ordenados seguindo, ainda que de forma não explícita, quatro grupos temáticos. O primeiro grupo reúne dois textos mais diretamente relacionados com a temática do jornalismo e da informação como elemento importante para a construção de formas de participação social nas sociedades democráticas. A educação, a literacia mediática, bem como a aprendizagem sobre os direitos fundamentais e os direitos humanos são objeto dos três trabalhos seguintes, que enfatizam a dimensão educativa como um elemento fundamental do empoderamento social. Sucedem-se três outros textos que relatam experiências sobre a forma como as comunidades se organizam para fazer face às suas dificuldades, em domínios de pobreza, de clandestinidade, de insegurança alimentar e de insegurança sanitária. O livro termina com dois textos que nos chamam a atenção para a importância dos processos e das práticas comunicacionais na construção cultural e identitária. Com efeito, mais do que jornalismo, mais do que redes sociais, mais do que educação ou literacia, daquilo de que falamos é da construção e do revigoramento de processos comunicativos que permitam diálogos sociais, capazes de fazer com que as pessoas se sintam participantes em projetos comuns de emancipação coletiva.

Os textos que aqui damos a conhecer têm, todos eles, uma marca de água que os identifica e os une: são reflexões, projetos, estudos que, exprimindo a tentativa de cruzar a participação cívica, o jornalismo e as ciências sociais, pretendem contribuir para uma ecologia do olhar sobre o mundo contemporâneo, muitas vezes dominado pela nevrose da “atualidade”, quer nas redações quer nos gabinetes de pesquisa social, tantas vezes indiferente às sociabilidades do tempo lento.

*Parte 1*

# JORNALISMO, INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

# REFLETIR O JORNALISMO PORTUGUÊS PERANTE AS NOVAS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE

Bruno Frutuoso Costa, *Universidade de Coimbra (Portugal)*

## ***Resumo***

Os mercados jornalísticos, reestruturados em função de novas lógicas comerciais e concorrenciais, formas de consumo noticioso, e relacionamento entre jornalistas e audiências, confrontam-se com novos desafios éticos e deontológicos. A inexperiência dos *media* sobre os posicionamentos a adotar em relação às práticas populistas e extremistas tem permitido que estes movimentos sejam presença assídua no ecossistema mediático. Paralelamente, as liberdades de expressão e de imprensa têm sido frequentemente vulnerabilizadas em países que apresentam elevados índices democráticos com o crescimento da violência, em forma de discurso de ódio, insultos, ofensas, perseguição, ameaças e assédio. Importa, neste contexto, repensar o rumo atual da democracia portuguesa e o papel dos *media* no futuro. É esse o objetivo deste texto que procura debater a necessidade de renovar a credibilidade jornalística, com vista à informação de qualidade como condição fundamental para combater situações de vulnerabilidade social, económica e política.

## ***Palavras-chave***

jornalismo, democracia, vulnerabilidade, desenvolvimento, participação

## INTRODUÇÃO

Pela primeira vez na história, diversos elementos são conjugados com o propósito de estimular a maioria dos sentidos humanos num único meio de comunicação. Esta abundância característica da era revolucionária da comunicação, centrada no ambiente comunicacional digital (Castells, 2009), tem permeado a modificação dos alicerces sociais, culturais, económicos e políticos das sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento (Amaral, 2016). Como tal, os mercados jornalísticos, reestruturados em função de novas lógicas comerciais e concorrenciais (Bruns, 2014), formas de consumo noticioso (Boczkowski, 2010), e relacionamento entre jornalistas e audiências (Domingo et al., 2008), confrontam-se com novos desafios éticos e deontológicos (Keane, 2013).

A crise epistémica anunciada a partir de 2018, em diversas sociedades democráticas ocidentais, começara a demonstrar como a galvanização de ódios, desinformação, populismos da nova direita radical, negacionismos, e extremismos se alicerçava nas mesmas potencialidades das plataformas digitais, colocando as organizações mediáticas, constantemente, na órbita da crítica, da retórica anti-jornalismo, e do descrédito (Benkler et al., 2018). Neste panorama, a inexperiência dos *media* sobre os posicionamentos a adotar em relação às práticas populistas e extremistas da nova direita radical tem colocado em causa a sua responsabilidade cívica, social e política (Gaston & Harrison-Evans, 2018), enquanto promotores de um espaço público “de troca de argumentos contraditórios e de legitimação das principais instituições sociais”, e de um ecossistema informativo “como um modo de compreensão e análise racional” (Cornu, 1994, p. 430).

Paralelamente, as liberdades de imprensa e de expressão têm sido frequentemente vulnerabilizadas, inclusive em países que apresentam elevados índices democráticos, registando-se um crescimento exponencial da violência na forma de discursos de ódio, insultos, ofensas, perseguições, ameaças e assédios (Waisbord, 2020). Em Portugal, a incivilidade presente nos espaços participativos acolhidos pelos *media* incorporou novas condutas violentas contra jornalistas. Assente em práticas híbridas, a violência tem procurado amplificar o clima

de crispação, intimidação e coação, bem como desacreditar e silenciar os profissionais, com maior intensidade a partir do momento em que um partido de extrema-direita passa a ter assento no panorama parlamentar (Costa, 2021b).

Com esta linha de orientação, este texto apresenta uma reflexão teórica a partir dos contributos científicos mais recentes sobre os novos desafios jornalísticos, com o intuito de analisar a segurança dos jornalistas, o desenvolvimento democrático e a renovação da credibilidade jornalística em Portugal.

### **PORTUGAL ENQUANTO EXCEÇÃO AO ÓDIO**

Nos finais de 2016, instalou-se um ambiente atípico de pós-eleições presidenciais norte-americanas. Emergiram histórias, conteúdos jornalísticos, e investigações académicas que davam conta da forma como os eleitores, maioritariamente de Donald Trump, foram moldados pela credibilidade que estes atribuíam a rumores e a desinformação em circulação nos diferentes espaços públicos digitais e no ecossistema mediático americano. Fontes dissimularam a sua identidade ou filiação, para convocar a mobilização de emoções na arena política (ver importância das emoções em política em Costa, 2021d). À vista disso, a proeminência e o desempenho da desinformação, produzida por *websites* de *clickbait* político com localização em *offshores*, adquiriram vantagem face ao jornalismo independente e idóneo (Benkler et al., 2018).

As eleições presidenciais americanas e brasileiras, ganhas por Donald Trump e Jair Bolsonaro, respetivamente, a saída do Reino Unido da União Europeia e a ascensão de partidos de extrema-direita, em países como França, Hungria, Áustria e Suécia, começaram a ser vistos, no ano de 2018, como marcos de uma crise epistémica, cuja capacidade mobilizadora representa uma ameaça direta às sociedades democráticas contemporâneas (Benkler et al., 2018). Assumindo como ponto de partida campanhas de desinformação, manipulação de factos e descrédito amplamente difundidos através das plataformas digitais, a proliferação e o incitamento de ódios têm sido instigados em prol da polarização política (Fuller, 2018).

Ao longo das últimas décadas, as democracias ocidentais têm sido áreas

geográficas propensas ao crescimento e sucesso de movimentos da nova direita radical devido à incapacidade dos partidos políticos tradicionais de responder a questões relacionadas com a globalização económica e cultural, direção de políticas europeias, imigração, decadência ideológica de classes, e corrupção elitista. Estes movimentos procuram reificar visões dicotómicas da sociedade, de povo contra elites, suas corrupções e políticas públicas inclusivas pro-imigracionistas, promovendo uma adesão instigada pelo descontentamento (Albertazzi & McDonnell, 2008).

Na presença deste clima de polarização política e de uma era de pós-verdade, os líderes partidários destes movimentos albergam principalmente discursos anti-elites e anti-imigração, feitos contra os partidos atuais, e mensagens de que a corrupção é generalizada, colocando os *media* na órbita dessa mesma crítica. Nos EUA, Donald Trump começou a utilizar o termo *fake news* para denominar todos os conteúdos jornalísticos que desconstruíam os seus discursos e ações. Não obstante, a estratégia no presente meta-argumento, de questionar os órgãos de comunicação liberais sobre a distinção entre o que é verdade e falso, permitiu que temas que nunca teriam oportunidade de terem presença nos principais *media* americanos circulassem e se reproduzissem (Fuller, 2018).

Os noticiários americanos começaram a ser preenchidos pela ressonância e verificação de factos de *tweets* e declarações de Trump, permitindo que este ganhasse legitimidade e autoridade na busca do poder (Fuller, 2018). Esta realidade deve-se ao facto de estes atores partilharem afinidades naturais com determinados critérios de noticiabilidade (conflito, dinamismo, personalidades mobilizadoras, entre outros), tornando-os presenças assíduas no ecossistema informativo. Na incerteza de como conseguir equilíbrios entre a representação de perspectivas legítimas e fora da corrente política tradicional, os *media* são acusados de estarem ao serviço dos poderes do *status quo* e dos interesses das elites.

A falta de preparação dos jornalistas para noticiar estes movimentos tem anulado a instância crítica do jornalismo, minando a sua função enquanto quarto poder e os índices de confiança das audiências (Gaston & Harrison-Evans, 2018). Durante muito tempo, considerou-se que Portugal, pela sua

memória recente da ditadura, pudesse estar arredado de eventuais tentações da nova direita radical. Contudo, em 2019, a extrema-direita portuguesa passou a ter assento no panorama parlamentar, com o partido Chega, e os jornalistas portugueses sentiram as mesmas dificuldades na definição de uma cobertura jornalística adequada à sua representatividade e narrativas. No mesmo período temporal, o acesso à informação da Administração Pública foi dificultado, e quase vedado, com o novo Regulamento Geral da Proteção de Dados, sendo o espaço público digital alvo de tentativas de heterorregulação materializadas através de legislação.

### **JORNALISMO PORTUGUÊS INTIMADO PELA VIOLÊNCIA**

As plataformas digitais incorporaram práticas antigas e passaram a permitir desenvolver novas formas de violência, principalmente sobre o género feminino (Amaral & Simões, 2021; Costa, 2020). O crescimento mundial do fenómeno da violência contra jornalistas tem ameaçado as liberdades de expressão e de imprensa e contribuído para debilitar o espaço público, uma vez que consegue condicionar, disciplinar e silenciar jornalistas (Waisbord, 2020). Ainda assim, sempre foi do domínio público o conhecimento sobre os entornos da tradição de hostilização que acompanha o exercício da atividade jornalística antes da introdução das novas possibilidades tecnológicas.

Estudos recentes demonstram como as mulheres jornalistas, as mais jovens e aquelas que têm maior visibilidade são mais suscetíveis de se tornarem alvos da violência presencial e digital (Chen et al., 2020; Lewis et al., 2020). Nesse seguimento, as principais consequências dizem respeito ao desprezo e desvalorização das audiências, normalização da violência, limitação da participação no espaço público e autocensura jornalística.

Em 2020, Portugal ocupava a décima posição do *ranking* da liberdade de imprensa e assumia-se como um dos únicos dois Estados-Membros da União Europeia sem qualquer tipo de denúncia de abusos praticados contra jornalistas portugueses no exercício da sua atividade. (RSF, 2021). No ano seguinte, foi desenvolvida a primeira investigação científica em Portugal com o intuito

de explorar, através de 31 entrevistas semiestruturadas em profundidade com mulheres jornalistas dos principais meios de comunicação social generalistas (imprensa, televisão, digital e agências de notícias), a natureza, frequência, meios de suporte, e impactos pessoais e jornalísticos das violências presenciais e digitais, bem como as medidas adotadas dentro e fora das redações jornalísticas (Costa, 2021b).

Nessa investigação (Costa, 2021b) assinalava-se que ambas as violências assumem contornos expressivos em Portugal, com a evolução dos meios utilizados para práticas violentas contra jornalistas a acompanhar a democratização dos *media* sociais. Todas as entrevistadas experienciaram alguma forma de agressão ou estiveram na presença de ambientes hostis, destacando-se duas tentativas de homicídio contra cinco tentativas de agressões físicas.

As várias condutas violentas têm nos temas jornalísticos, nos ângulos noticiosos, nas fontes e na participação das jornalistas no espaço público o ponto de partida (Costa, 2021a, 2021b, 2021c). A atuação de indivíduos e grupos organizados, predominantemente do sexo masculino, adquire maior regularidade e intensidade no ambiente digital, permitindo amplificar acontecimentos ocorridos no espaço público físico (protestos, manifestações da extrema-direita e de movimentos negacionistas, campanhas eleitorais, entre outros).

Quando as profissionais se encontram num clima de acentuada e repetida crispação, coação e medo, surgem as consequências mais flagrantes para o campo jornalístico: a autocensura e a indisponibilidade para determinados temas e secções jornalísticas. Em termos organizacionais, prevalece a normalização de uma cultura de não-resposta às agressões, impulsionada por colegas, editores e diretores que criam uma espécie de espiral de silêncio (Costa, 2022).

### **PROTEGER, REPENSAR E RENOVAR A ATIVIDADE JORNALÍSTICA: PARTINDO DE CONTRIBUTOS INTERNACIONAIS**

Considerando o facto de apenas dois jornalistas terem sido mortos durante todo o período da Primeira Guerra Mundial, a situação atual é consideravelmente diferente, tanto no número de jornalistas mortos como na forma

e intensidade como a violência é exercida individualmente e coletivamente, em pouco mais de cem anos. Se, em média, a cada cinco dias um jornalista é morto por trazer informação a público (Orgeret & Tayeebwa, 2020, p. 1), por outro, a maioria dos atos intimidatórios e violentos contra jornalistas não produz consequências legais para os perpetradores (Harrison et al., 2020).

A comunidade internacional, sobretudo a ONU, tem reconhecido a prática segura do jornalismo como um pré-requisito para um desenvolvimento sustentável e centrado nos direitos humanos. Com essa orientação, o indicador 16.10.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi criado para estabelecer uma agenda e fornecer um quadro universalmente legitimado de monitorização global da violência contra jornalistas, com maior ênfase na diversidade da violência física (homicídios, sequestros, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias, torturas, entre outras). Assume, portanto, dois objetivos nucleares que assentam no impedimento de agressões às funções comunicativas do jornalismo e no garante do acesso público à informação (Harrison et al., 2020).

Portanto, à luz deste indicador específico acordado pela ONU como parte dos ODS, no âmbito da Agenda de Desenvolvimento Sustentável para 2030, incorporou-se a segurança de jornalistas como uma referência do “acesso público à informação e às liberdades fundamentais” e uma aspiração de desenvolvimento (Berger, 2020, p. 78). Com um potencial catalisador e um impacto real na segurança de jornalistas, perspectiva-se que este desenvolvimento estimule uma maior produção científica qualitativa, quantitativa, comparativa e em confronto com disposições anteriores. Mas, para que existam mudanças efetivas no que concerne à segurança, um dos principais desafios prende-se com a importância e a seriedade com que cada Estado de Direito assume a monitorização interna dos crimes cometidos contra jornalistas (Berger, 2020).

Com o objetivo de evitar a compreensão fragmentada deste fenómeno, é aconselhado estimular a sensibilização, o desenvolvimento de capacidades, conceber mecanismos que assegurem a proteção eficaz de jornalistas (ações penais contra os perpetradores) e análises aprofundadas às causas e conse-

quências da violência offline e online ao longo do tempo. Sublinha-se que se deve tomar “uma orientação sensível ao género, em resposta a questões distintas relacionadas com a segurança de mulheres jornalistas que são sujeitas a ataques duplos – não apenas como jornalistas, mas como mulheres que fazem jornalismo” (Berger, 2020, p. 78).

Internacionalmente, existem já alguns cursos e manuais de formação em segurança concebidos para fornecer aos jornalistas orientações de avaliação e mitigação dos riscos associados ao exercício da atividade jornalística. Atentam às variações contextuais, porém não abordam, de forma semelhante, como as questões de género e outras características pessoais têm maior pendore à violência, dado que se focam predominantemente em questões do contexto físico. Por outro lado, não possuem a pretensão de mudar a atuação de estruturas societárias ou das instituições sociais a longo-termo (Høiby & Garrido, 2020, p. 69).

Considera-se que a formação prática de jornalistas e dos estudantes de jornalismo deve ser promovida, com alguma regularidade, pelos órgãos de comunicação social e implementada enquanto unidade curricular no ensino superior português. “Como não é possível apresentar uma lista de ameaças exaustiva e completa, porque elas modificam-se e adaptam-se às realidades sociais” (Høiby & Garrido, 2020, p. 70), estas ações educativas necessitam de estar em constante atualização, num desenvolvimento contínuo entre jornalistas e académicos. Deste modo, informar, analisar e comparar os riscos inerentes ao exercício da atividade jornalística não devem estar dissociados da esfera pessoal dos profissionais, dado que a globalização e as novas tecnologias esbateram fronteiras físicas, nem da dimensão organizacional, um dos principais responsáveis por assegurar as condições de trabalho e mitigar danos colaterais da sua atuação (Høiby & Garrido, 2020).

Seguindo as análises de Høiby e Garrido (2020) a programas e manuais internacionais de treinamento em segurança de jornalistas, recomendações gerais e específicas devem ser formuladas considerando e descrevendo contextos locais (cultura, tipo de regime, coesão do Estado, instituições legais, entre outros), globalização, avanço tecnológico (diferenças entre as carac-

terísticas de cada plataforma digital), enquadramento legal, características pessoais (fragilidades, forças, género, religião, etnia, orientação sexual, entre outras) e práticas jornalísticas (temas jornalísticos, ética jornalística, rotinas organizacionais, entre outras).

Garantir a segurança das e dos jornalistas portugueses passará por uma mudança das retóricas de desvalorização, dessensibilização e, conseqüente, normalização da violência no interior das redações (Costa, 2022). Para que esse caminho seja trilhado, a autorregulação da atividade jornalística deve sobrepor-se às tentações do poder político em regular todo o ambiente digital. Compreender que os *media* são responsáveis pelos espaços participativos por si acolhidos pressupõe educar as audiências através de moderadores nas caixas de comentários, mas também pela promoção de uma literacia mediática. Recentrando o rumo do jornalismo português para conteúdos jornalísticos de maior qualidade e desenvolvimento, deverá ser também assegurada legislação para a violência digital sobre jornalistas, como forma de prevenir abusos de poder, situações de assédio e outros tipos de violência.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Atualmente, o jornalismo português é confrontado com várias situações de vulnerabilidade que necessitam de uma maior reflexão. Os ataques digitais que hoje tendem a acompanhar as tendências e as evoluções dos *media* sociais, com o intuito de policiar e silenciar vozes jornalísticas do espaço público, convocam uma atuação conjunta das esferas educativa, legislativa, social e organizações mediáticas.

A estagnação da participação pública de jornalistas coloca em causa liberdades coletivas e individuais, tais como a liberdade de imprensa e, em última instância, a liberdade de expressão de cada cidadão. Sendo a segurança de jornalistas um tema da Agenda de Desenvolvimento Sustentável para 2030 da ONU, a mesma deve tornar-se, de igual forma, um assunto de relevância e discussão nacional, no que diz respeito à monitorização, proteção, conseqüências legais, e responsabilidades dos *media*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albertazzi, D., & McDonnell, D. (Eds.). (2008). *Twenty-first century populism: The spectre of Western European democracy*. Palgrave Macmillan.

Amaral, I. (2016). *Redes sociais na Internet: Sociabilidades emergentes*. LabCom.IFP.

Amaral, I., & Simões, R. B. (2021). Online abuse against women: Towards an evidence-based approach. In J. S. González & J. G. García (Eds.), *Digital Media. El papel de las redes sociales en el ecosistema educacional en tiempos de covid-19* (pp. 579-591). McGraw-Hill.

Benkler, Y., Faris, R., & Roberts, H. (2018). *Network propaganda: Manipulation, disinformation, and radicalization in American politics*. Oxford University Press.

Berger, G. (2020). New opportunities in monitoring safety of journalists through the UN's 2030 Sustainable Development Agenda. *Media and Communication*, 8(1), 78-88. <https://doi.org/10.17645/mac.v8i1.2660>

Boczkowski, P. J. (2010). *News at work: Imitation in an age of information abundance*. The University of Chicago Press.

Bruns, A. (2014). Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: Novos desafios para o jornalismo. *Brazilian Journalism Research*, 11(2), 224-247. <https://doi.org/10.25200/BJR.v10n2.2014.750>

Castells, M. (2009). *Comunicação e poder* (M. Hernández, Trad.). Alianza Editorial.

Chen, G. M., Pain, P., Y Chen, V., Mekelburg, M., Springer, N., & Troger, F. (2020). "You really have to have a thick skin": A cross-cultural perspective on how online harassment influences female journalists. *Journalism*, 21(7), 887-895. <https://doi.org/10.1177/1464884918768500>

Cornu, D. (1994). *Jornalismo e verdade: Para uma ética da informação* (A. Silva, Trad.). Instituto Piaget.

Costa, B. M. F. (2020). Dove e a desconstrução de estereótipos: Uma relação de simbiose. *Interações: Sociedade e as Novas Modernidades*, 39, 67-90. <https://doi.org/10.31211/interacoes.n39.2020.a3>

Costa, B. M. F. (2021a). *Liberdade de expressão e discurso de ódio: Consequências para o campo jornalístico*. Dissertação de mestrado. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. <http://hdl.handle.net/10316/96556>

Costa, B. F. (2021b). *Liberdade de expressão e discurso de ódio: Consequências para o campo jornalístico*. Media XXI.

Costa, B. F. (2021c). Los nuevos mecanismos censurantes de la era digital: La violencia contra las periodistas portuguesas. In *Libro de Actas del XIII Congreso Latina de Comunicación Social 2021*, 1-3 de Dezembro, 2021, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 53-53. [https://www.researchgate.net/publication/357836731\\_Los\\_nuevos\\_mecanismos\\_censurantes\\_de\\_la\\_era\\_digital\\_La\\_violencia\\_contra\\_las\\_periodistas\\_portuguesas/link/61e1f93f70db8b034c95d489/download](https://www.researchgate.net/publication/357836731_Los_nuevos_mecanismos_censurantes_de_la_era_digital_La_violencia_contra_las_periodistas_portuguesas/link/61e1f93f70db8b034c95d489/download)

Costa, B. F. (2021d). Representação mediática do Presidente dos Afetos num tempo de pandemia. *Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, 12, 157-170. [https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_12\\_9](https://doi.org/10.14195/2183-6019_12_9)

Costa, B. F. (2022). “La violencia es parte del oficio”: Espiral de silencio en el periodismo portugués. In S. L. Ormaechea & M. R. Hernández (Eds.), *Redes sociales en tiempos de la COVID-19: Narrativas, bulos, algoritmos y marcos normativos* (pp. 495-511). McGraw-Hill. <http://hdl.handle.net/10316/98951>

Domingo, D., Quandt, T., Heinonen, A., Paulussen, S., Singer, J. B., & Vujnovic, M. (2008). Participatory journalism practices in the media and beyond: An international comparative study of initiatives in online newspapers. *Journalism Practice*, 2(3), 326-342. <https://doi.org/10.1080/17512780802281065>

Fuller, S. (2018). *Post-truth: Knowledge as a power game*. Anthem Press.

Gaston, S., & Harrison-Evans, P. (2018). *Mediating populism*. Demos.

Harrison, J., Maynard, D., & Torsner, S. (2020). Strengthening the Monitoring of Violations against Journalists through an Events-Based Methodology. *Media and Communication*, 8(1), 89-100. <https://doi.org/10.17645/mac.v8i1.2543>

Høiby, M., & Garrido, V. M. (2020). Reconsidering journalist safety trai-

ning. *Media and Communication*, 8(1), 68-77. <https://doi.org/10.17645/mac.v8i1.2525>

Keane, J. (2013). *Democracy and media decadence*. Cambridge University Press.

Lewis, S. C., Zamith, R., & Coddington, M. (2020). Online harassment and its implications for the journalist-audience relationship. *Digital Journalism*, 8(8), 1047-1067. <https://doi.org/10.1080/21670811.2020.1811743>

Orgeret, K. S., & Tayeebwa, W. (2020). Introduction: Rethinking safety of journalists. *Media and Communication*, 8(1), 1-4. <https://doi.org/10.17645/mac.v8i1.2873>

Reporters Without Borders (RSF). (2021). 2020 World Press Freedom Index: Portugal. <https://rsf.org/en/portugal>

Waisbord, S. (2020). Trolling journalists and the risks of digital publicity. *Journalism Practice*, 16(5), 1-17. <https://doi.org/10.1080/17512786.2020.1827450>

# DESERTOS DE NOTÍCIAS EM PORTUGAL E NO BRASIL: NOTAS CONTRA A SUBNOTIFICAÇÃO DE LOCAIS SEM JORNALISMO PRÓPRIO

Carlos Jael Soares da Silva, *Universidade da Beira Interior (Portugal)*

## ***Resumo***

Os desertos de notícias são uma realidade que está muito subavaliada em Portugal e no Brasil. Este artigo procura identificar as razões dessa subavaliação, propondo a definição de critérios e categorias de análise. No caso de abordagens comparativas entre Portugal e o Brasil, esses estudos implicam também o cuidado no tratamento das categorias territoriais, sobretudo tendo em conta que falamos de dois países que aplicam as mesmas palavras para denominar realidades administrativas distintas.

O estudo dos desertos de notícias é importante porque se trata de uma realidade que vota muitas regiões ao silenciamento. Não só as populações não têm como se fazer ouvir acerca dos assuntos nacionais, a partir de uma voz local, como perdem instrumentos de mediação para se informarem acerca de si próprias.

## ***Palavras-chave***

desertos de notícias, Portugal, Brasil, categorizações geográficas

## **INTRODUÇÃO: DA IMPORTÂNCIA DO TEMA À PROBLEMÁTICA CENTRAL**

Pesquisas sobre desertos de notícias são essenciais ao jornalismo. Além de apontarem falências, descortinam outras questões às quais devemos prestar atenção. A falta de profissionais em determinada região ou município, por exemplo, suscita a discussão sobre o dever de informar e o direito dos cidadãos à informação. O tema traz à luz a histórica ligação da mídia aos poderes e, nomeadamente nas sociedades democráticas liberais, ao capitalismo. Se mantivermos uma ligação normativa entre o jornalismo e a democracia, os desertos de notícias são um tema que merece ser tratado.

No Brasil, a situação dos desertos de notícias coloca-se de forma relativamente clara: 26 conglomerados gerem as 50 redes de comunicação mais proeminentes – com alta capacidade de agendamento e responsáveis por emissoras de rádio e TV, impressos e veículos online –, e 80% dessas redes situam-se na região Sul-Sudeste (MOM-Brasil, 2017). Já em Portugal, apenas quatro grandes grupos controlam os principais produtos impressos, televisivos e radiofônicos, para além do Estado, que detém o grupo Rádio e Televisão de Portugal (E. Silva, 2021).

O deserto de notícias é uma realidade global e, de alguma forma, histórica, para além de persistente. Nos anos 1970, 70% da população mundial estava à margem do direito a ter uma informação própria. Ao excluir essas populações da comunicação, os agentes midiáticos com mais poder potencializaram visões etnocêntricas, silenciando e deturpando outras culturas, relegando-as para a condição de meros espectadores do mundo (Silva, 2021). No século XIX, Marx (1841) já apontava que a imprensa centralizada em grandes cidades cedia aos mecanismos de mercado e, assim, censurava-se.

Neste sentido, as pesquisas contínuas sobre desertos de notícias escancaram as persistentes ausência e distância do jornalismo, não obstante esta atividade de ser descrita como “a espinha dorsal da democracia” (FIJ, 2020). No Brasil, trabalhos do Atlas da Notícia publicados desde 2017 esmiuçam o problema. Registre-se que, no ano passado, constatou-se que 58,9% dos 5.570 municípios brasileiros foram classificados como desertos de notícias (não tinham jornalistas).

mo local) e que 19% figuravam como quase desertos (possuíam só uma ou duas iniciativas) (Atlas da Notícia, 2021). O resultado sobre o tema recém-lançado refere uma melhoria da situação: são agora 53,28% os desertos noticiosos, 26,21% os quase desertos e 20,5% os municípios considerados não desertos (Atlas da Notícia, 2022). Contudo, este resultado continua a preocupar, posto que, além de sempre haver uma grande quantidade de lugares sem imprensa, os semidesertos correm o risco de se tornar desertos – sem contar com o problema do monopólio informacional por uma ou duas empresas. No entanto, temos razões para pensar que o inconveniente seja bem maior. Note-se por ora que o Atlas da Notícia aplica uma classificação que considera até projetos cuja periodicidade vai além da semanal, bem como os conteúdos monotemáticos. Não fosse a aplicação desta classificação larga, certamente haveria mais desertos de notícias identificados.

Acerca da realidade portuguesa, existem motivos para pensarmos que existe também uma subnotificação. Giovanni Ramos, o pesquisador responsável por um estudo sobre o tema, sublinha o fato de, no caso português, nem todos os veículos elencados e registrados pela Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC) continuarem, de fato, em operação. Um outro problema pode agravar a subnotificação que temos vindo a registrar: conquanto falemos de “desertos de notícias”, a lista de Ramos (2021) integra todos os órgãos de comunicação, incluindo os não jornalísticos. Por tudo isso os números oficiais parecem bem menos graves do que o expectável: somente 18,5% dos 308 municípios<sup>1</sup> portugueses seriam desertos noticiosos.

Ainda assim, é necessário salientar que existem elementos que tornam difícil uma comparação entre as pesquisas brasileira e portuguesa: para além das questões de critério, os estudos esbarram com diferentes categorizações geográficas.

Em face do que acabámos de identificar, o presente texto destina-se a trazer notas que julgamos essenciais aos estudos comparativos sobre

<sup>1</sup> Em Portugal, adotou-se a denominação oficial de “município”, em 2006 e, desde então, abandonou-se nas linhas legais o termo “concelho”, datado de 1964 (INE, s.d.), apesar de ainda ser uma expressão muito utilizada.

os desertos noticiosos e, por conseguinte, à leitura sobre as suas consequências sociais. Assim sendo, começamos por pensar um tema essencial do deserto noticioso que se prende com a questão de nomeação do espaço geográfico. De seguida, procedemos às discussões relacionadas propriamente com o jornalismo e, ao fim, apresentaremos resultados mais próximos do que entendemos ser a realidade dos desertos, com base em dados portugueses e brasileiros.

### **CATEGORIZAÇÕES GEOGRÁFICAS: RESPEITO AO TODO E À PARTE**

Antes de partir para os conceitos de jornalismo, tratemos de divisões territoriais básicas de cada país, tendo em vista que nas pesquisas brasileira e portuguesa há empregos equivocados. Utilizá-las corretamente, sobretudo em trabalhos envolvendo os desertos de notícias, de eminente base geográfica, é imprescindível para organização de mapas e para manuseio e leitura dos dados.

O primeiro problema verifica-se quando nuns e noutros textos as denominações de “cidade” e “município” designam a mesma categoria. Isto é costumeiro no Atlas da Notícia, que registra os veículos midiáticos como se pertencessem a cidades, deslocalizando porventura iniciativas que, de fato, fazem parte de outros pontos do município. Tal falha decorre talvez do uso popular das expressões, mas a seriedade científica exige rigor terminológico. No Brasil, o Decreto-Lei 311 de 1938, em vigor, permite entender que cada município possui apenas uma cidade e que este centro urbano dá o nome à municipalidade, bem como sedia as instituições de governo. Porém, *grosso modo*, as cidades não tomam todo o território. Há, por vezes, fazendas, povoados, vilas e agrupamentos tradicionais, como os de indígenas e quilombolas que não são tomados em conta. Por outro lado, o diploma esclarece ainda que um município pode ser dividido em distritos – frações de terra, com zona rural e urbana próprias, sediadas cada uma delas em uma vila. Em outros termos, a cidade representa o município, mas não apaga a existência, inclusive legal, de outras localidades.

Quanto ao caso de Portugal, as definições parecem mais óbvias, mas, apesar de as palavras serem idênticas, não podem ser aplicadas às configurações acima descritas, uma vez que têm significações distintas nas leis.

Ainda assim, Ramos, responsável por elencar os desertos noticiosos portugueses, parece confundir “municípios” com “cidades”, estabelecendo uma relação de sinonímia. Portugal cataloga 308 municípios e apenas 159 cidades – ou seja, nem sequer há uma cidade para cada município. Isto acontece porque, em Portugal, as vilas podem ser o centro político de um território (INE, 2021). Isto é, são sede do respectivo município, com uma câmara e assembleia próprias<sup>2</sup>. Resguardar estas e demais diferenças é essencial para o jornalismo e para os pesquisadores. Tendo por base tais noções, compreender-se-á que, mesmo dentro das menores unidades político-administrativas, haverá ambientes adversos com espaços ausentes de noticiário local.

<sup>2</sup> A câmara e a assembleia municipal, em Portugal, equivalem respectivamente à prefeitura e à câmara de vereadores no Brasil.

Portanto, sugere-se que, primeiro, as pesquisas comparativas desfaçam a confusão entre cidade e município; depois, que registrem o exato endereço dos veículos, a fim de também ensejar análises da dinâmica jornalística em cada unidade territorial. Quando isto não for possível, em vez de utilizar o termo “cidade”, sugere-se englobar as iniciativas sob a variante “município”, para um tratamento comparativo adequado e respeitoso, posto que este é o território que abrange todas as demais localidades municipais.

### **IMPORTÂNCIA DO CONCEITO DE NOTÍCIA E DE JORNALISTAS**

Conquanto laboriosa, a identificação de projetos jornalísticos é em certa medida intuitiva, no Brasil, quando se avalia a mídia. Por um lado, isto acontece porque as únicas iniciativas dependentes de concessão pública são as televisões e as rádios. Por outro lado, os meios impressos, *sites* e demais são usufruídos com permissividade, inclusive por autodeclarados jornalistas. Com efeito, todo cidadão pode hoje atribuir-se um título de jornalista, devido à derrubada da regulamentação da profissão, que por exemplo determinava a realização do estágio, e de um diploma acadêmico na área para o exercício da profissão

(Christofoletti, 2019; C. Silva, 2021; Presidência da República, 1969).

Ainda assim, os pesquisadores do Atlas de Notícias afirmam apenas identificar em todo o país os produtores de notícias, em especial os locais. Porém, dado o contexto regulamentar da profissão, cabe-nos indagar: que produtores serão esses? Presume-se que entre estes produtores de notícias estejam iniciativas de amadores. Se, por um prisma, isto democratiza a notícia, dando como contribuição acepções de diversos atores sociais, por outro, rompe em certo grau com a tradição dos estudos e da cultura jornalísticos. O mesmo problema coloca-se no caso de Portugal. Todavia, com um agravante: o de se somarem veículos de viés exclusivamente musical, religioso e desportivo, por exemplo, junto a generalistas e informativos. Ou seja, é possível dizer-se que a lista de desertos portugueses considera os não produtores de notícias. Assim, é mister nesta altura lembrarmos o que entendemos por um veículo informativo.

Embora haja correntes avessas à definição, fica patente que, na comunicação social instrumentalizada, a notícia não é qualquer informação. É sobretudo uma informação nova, trazida à tona com qualidade, para cumprir um papel social. Para tanto, é preparada por jornalistas que, em geral, realizam um trabalho conjunto de recolha, seleção, tratamento e distribuição de conteúdos informativos. De acordo com várias teorias que procuram entender o que é noticiável, este trabalho é realizado de acordo com valores e critérios noticiosos. Entre esses valores sobressaem a veracidade, atualidade, raridade, geografia, consonância, especificidade dos públicos, proximidade, interesse da nação, utilidade à pessoa e ao coletivo, grau de celebridade dos envolvidos e política editorial dos próprios veículos (Correia, 2011; Pena, 2015; Sousa, 2002; Wolf, 1985).

Se, por um lado, se poderá questionar que estes e demais critérios são mutáveis e não conferem neutralidade, por outro, também se poderá sustentar que o trabalho de amadores provavelmente não produzirá conteúdos satisfatórios. Nestes últimos casos, o trabalho funcionará por tentativa e erro. Nos que estudaram e/ou vivenciam a labuta de informar durante anos a fio, a maioria dos valores-notícias encontra-se, no mínimo, internalizada. Assim, estão aptos a validar uma notícia, além de defendê-la como real e essencial, caso se torne objeto de contenda pública ou judicial. O que acabamos de descrever, todavia, não

enseja a uma “caça às bruxas”, tampouco o cercear de amadores, mesmo porque estes estão por vezes onde o jornalismo não chega. No Brasil, aliás, essa “caça” não caberia, pois as ferramentas de distinção entre peritos e cidadãos comuns caíram por terra, como já dito, e a deontologia não tem peso de lei (C. Silva, 2021). Aqui, pede-se, em verdade, a (re)valorização da informação qualificada, a fim de fortalecer a causa dos profissionais no Brasil e em Portugal.

Dito de outra forma, é mister, em pesquisas acerca dos desertos noticiosos, conceber a notícia como um produto jornalístico, encorpendo o coro de quem a defende como informação qualificada. E mais: como algo que, mal produzido, é danoso à pessoa e ao coletivo. Dessarte, é essencial tomar nota dos números de iniciativas jornalísticas e de generalistas que incluam produtos condizentes com as tradições do setor. Para tal, deve-se verificar também, quando possível, se os veículos possuem profissionais qualificados, se apenas amadores ou se ambos. Neste sentido, empenhos acadêmicos darão matéria para revitalizar o papel do jornalista brasileiro e para reforçar o do jornalista português, nomeadamente quanto ao disposto no Estatuto do Jornalista e na Lei de Imprensa, ambos de 1999.

### **PLURALIDADE, PERIODICIDADE E IMEDIATISMO**

Há 4,1 bilhões [mil milhões] de pessoas no mundo conectadas à *internet*, ou 53,6% do total, enquanto 3,6 bilhões [mil milhões] estão à margem do uso e são sobretudo indivíduos em países menos desenvolvidos e, na maioria das nações, mulheres (ONU News, 2019). Todavia, mesmo havendo tal abismo, a *web* proporciona intercâmbios e o alargar do perene caos mais ou menos formalizado na humanidade (Miranda, 2005), por meio das rápidas trocas cibernéticas entre muitas pessoas e outras tantas – a chamada “autocomunicação de massa” –, em detrimento da lógica industrial de difusão de um para muitos (Castells, 2019).

Tal relação, benéfica ao pluralismo, favorece igualmente a circulação de mentiras. Hoje popularmente conhecidas como *fake news*, estas antigas engrenagens sociais receberam cadeira cativa até na democracia, com militantes

digitais espalhando mensagens enganosas a favorecer candidatos. Diante de situações semelhantes, McIntyre (2018) entendeu ser difícil identificar falsidades, porque, algumas delas, estão construídas de forma muito engenhosa e porque as pessoas tendem a crer no que lhes agrada, lembrando ainda que existem bolhas a envolver internautas em assuntos que lhes apeteçam. Por outro lado, isto, embora cause transtornos à sociedade, resulta em oportunidade para jornalistas fazerem-se mais presentes, no tempo e no espaço, e reforçarem o seu papel mediador numa determinada cultura (Silva, 2021).

Contudo, a percepção desse papel carece que se perceba também a situação do jornalismo generalista e de periodicidade curta, separando-o das publicações monotemáticas e de periodicidade longa ou irregular. Estas últimas não são suficientes para noticiar a atividade humana, enquanto uma das ações basilares da imprensa (Groth, 1960), tampouco para “traduzir” assuntos exógenos, como preconiza o jornalismo de proximidade (Camponez, 2005). Dessarte, tal panorama pode ser dado pelas pesquisas acerca dos desertos de notícias, desde que se condicione a categorização sobre o estado da cobertura noticiosa à presença de veículos generalistas e de periodicidade curta e regular. Com isto não se pretende, de nenhum modo, menosprezar os outros veículos e outros tipos de conteúdos. Em relação aos produtos especializados, estes importam ao público-alvo. Todavia, *grosso modo*, o ser humano precisa de saber o que se passa no mundo à sua volta, e até a mídia de comunicação mais antiga – da Roma Antiga, se quisermos ter uma referência histórica – atentava a esta demanda (Sousa 2008). Esta dimensão comunicativa está presente e foi reforçada na mídia moderna que, por isso, criou, no século XIX, as editorias dos jornais (Beltrão, 1959).

A periodicidade foi igualmente valorizada em formato diário nas *Actas* da Roma Antiga, em dados períodos e, ainda que inicialmente sob as rédeas da monarquia, é assim quista no jornalismo desde o século XVII ou XVIII – autores divergem quanto à data (Pena, 2015; Sousa, 2008). A publicação diária, porém, deu lugar à veiculação de notícias em direto e de forma quase instantânea. Atentas e envoltas nesse processo, as pessoas passaram então a buscar notícias “quentes”, para se atualizarem sobre fatos mais próximos da atualidade, num

cotidiano percebido como sendo de mudanças cada vez mais velozes, onde as notícias são necessárias para pensar o futuro (Groth, 1960; Pena, 2015). O imediatismo é o que, em geral, se demanda em nossa sociedade (Traquina, 2002).

Portanto, mais do que tentar integrar o panorama geral, as pesquisas acadêmicas sobre os desertos noticiosos devem, a nosso ver, incluir como critérios a mídia de curta periodicidade, com conteúdos sobre a vida humana cotidiana. Tendo em conta a realidade da mídia, persistir no contrário talvez não faça sentido. Sobretudo quando identificamos como “não desertos” regiões geográficas com um ou mais veículos monotemáticos. Ou aqueles cujos produtos jornalísticos demoram meses para ser publicados. Em ambos os casos, há mais chances de os cidadãos estarem desinformados.

### **DADOS APROXIMADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta altura, assumindo as notas acima, consideramos existir uma subnotificação, realmente. O caso mais grave continua a ser o do Brasil: identificamos 4.002 desertos de notícias e 1.568 não desertos (aqueles com uma iniciativa jornalística ou mais), em contraste com os 2.968 desertos e 2.602 não desertos apontados pelo Atlas da Notícia. Os veículos eram, ao início, 13.734; após o presente crivo, restaram 4.564. Quanto a Portugal, Ramos (2021) apontava apenas 57 desertos; nós reconhecemos 99 desertos, 133 semidesertos (possuem uma ou duas iniciativas) e 76 não desertos (têm três ou mais). O número de produtos também caiu: este pesquisador listou 2.144 órgãos de comunicação; ao nosso ver, depois de análise dos dados da ERC (2022), os veículos jornalísticos são somente 664.

Ainda assim, consideramos que o número de desertos pode ser maior e o de veículos informativos bem menor do que o referenciado. Isto porque há diversas outras questões que devem ser equacionadas, em observações futuras, e também contribuem para pensar e categorizar os desertos, os semidesertos e os não desertos de notícias. Por exemplo, entre outras questões, é mister verificar com afinco em Portugal 1) se todos os veículos listados pela ERC estão ativos; 2) quantos generalistas têm de fato conteúdo jornalístico; 3) se todas as

iniciativas produzem jornalismo independente e versam sobre temas diversos. Em adição, tratando de ambos os países, será necessário averiguar 1) se jornalistas trabalham nos veículos elencados; 2) se há iniciativas criadas e mantidas por amadores; 3) quantos veículos transmitem informações colhidas no próprio município; 4) se cada meio alcança todas as localidades municipais e a maioria da população; 5) se a periodicidade adotada é suficiente para cobrir as informações locais; 6) se, em cada município, os veículos listados pertencem a donos diferentes.

Diante disto, por sinal, reconhecemos que as nossas notas também estão aquém de abarcar todos os conceitos possíveis para definir algo tão complexo. Para se chegar a um debate profícuo, pensar os desertos de notícias deverá ser tarefa cada vez mais presente, tanto no âmbito profissional quanto no acadêmico, para que sejam apontados e, assim que possível, povoados por jornalistas. Do contrário, intuímos, o jornalismo ficará acuado, pelas crises e por produtores não profissionais, ao ponto de poder ser questionado enquanto ferramenta democrática de populações desassistidas.

## REFERÊNCIAS

- Atlas da Notícia (2021). *Estatísticas V.4*. <https://www.atlas.jor.br/plataforma/estatisticas/>
- Atlas da Notícia (2022). *Dados*. <https://www.atlas.jor.br/dados/>
- Beltrão, L. (1959). *Iniciação à filosofia do jornalismo*. Livraria Agir Editora.
- Camponez, C. (2005). Local, global, identidade e causa: análise do discurso sobre a coincidência na imprensa regional. In J. A. B. Miranda & G. R. Simões (Ed.), *Rumos da Sociedade da Comunicação* (pp. 111-122). Vega.
- Castells, M. (2019). Communication power: Mass communication, mass self-communication and power relations in the network society. *International Journal of Communication*, 1, 238-266.
- Christofoletti, R. (2019). *A crise do jornalismo tem solução?* Estação das Letras e Cores.
- Correia, J. C. (2011). *O admirável mundo das notícias – teorias e métodos*. LabCom Books
- ERC (2022, fevereiro). *Listagem de registos na ERC*. <https://www.erc.pt/pt/listagem-registos-na-erc>
- FIJ (2020). Plataforma Mundial por um Jornalismo de Qualidade. In J. A. Camargo (Ed.), *O impacto das plataformas digitais no jornalismo* (pp. 99-102). FENAJ.
- Groth, O. (1960). *O poder cultural desconhecido – Fundamentos da ciência dos jornais*. Vozes.
- Marx, K. (1841). *Liberdade de imprensa*. L&PM Pocket.
- McIntyre, L. (2018). *Post-Truth*. MIT Press.
- Miranda, J. A. B. (2005). Do mundo das redes ao mundo na rede. In J. A. B. Miranda & G. R. Simões, (Ed.), *Rumos da Sociedade da Comunicação* (pp. 58-66). Vega.
- MOM-BRASIL (2017). *Quem controla a mídia no Brasil?* <https://brazil.mom-rsf.org/br/>
- ONU News (2019). *Estudo da ONU revela que mundo tem abismo digital de gênero*. <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1693711>

- Pena, F. (2015). *Teoria do jornalismo*. Editora Contexto.
- Presidência da República (1969). *Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0972.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0972.htm)
- INE (2021). *Indicadores de ordenamento do território*. [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&userLoadSave=Load&userTableOrder=9956&tipoSelecao=1&contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&userLoadSave=Load&userTableOrder=9956&tipoSelecao=1&contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true&xlang=pt)
- INE (s.d.). *Institucional*. [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_cont\\_inst&INST=6251013&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cont_inst&INST=6251013&xlang=pt)
- Ramos, G. (2021). Deserto de notícias: Panorama da crise do jornalismo regional em Portugal. *Revista Estudos de Jornalismo*, 13, 30-51. [www.revistaej.sopcom.pt/ficheiros/20210731-ej13\\_2021.pdf](http://www.revistaej.sopcom.pt/ficheiros/20210731-ej13_2021.pdf)
- Silva, C. J. S. (2021). *A cultura do jornalismo em desertos de notícias: Um sistema em crises, uma presença distante*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. <http://hdl.handle.net/10451/51080>
- Silva, E. C. (2021). Propriedade dos *media* em Portugal: Da concentração à crise. In J. N. Matos, F. Subtil & C. Baptista. C. (Ed.), *Os três D dos media: Desigualdade, desprofissionalização e desinformação* (pp. 19-32). Outro Modo.
- Sousa, J. P. (2002). *Construindo uma teoria do jornalismo*. [www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-jornalismo.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-jornalismo.pdf)
- Sousa, J. P. (2008). *Uma história breve do jornalismo no Ocidente*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Quimera.
- Wolf, M. (1985). *Teorias das comunicações de massa*. Martins Fontes.



*Parte 2*

# EDUCAÇÃO, LITERACIA E DIREITOS HUMANOS

# JORNALISMO, E-SPHERE E LITERACIA MEDIÁTICA: O IMPERATIVO DA VERIFICAÇÃO DE FACTOS NA ERA GLOBAL E DIGITAL

Paulo M. Barroso, *Instituto Politécnico de Viseu (Portugal)*

## ***Resumo***

Questionando o contributo da literacia jornalística na nova configuração virtual da esfera pública, seremos mais capazes de discernir o que é verdade do que é falso. Como as notícias falsas não são fáceis de identificar, a literacia dos *media* é um conhecimento básico sobre a natureza dos *media* e o modo como estes funcionam. Seguindo uma abordagem teórica e conceptual, baseada no exemplo do Polígrafo, discute-se o *fact-checking* como prática de fomento de literacia mediática, cidadania e democraticidade na *e-sphere*. Os objetivos são: a) compreender os fundamentos e desafios da comunicação na era digital; b) compreender as repercussões desta nova dimensão da comunicação na era digital e reconhecer as notícias falsas e a desinformação no ambiente digital como obstáculos à esfera pública moderna e à literacia dos *media*.

## ***Palavras-chave***

*e-sphere*, jornalismo, literacia, *media*, notícias falsas

## INTRODUÇÃO

“E se todos os outros aceitaram a mentira que o partilho impôs - se todos contaram a mesma história - então a mentira passou para a história e tornou-se verdade.”  
George Orwell, 1984.

A circulação de informações falsas não é recente: faz parte da história dos *media*. Apesar da missão do jornalismo em procurar e narrar a verdade, já proliferavam informações falsas antes dos *media* sociais. Todavia, foi com os *media* sociais que as informações falsas adquiriram um renovado fulgor, atraindo e influenciando a opinião pública. Apesar das funções sociais do jornalismo em informar, esclarecer e socializar, McLuhan alertava para os efeitos contrários em “Culture without literacy” (1953). Advertindo sobre situações de falsidade, omissão, mentira ou manipulação, e que agora proliferam na *e-sphere*, McLuhan apelava para cuidado em interpretar mensagens mediáticas. Este é um problema recrudescido e reconfigurado com a Internet. Segundo Baudrillard em *Simulacros e Simulação* (1997), estamos num universo em que existe cada vez mais informação e cada vez menos sentido. O cuidado em interpretar mensagens dos *mass/social media* é emergente, impondo uma nova literacia à cidadania e participação na esfera pública.

Com os novos meios tecnológicos de comunicação e seus múltiplos usos e efeitos, o conceito de literacia modifica-se, torna-se mais abrangente e converte-se numa capacidade prática e necessária para participar na esfera pública. Demonstram-no projetos jornalísticos como o Polígrafo, cujo objetivo é apurar a verdade das mensagens que circulam na esfera pública. Já não basta produzir notícias; é preciso verificar factos e separá-los das informações falsas.

A literacia dos *media* promove habilidades de pensamento crítico com o qual os cidadãos podem escolher com independência e consciência os conte-

údos, i.e. escolher o programa, o *media* ou o modo de interpretar as informações recebidas. A literacia dos *media* é mais difícil quando as mensagens são ideológicas, retóricas ou com conteúdo implícito. Nestes casos, é conveniente identificar: factos/eventos significativos nas notícias; causas dos acontecimentos e critérios jornalísticos; conexões entre eventos e agentes e respetivas consequências; informações incluídas e omitidas; escolhas de palavras e imagens (denotativas ou conotativas) nas notícias; ordem de narração dos factos; apresentação de discurso direto ou pontos de vista.

A literacia dos *media* permite aos cidadãos reconhecerem se e como os meios de comunicação social são usados para (des)encorajar o debate com base em informações falsas, distorcidas ou ocultadas. A literacia dos *media* é um instrumento democrático importante na esfera pública, principalmente nesta época digital do online.

### **O QUE SÃO A LITERACIA MEDIÁTICA E A LITERACIA DIGITAL?**

A literacia mediática é a aquisição de conhecimentos e o uso de ferramentas para interpretar os factos reportados e veiculados pelos *media*, sejam os tradicionais *mass-media* ou os modernos *social media*. Em sentido geral, a literacia é um processo ao longo da vida. Todavia, as sociedades transformam-se e as capacidades necessárias e exigidas para se estar na esfera pública também. Cada vez há mais literacias à medida que as sociedades e culturas se tornam mais complexas e tecnológicas. O conceito de literacia já não permite uma definição monotécnica, pois adquire uma maior polissemia e aplicação. Será mais adequado referir multi-literacias e numa dimensão mais digital. O conceito de literacia é aberto e amplo; deve incluir todas as formas de *media* com os seus objetivos e abrangência (Potter & McDougall, 2017, p. 17; Warnick, 2002, p. 13). O conceito de literacia evolui, por conseguinte, com a sociedade e os conhecimentos.

Todavia, a qualidade da informação e do conhecimento é um fator externo ao cidadão, enquanto a facilidade de acesso à informação, pelo contrário, depende de capacidades individuais. A literacia mediática é a capacidade de

aceder aos meios de comunicação e compreender e avaliar criticamente os diferentes aspetos desses meios e dos seus conteúdos. Como o contexto de excesso de informação e do seu acesso é digital, devemos integrar a literacia mediática e a literacia digital. Será a mesma literacia, pois os *media* são digitais.

Tal como qualquer literacia, a digital é a capacidade de usar os *media* digitais com competência, i.e. para compreender e avaliar criticamente o seu conteúdo. Para este desiderato é necessário pensamento crítico dos cidadãos consumidores de *media* digitais, utilizadores de redes sociais e de dispositivos electrónicos, como os *smartphones*. Existe uma correlação entre estes três fenómenos: aumento de uso de dispositivos móveis de fácil e imediato acesso à informação; utilização de redes sociais, onde mais se tem acesso às informações; pletora de informações falsas e desinformação.

Neste contexto, o pensamento crítico não é no sentido de criticar, muito menos de depreciar alguém ou algo. O sentido de “crítico” é fiel à etimologia da palavra grega *kritikos*, alguém que tem a capacidade de julgar, discernir, formar um juízo e tomar uma decisão, i.e. capacidade de distinguir informações, alternativas entre factos e ficções ou opiniões. Criticar é discernir (*krínein*, verbo grego com o sentido de “separar para distinguir”). No caso da informação que se acede pelos *smartphones* e nas redes sociais, a crítica é a capacidade de separar com distinção os factos das informações falsas ou descontextualizadas”. Enquanto capacidade, a literacia digital essencialmente pressupõe três níveis de destreza crítica:

- a) um nível básico de acesso a ferramentas digitais;
- b) um nível intermediário de compreensão de conteúdo digital;
- c) um nível mais complexo quanto ao uso e domínio das ferramentas digitais.

A literacia digital, como o nome indica, depende da natureza digital dos *media*. Todavia, a literacia digital e a literacia mediática são igualmente fundamentais e a ter em conta no contexto de uma cultura tecnológica, onde o acesso à informação é por via eletrónica, quer mediante o recurso a dis-

positivos móveis que já são populares quer nas redes sociais onde as pessoas imergem para interagir.

Conforme referem Silverblatt et. al. (2014, p. 406), as habilidades de pensamento crítico aplicadas aos conteúdos dos *media* digitais permitem que os utilizadores desses *media* façam julgamentos independentes sobre as informações que recebem e comunicam através deles. A literacia mediática é essa necessária e prática capacidade de discernir, interpretar e decodificar informações que nos são apresentadas numa variedade de formas (Silverblatt et. al. 2014, p. 406).

Hague e Payton (2010, p. 19) resumem os vários domínios por onde se estendem as componentes da literacia digital.

1. Criatividade
2. Pensamento crítico e avaliação
3. Compreensão cultural e social
4. Colaboração
5. Encontrar e selecionar informações
6. Comunicação eficaz
7. Segurança eletrónica (*e-safety*)
8. Habilidades funcionais

No contexto da presente abordagem, destacam-se as capacidades de pensamento crítico e avaliação (*krínein*) ou discernimento e compreensão livres e independentes dos meios, ferramentas e conteúdos) e as capacidades de compreensão cultural e social que permitem enquadrar as informações recebidas e aferir a sua validade.

Por conseguinte, a literacia digital e a literacia para os *media* promovem habilidades de pensamento crítico e valência democrática importante na esfera pública moderna, global e digital, principalmente nesta época de ciber-cidadãos e de informações online. Considerando que a cidadania é o direito e o dever de escolher com independência e consciência os conteúdos, i.e. escolher o programa, o *medium* ou o modo de interpretar as informações recebidas, a literacia mediática e digital é uma competência integrada e multifuncional para identificar:

- Factos/eventos significativos nas notícias e nos conteúdos digitais em geral;
- Causas dos acontecimentos relatados e critérios jornalísticos que os presidiram;
- Conexões entre eventos e agentes, bem como as respetivas consequências;
- Informações incluídas e/ou omitidas;
- Escolhas de palavras e imagens (denotativas ou conotativas) nas notícias ou nos conteúdos digitais em geral;
- Ordem de narração dos factos (saber se existe algum critério);
- Apresentação de discurso direto ou pontos de vista.

### **JORNALISMO NA “E-SPHERE”: O IMPERATIVO DA VERIFICAÇÃO DE FACTOS**

Na atual era global e digital, passamos do analógico ao digital, do offline ao online. É a nova configuração das sociedades em rede. Agora, a esfera pública de discussão racional e legítima dos assuntos de interesse coletivo já não é exclusivamente física, mas assume uma outra dimensão que até é mais preponderante e promissora: o digital. A esfera pública clássica é agora uma *e-sphere*, uma nova esfera pública virtual em rede (onde emergimos online em conectividade e interatividade, com imanência e imediatismo).

A sociedade da informação caracteriza-se pelo excesso de informação. O acesso à informação é generalizado. Verifica-se a proliferação de meios e dispositivos eletrónicos de informação e comunicação. Cada vez há mais facilidade de acesso à informação por parte de qualquer pessoa, em qualquer lugar e em qualquer momento.

Todavia, se existe mais informação e mais acesso à informação, bem como meios e dispositivos eletrónicos de acesso à informação, também acontece o reverso, abusos da informação, deturpação de factos e manipulação da opinião pública. Neste contexto, em que conjuntamente com a informação surgem informações falsas, a literacia mediática e a literacia digital são ferramentas fundamentais no combate à falsidade e à desinformação.

Neste novo cenário de prática jornalística na *e-sphere*, será conveniente problematizar o papel dos *media* e, principalmente, do seu uso para a cidadania e democratização das sociedades:

- As sociedades e culturas atuais de comunicação e de informação em massa, resultantes das profundas transformações impostas pela globalização, geraram e cultivam cidadãos mais informados, esclarecidos, letrados, exigentes e comprometidos com o “bem comum”?
- Comunicamos mais e/ou melhor na atual era de ouro da tecnologia, eletrônica e comunicação digital?
- Existe suficiente alfabetização mediática (literacia para os *media*) para o comum dos cidadãos ser capaz de discernir o que é verdadeiro do que é falso nos intensos, alargados e contínuos fluxos de informações veiculados pelos *media*?

As advertências de McLuhan sobre os efeitos da tecnologia na iliteracia, há cerca de 60 anos, vivem-se hoje nas sociedades da informação tecnológica. McLuhan diagnosticava que o meio estaria a remodelar e reestruturar os padrões de interdependência social e todos os aspetos da nossa vida pessoal, conforme hoje acontece com o uso dos *smartphones*, das redes sociais e dos consumos de informações digitais por esses meios tecnológicos (McLuhan, 1967, p. 8). Em *Understanding media*, McLuhan conclui que estamos entorpecidos, surdos, cegos e mudos (ileterados) perante a tecnologia dos *media* (McLuhan, 1994, p. 17).

Atualmente, Byung-Chul Han acentua a crítica às transformações no campo dos *media* e da tecnologia. Han refere-se ao “exame digital” em que hoje vivemos e nos tornamos e que nos obriga a uma literacia digital. Os novos *media* (digitais) estão a reprogramar-nos e nós não conseguimos entender a mudança radical de paradigma que está em curso, o que representa uma incapacidade ou cegueira (Han, 2017, p. ix). Somos como o peixe dentro de água que a única coisa da qual não tem consciência é da água, na metáfora usada por McLuhan e Fiore (1968, p. 175). Estamos a mancar atrás do próprio *medium* que, abaixo do nosso limiar de decisão consciente, está a transformar

a forma como agimos, percebemos, sentimos, pensamos e vivemos juntos. Segundo Han, estamos extasiados face ao meio digital, mas incapazes de avaliar plenamente as consequências do nosso *frenesi*. Este momento que estamos a viver, que é uma crise para Han, surge da nossa cegueira e estupefação.

Esta cegueira mediática é alimentada pela disfunção informativa que hoje está cada vez mais presente na *e-sphere*. A disfunção informativa dos modernos *media* digitais expressa-se de três modos fundamentais:

- *Mis-information*: informação falsa sem intenção de prejudicar, pois quem divulga/partilha acredita que é verdadeira.
- *Dis-information*: informação falsa (mentira intencional) produzida e divulgada de propósito para prejudicar.
- *Mal-information*: informação factual ou baseada na realidade, mas divulgada para prejudicar (pessoas, grupos, organizações ou países).

A disfunção informativa é igualmente alimentada pela natureza humana, designadamente a credulidade. Os públicos (no plural, porque são diversos e heterogêneos) dos *media* são crédulos e, conforme refere Maquiavel (2009, p. 78) em *O Príncipe*: “aquele que engana sempre encontrará quem se deixe enganar”.

Em *Simulacra and simulation*, Jean Baudrillard insiste no mesmo problema dos *media* e do seu uso em contexto massivo. Baudrillard (1997, p. 32) salienta que o próprio *medium* não é mais identificável como tal, pelo que surge a confusão entre o meio e a mensagem e a diluição do *medium* e do jornalismo na mensagem. Não estamos mais na sociedade do espetáculo nem na alienação e repressão que esta implicava; o próprio meio não é mais identificável como tal, refere Baudrillard (1997, p. 32) aludindo a McLuhan. Para Baudrillard, não há mais um meio no sentido literal: agora é intangível, difuso e difractado no real.

Assistimos a uma implosão do sentido nos *media* (Baudrillard, 1997, p. 84). Entramos num universo onde existe cada vez mais informação e cada vez menos sentido (Baudrillard, 1982, p. 95). Se temos esta implosão do sentido nos *media* e nas mensagens, mais premente e complexa será a literacia mediá-

tica e digital. Todavia, de que valeria a literacia sem sentidos para interpretar? O problema estará nos dois lados do circuito mediático: no lado da produção/codificação das informações e no lado da receção/descodificação. Mesmo neste cenário pessimista de Baudrillard, a literacia atua no lado do cidadão, no da receção das informações.

### **CASO DE ESTUDO: “POLÍGRAFO”**

O Polígrafo é o primeiro e mais proeminente projeto jornalístico de *fact-checking* (verificação de factos) em Portugal. O objetivo é apurar a verdade das mensagens que circulam na esfera pública segundo uma escala de avaliação entre “verdadeiro” (o grau máximo de verdade), “verdadeiro, mas...”, “impreciso”, “descontextualizado”, “manipulado”, “falso” e “pimenta na língua” (o grau máximo de falsidade). Já não basta produzir notícias; é preciso verificar factos e separá-los das informações falsas. Por isso, o *fact-checking* é uma prática de fomento de literacia mediática, cidadania e democraticidade na *e-sphere*.

No estatuto editorial do Polígrafo, destaca-se a forma e a expressão com que este projeto jornalístico online se apresenta, nomeadamente: a) tem como principal objetivo apurar a verdade no espaço público; b) não é um inimigo dos protagonistas que avalia, é um amigo dos leitores e um defensor das virtualidades da democracia liberal; e c) é um jornal vocacionado para a utilização das novas tecnologias na atividade jornalística. O Polígrafo apresenta-se como meio inovador que permite chegar melhor e mais depressa à verdade e aproximar o jornalismo e os seus leitores.

O método seguido pelo Polígrafo para a verificação dos factos relatados nas informações que mais circulam e têm impacto nas redes sociais é simples e eficaz, podendo constituir os passos de checagem da informação que qualquer cidadão poderia seguir. O método inclui:

- Consultar a fonte original da informação
- Consultar fontes de natureza documental que possam solidificar o processo de checagem

- Ouvir os autores da afirmação, dando-lhes o direito de a explicar
- Contextualizar a informação
- Avaliar a informação de acordo com uma escala de avaliação

O Polígrafo é um exemplo de serviço público de informação e de cidadania, porque faculta competências aos cidadãos, i.e. uma educação para os *media*, em especial para os *media* sociais que não se regulam num quadro profissionalizado e responsável, por um lado, e jurídico e deontológico, por outro, como acontece com os *mass media* informativos. Estes últimos, com o estatuto de órgãos de comunicação social, têm critérios de definição de responsabilidade e de responsabilização e cumprem funções sociais relevantes. Por isso, a literacia para os *media* facultada e exercida pelo Polígrafo incide na interrogação de conteúdos mediáticos digitais nas redes sociais. Na procura de respostas para determinadas perguntas-chave (“por que é notícia?”, “quais são os interesses subjacentes à produção e divulgação dos conteúdos/notícias?”, “o que nos informa, como informa e por que informa um dado conteúdo?”), a consulta das fontes e dos especialistas nos assuntos é um método eficaz de apuramento da verdade.

Na atual conjuntura de excesso de informação digital e de presença online nas redes sociais, a convicção sobre as boas práticas dos produtores de conteúdos com deontologia jornalística não é extensiva, por exemplo, aos blogues, onde não há regulação. Neste sentido, o Polígrafo é um exemplo de defesa e mediação do público, alertando para o pequeno passo que separa a informação da deformação.

## CONCLUSÕES

Em *The Gutenberg galaxy* (1962), McLuhan explora o conceito de “aldeia global”. O local perde definitivamente a sua posição restrita e torna-se global, em função do desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação. A globalização é uma intensificação das relações sociais à escala mundial que conectam localidades distantes (Giddens, 2005, p. 45). Enquanto fenómeno

multiforme e transversal, a globalização implica transformações em vários domínios, nomeadamente:

- Transformações tecnológicas: meios e dispositivos de comunicação e informação
- Transformações sociais e culturais: interações mediadas e digitais

Cada meio tem as suas próprias características e efeitos (i.e. os seus requisitos de literacia). Cada novo meio ou inovação tecnológica traz exigências quanto aos seus usos e aplicações. Como as sociedades são cada vez mais tecnológicas, as exigências de requalificação de competências são permanentes. Para as culturas mais modernas, as informações dos *media* dominam cada vez mais os circuitos sociais de comunicação, moldando a nossa compreensão e perceção sobre a nossa cultura (Baran, 2014, p. 22). Considerando uma sociedade-mundo “retribalizada” sob a influência dos novos *media*, as redes sociais são o novo espaço público onde o consumo de informação é mais frequente e suscetível de iliteracia e notícias falsas. A relação é como de causa-efeito. Se os portugueses têm, em média, contas criadas em seis redes sociais (*Diário de Notícias*, 19/Out./2021), cerca de 70% da população usa redes sociais e fá-lo maioritariamente via telemóvel ou smartphone. Há uma indistinção cada vez maior entre a verdade e a mentira (o real e o irreal) veiculada nos novos *media*.

Por conseguinte, não existe apenas um tipo de literacia, existem muitos consoante os casos. A literacia para os *media* e a literacia digital são um *continuum*; não são categorias fixas. As literacias são multidimensionais: cognitivas, emotivas, estéticas e morais. Dado o imediatismo e a efemeridade da informação e do acesso à mesma, a literacia mediática digital é uma competência prática face a uma das principais características dos novos *media* digitais e dos seus usos e consumos sem tempo para refletir: a velocidade da informação. Conclui-se que a tecnologia dos *media* digitais implica “alfabetização digital”, na medida em que a tecnologia e a alfabetização, ambas na modalidade digital, estão interdependentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baran, S. J. (2014). *Introduction to mass communication*. McGraw-Hill.
- Baudrillard, J. (1982). *In the shadow of the silent majorities*. Semiotext(e).
- Baudrillard, J. (1997). *Simulacra and simulation*. The University of Michigan Press.
- Giddens, A. (2005). *As consequências da modernidade*. Celta.
- Hague, C. & Payton, S. (2010). *Digital literacy across the curriculum*. FutureLab.
- Han, B.-C. (2017). *In the swarm*. MIT Press.
- Maquiavel, N. (2009). *O príncipe*. Guimarães Editores.
- McLuhan, M. (1953). "Culture without literacy". *Explorations*, 1, 117-127.
- McLuhan, M. (1962). *The Gutenberg galaxy*. University of Toronto Press.
- McLuhan, M. (1967). *The medium is the message*. Bantam Books.
- McLuhan, M., & Fiore, Q. (1968). *War and peace in the global village*. Bantam Books.
- McLuhan, M. (1994). *Understanding media*. MIT.
- Orwell, G. (1977). *1984*. Penguin Books.
- Potter, J., & McDougall, J. (2017). *Digital media, culture & education*. Macmillan.
- Silverblatt, A. et al. (2014). *Media literacy*. Praeger.
- Warnick, B. (2002). *Critical literacy in a digital era*. Lawrence Erlbaum.

# DIREITOS HUMANOS EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA UMA APRENDIZAGEM CIDADÃ

Bárbara Natália Lages Lobo, *Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal)*

## ***Resumo***

A tarefa de humanizar e empatizar o ensino superior de Direitos Humanos é particularmente desafiadora, especialmente quando majoritariamente à distância. Este é o objetivo principal do desenvolvimento das atividades curriculares no âmbito da unidade de “Direitos Humanos e Direito Humanitário”, do curso de Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma de Lisboa. Pretendeu-se qualificar a formação de profissionais das Ciências da Comunicação para o desenvolvimento ético do trabalho, comprometidos com a promoção, respeito e proteção dos direitos humanos e direitos fundamentais, considerada a relevância do papel mediático para o desenvolvimento da cidadania política e cultura de paz. Como resultados, tem-se mais amplas e qualificadas participações das alunas e alunos, a produção autónoma de materiais académico, informativo e mediático sensíveis ao tratamento de temas relacionados à proteção, respeito e promoção dos Direitos Humanos, Direitos Fundamentais e Direito do Ambiente, bem como debates e reflexões dialógicas entre professora, convidados e alunas/os.

## ***Palavras-chave***

Direitos Humanos, formação, ética, cidadania

## INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva o compartilhamento da experiência de lecionar a unidade curricular Direitos Humanos e Direito Humanitário no Curso de Ciências da Comunicação na Universidade Autónoma de Lisboa. A partir desta partilha pretende-se suscitar reflexões sobre distintas formas de ensino e de aprendizagem que aproximem alunas e alunos do curso de Ciências da Comunicação da realidade. Pretende-se ainda refletir sobre a efetividade e importância dos Direitos Humanos, especialmente dedicada aos futuros ou presentes profissionais que realizam a cobertura da temática nos veículos midiáticos e no que se refere à própria proteção da liberdade de expressão e criação cultural como elemento crucial para o desenvolvimento e exercício de suas atividades.

A temática ganha especial relevo quando contextualizada ainda em um cenário pandêmico, em virtude da Covid-19, com grande parte das atividades universitárias exercidas de forma remota ou híbrida, sendo necessária a reconfiguração dos recursos didáticos e a adaptação para o ensino à distância. Os desafios impostos pela perda da sociabilidade e contato presenciais, acarretada pela necessidade de distanciamento e transposição do ambiente acadêmico para o espaço digital, requereram da docente empenho, dedicação e criatividade de modo a preservar a pessoalidade das relações com e entre as/os estudantes.

A metodologia do presente artigo é analítica, crítica e reflexiva, a partir das experiências, vivências, saberes e desenvolvimento de métodos pedagógicos por esta autora em 15 anos de exercício de atividade docente em diversas instituições de ensino, à distância e presencial, especialmente a partir das epistemologias e pedagogias mencionadas e desenvolvidas pelas autoras e pelos autores referenciadas(os) no presente artigo.

Propõem-se, assim, reflexões sobre a importância e transdisciplinaridade da unidade curricular na formação acadêmica e profissional, bem como no desenvolvimento da cidadania para construções e vivências democráticas solidárias, comprometidas com a justiça social e a paz.

## **ENSINO E APRENDIZAGEM CIDADÃ DE DIREITOS HUMANOS**

No contexto do ensino e aprendizagem de Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, é crucial o despertar da empatia e solidariedade. A concepção elementar da disciplina refere-se à dignidade humana e ao seu reconhecimento como fundamento dos diversos ordenamentos jurídicos e nos diversos âmbitos de elaboração e aplicação do Direito, quaisquer que sejam os seus âmbitos, internacional, supranacional ou regional, interno ou nacional e local.

Importa refletir sobre a efetividade dos Direitos Humanos, tal como compreender os processos históricos da violação dos seus princípios (e, no plano interno, dos Direitos Fundamentais), bem como a continuidade do seu desrespeito na contemporaneidade. No âmbito do próprio Direito, mas especialmente na sua interlocução com outras áreas do saber, o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no curso de Ciências da Comunicação apresenta-se como fundamental para a construção de um conhecimento acessível, em que as/os estudantes se reconheçam enquanto cidadãos, enquanto titulares desses direitos e reconheçam “o Outro” (Levinas, 2014): todos os seres humanos próximos ou distantes de sua convivência.

Para além do espaço universitário, a acessibilidade do conhecimento em Direitos Humanos e Direitos Fundamentais revela-se importante para o desenvolvimento da cidadania especialmente ativa, ciente de seus direitos, individual e coletivamente responsável por seus deveres para realização da justiça social. Almeja-se assim o fortalecimento da democracia e construção de culturas de paz, solidárias, empáticas, humanas, sustentáveis, que respeitem, protejam e promovam a emancipação e dignidade de todas as pessoas e da natureza.

O ensino de Direitos Humanos possui uma latitude ampla e diversificada, em que se possibilita o direcionamento didático para abordagens distintas. Compete assim à/ao docente, considerada também a pluralidade de temáticas relacionadas à unidade curricular, o desenvolvimento de um plano de ensino que corresponda aos objetivos pedagógicos que se pretenda alcançar. Enumeramos três objetivos que consideramos essenciais desta abordagem :

1) conhecimento e compreensão do desenvolvimento e historicidade, concepções, normas, aplicação e efetividade dos Direitos Humanos e Direitos Fundamentais; 2) a formação de pessoas (cidadãs) comprometidas com a dignidade humana, cidadania, democracia, sustentabilidade, justiça e paz; 3) transformar a realidade de desigualdades, violências e apatia ante a violação de Direitos Humanos, Direitos Fundamentais e degradação ambiental.

Sobreleva-se o contexto ambiental e a proteção da natureza, pois somente a preservação e o respeito do planeta Terra propiciam o ambiente necessário à continuidade da vida humana e à proteção de suas relações. Em continuidade, perfilhamos a matriz ou o paradigma biocêntrico e/ou ecocêntrico, desenvolvido no âmbito das nossas investigações, em que a proteção dos Direitos da Natureza (Gudynas, 2019; Lobo, 2021) caminha em igual passo à proteção dos Direitos Humanos para a efetividade das democracias. Por essa razão, a dignidade humana e a dignidade da natureza são indissociáveis e indistanciáveis: as existências das vidas humanas dependem integralmente das existências das vidas não humanas naturais<sup>1</sup>.

O Direito, como mais um dos inúmeros instrumentos de linguagem e comunicação, apresenta-se como área científica e social em que se depositam expectativas de realização da justiça social, proteção ambiental e realização da paz. Embora seja possível desconfiar da referida afirmação, tanto pelos contextos de aplicação quanto pela própria falta de efetividade dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais, não se deve prescindir da sua importância para a realização da democracia. No contexto dos países de língua portuguesa, o relevo do diálogo entre os ordenamentos jurídicos com matrizes comuns aplicadas a realidades tão distintas apresenta contributos para se refletir sobre novas abordagens e interpretações, especialmente no sentido de compreensão, cooperação e solidariedade entre os povos.

O ensino e aprendizagem cidadã de Direitos Humanos e de Direitos Fundamentais deve estar comprometido com a transformação da realidade social no sentido de emancipação dos povos e indivíduos, mas também de um atuar conjunto em prol da dignidade e da cidadania ativa<sup>2</sup>.

## **METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM CIDADÃ DE DIREITOS HUMANOS EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**

O Direito como linguagem (também codificada, como afirmado) trabalhado no curso de Ciências da Comunicação propõe a interlocução entre campos distintos do saber de uma mesma área: Ciências Sociais Aplicadas. Referem-se, portanto, essencialmente às relações sociais. Entrecruzam-se a regulação destas relações, a aplicação das normas que dispõem sobre estas relações e a atividade comunicativa e informativa que as rodeia, como elementos de transformação de mentes e da realidade.

Neste aspecto, é essencial o desenvolvimento de metodologias a partir de epistemologias múltiplas e plurais (Santos, 2018) que desenvolvam e (re)afirmem relações éticas e dialógicas, com o recurso à dialética<sup>3</sup> para se questionar a (des)ordem vigente, bem como propor uma nova ordem fulcrada na dignidade, justiça, democracia e paz. O (auto)reconhecimento dos docentes que ativam a tarefa e dos discentes que participam é fundamental neste aspecto. A teoria não pode se desconectar da prática. E a prática é cidadã, democrática, plural, diversa e hipercomplexa. A conciliação de objetivos individuais com o propósito coletivo de construção e partilha comuns requer o esforço de se desenvolver atividades de fala, mas principalmente de escuta, visão e tato. Todos os sentidos atuam, portanto, para a sua implementação, a partir do descortinamento de realidades distintas.

Releva-se neste aspecto a pedagogia emancipadora e libertadora desenvolvida por Paulo Freire, crítica, analítica, reflexiva e transformadora. Aplicada ao ensino e aprendizagem de Direitos Humanos e de Direitos Fundamentais conclama a participação das/dos discentes. Não se encerra somente nas aulas expositivas a cargo da docente. Estimula e incentiva o falar, ver, ouvir e a produção acadêmica criativa, já em adiantamento ao presente ou futuro exercício profissional, cidadão e humano. Educa-se para a liberdade igualitária. Tanto a sua defesa quanto o seu exercício. A Universidade é assim mais um espaço de exercício democrático<sup>4</sup>.

Inspirada na obra de José Saramago *Democracia e Universidade* (2013), considerando-se a Universidade como um *locus* de aprendizagem cidadã<sup>5</sup> e

participação democrática, fulcrada na promoção, proteção e respeito dos Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, consideramos importante estimular a produção de trabalhos que sensibilizem o corpo discente para a temática e enxergar profundamente as realidades: “A Universidade, pela abertura e partilha de conhecimentos é um lugar que, se não nos faz enxergar nos torna menos cegos. Cegos que, podendo, querem ver” (Lobo, 2022, p. 256).

O material expositivo é simples, porém amplo, com as principais referências acerca do tema, especialmente relacionadas à Teoria Crítica do Direito<sup>6</sup>, em diálogo com as artes, especialmente a literatura e literacia fílmica. Inicialmente, são apresentadas em aulas expositivas as principais normas internas e internacionais de proteção dos direitos fundamentais e direitos humanos, em linguagem acessível, considerada a não imersão ou ausência de qualquer contacto anterior dos estudantes com o universo jurídico.

Realiza-se um nivelamento de todas as alunas e alunos, a apresentação das normas, as formas de aplicação vertical e horizontal ao Estado, à sociedade, indivíduos e empresas. Exploram-se normas internacionais e internas, entre as quais: a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948); Pactos Internacionais dos Direitos Cívicos e Políticos e dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966); a Constituição da República Portuguesa (1976); os instrumentos setoriais de proteção internacional dos Direitos Humanos (por exemplo, a Convenção Internacional sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (1965); e a Carta de Direitos Humanos na Era Digital (Lei n.º 27/2021, de 17 de maio, em vigor em Portugal desde julho de 2021), de especial relevância para as/os profissionais de Comunicação.

Neste momento, temos em curso um diálogo com outros instrumentos de defesa dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais de outros países da Europa, Américas e África, bem como instrumentos setoriais de proteção de Direitos Humanos, como os supramencionados.

Após as aulas expositivas iniciais, a turma se organiza em grupos, com a possibilidade de escolha de temas afetos aos Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, comprometidos com a análise da eficácia destes na realidade portuguesa e global. Os temas eleitos no último ano desta experiência foram:

Direitos Humanos na Era Digital, Direitos Humanos e Direito do Ambiente, Direitos das Pessoas com Deficiência, Direitos das pessoas LGBTQIA+, Direito e Gênero, Racismos e Desigualdades, além de Direitos Humanos e Relações de Trabalho. As alunas e alunos expandiram os temas apresentados, de forma transdisciplinar, abordando outros subtemas, por exemplo, acessibilidade e parentalidade das pessoas com deficiência em Portugal, a aplicação dos objetivos de desenvolvimento sustentável e a saúde das pessoas LGBTQIA+.

As alunas e alunos são livres para apresentarem os trabalhos em diferentes formatos, assumindo o protagonismo das aulas, com todos os recursos que quiserem utilizar, o que estimula a criatividade, desperta o comprometimento e a autoconfiança. Produziram-se peças publicitárias, entrevistas<sup>7</sup>, materiais de conscientização e minidocumentários. Em seguida, abre-se, no formato de roda de conversa, à participação a todas/os as/os demais.

As avaliações são instrumentos para verificação da aprendizagem, com estímulo à escrita criativa e reflexiva, para muito além do simples conhecimento decorado dos temas abordados. Realiza-se igualmente a avaliação da unidade curricular e docente pela turma, bem como são apresentados os resultados.

De todo o trabalho desenvolvido importa apresentar como resultados pedagógicos (relatados pelas alunas e alunos, bem como verificados pela professora) os seguintes:

- 1) abordagem transdisciplinar, em linguagem acessível como elemento fulcral para a apreensão de concepções importantes para a compreensão dos Direitos Humanos e Direitos Fundamentais;
- 2) análise, compreensão e reflexão de concepções afetas às relações sociais e democráticas<sup>8</sup>, discriminação direta e indireta, ações afirmativas (Lobo, 2013), subrepresentatividade das mulheres na política e cargos de liderança – e a aceção jurídica de concepções relacionadas à aplicação do Direito no exercício da atividade de comunicação, como os impactos jurídicos e políticos da desinformação e *fake news*;
- 3) acessibilidade e envolvimento com o conteúdo para além da experiência universitária, fortalecendo a cidadania, a empatia e solidariedade.

Cita-se como exemplo a fala de um dos alunos responsáveis pela abordagem dos direitos das pessoas com deficiência que afirmou a integração do olhar sensível à acessibilidade no seu cotidiano: “hoje, eu penso no meu tema quando ando na rua”. Este tipo de reconhecimento e reflexão da vivência dos saberes no “dia a dia” das alunas e alunos é um resultado importante do potencial transformador da educação universitária.

A integração de todas e todos, com o reconhecimento de suas habilidades individuais e coletivas, a partir da divisão das tarefas em grupo, proporciona o desenvolvimento de autoconfiança para aplicação dos conhecimentos obtidos nas outras disciplinas para a produção dos trabalhos. Para além disso, a liberdade de poderem eleger o tema e o formato são elementos de engajamento e integração do corpo discente. Para além de proporcionar o desenvolvimento de argumentação para exercício da atividade profissional, fomenta, a partir da compreensão do arcabouço jurídico aplicado, a sensibilidade e empatia.

Finalmente, destacaram os alunos a importância da unidade curricular (optativa), sugerindo a integração desta aos cursos de Ciências da Comunicação. Quanto à docente, destacaram o respeito à autonomia, desenvolvimento crítico dos temas, alegria e entusiasmo no exercício das atividades. A importância do comprometimento docente com o exercício das suas atividades, bem como com o despertar para a formação cidadã, revelam que o amor pelo trabalho também pode ser despertado como chamado humano, cívico e vocacional, para o exercício de atividades profissionais comprometidas com a transformação do mundo em um lugar de paz, harmonia, solidariedade e justiça.

## **CONCLUSÃO**

O presente artigo teve por objetivo compartilhar as experiências da autora como professora associada da Universidade Autónoma de Lisboa no ensino e aprendizagem da Unidade Curricular Direitos Humanos e Direito Humanitário no curso de Ciências da Comunicação.

Para além da formação científica e académica, o ensino de Direitos

Humanos e Direitos Fundamentais objetiva, a partir da pedagogia freiriana e da compreensão de José Saramago, o papel da Universidade como espaço de desenvolvimento da cidadania, engajamento na transformação individual (autotransformação), comunitária, social e global.

Nesse sentido, descreveram-se aspectos metodológicos e pedagógicos para o desenvolvimento da unidade curricular, bem como os resultados pragmáticos a partir das vivências relacionadas com as atividades docentes e discentes reflexivas, dialógicas, criativas e relacionais.

Como mais um instrumento de linguagem e comunicação, o Direito e especificamente os Direitos Humanos, proporcionam às alunas e alunos do curso de Ciências da Comunicação, em contextos de turmas heterogêneas, interações socioculturais e acadêmicas diversificadas, inclusivas e plurais. Dessa forma, a integração da unidade curricular na formação dos futuros profissionais é importante elemento de contribuição para o desenvolvimento acadêmico e científico, bem como democrático, sustentável e cidadão.

## NOTAS

<sup>1</sup> “Os humanos não são nem os únicos habitantes nem os únicos beneficiários. Não podem, portanto, exercer soberania ilimitada sobre este mundo. Assim sendo, a verdadeira democracia só pode ser a do vivo como um todo. Esta democracia do vivo exige um aprofundamento não no sentido do universal, mas do ‘em comum’ e, portanto, um pacto de cuidado, o cuidado do planeta, o cuidado de todos os habitantes do mundo, humanos e não-humanos.” (Mbembe, 2021, p. 57)

<sup>2</sup> “A democracia sem o exercício da cidadania é ilusão natimorta. Natimorta, pois, considerando a realidade fática (aquilo que se chama o mundo da vida), o fato de uma Constituição inscrever em seu conteúdo que um Estado é uma república democrática não o faz nem república, nem tampouco, e muito menos, democracia.” (Lobo, 2022, p. 242)

<sup>3</sup> “As conexões íntimas que existem entre realidades diferentes criam unidades contraditórias. Em tais unidades, a contradição é essencial: não é um mero defeito do raciocínio. Num sentido amplo, filosófico, que não se confunde com o sentido que a lógica confere ao termo, a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem. A dialética não se contrapõe à lógica, mas vai além da lógica, desbravando um espaço que a lógica não consegue ocupar. Para desbravar esse novo espaço, a dialética modifica os instrumentos conceituais de que dispõe: passa a trabalhar, frequentemente, com determinações reflexivas e procura promover uma ‘fluidificação dos conceitos.’” (Konder, 1983, p. 49)

<sup>4</sup> “A transitividade crítica por outro lado, a que chegaríamos com uma educação dialogal e ativa, voltada para a responsabilidade social e política, se caracteriza pela profundidade na interpretação dos problemas. Pela substituição de explicações mágicas por princípios causais. Por procurar testar os “achados” e se dispor sempre a revisões. Por despir-se ao máximo de preconceitos na análise dos problemas e, na sua apreensão, esforçar-se por evitar deformações. Por negar a transferência da responsabilidade. Pela recusa a posições quietistas. Por segurança na argumentação. Pela prática do diálogo e não da polêmica. Pela receptividade ao novo, não apenas porque novo e pela não-recusa ao velho, só porque velho, mas pela aceitação de ambos, enquanto válidos. Por se inclinar sempre a arguições.” (Freire, 1967, p. 67)

<sup>5</sup> “A universidade é o último nível formativo em que o estudante se pode converter, com plena consciência, em cidadão; é o lugar de debate onde, por definição, o espírito crítico tem de florescer: um lugar de confronto, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma.” (Saramago, 2013, p. 26)

<sup>6</sup> Especificamente sob a óptica da Teoria Crítica Constitucional (Restrepo, 2013).

<sup>7</sup> Vide a seguinte entrevista realizada pela aluna Gláucia Sousa: <https://ualmedia.pt/joao-rodrigues-nao-acredito-que-a-estrategia-da-saude-para-pessoas-trans-da-dgs-tenha-sido-aplicada/>.

<sup>8</sup> Por exemplo: Direitos da Natureza, capacitismo, transfobia, aporofobia (Cortina, 2017).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cortina, A. (2017). *Aporofobia, el rechazo al pobre: Un desafío para la democracia*. Paidós.
- Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Editora Paz e Terra.
- Gudynas, E. (2019). *Os direitos da natureza: Ética biocêntrica e políticas ambientais*. Elefante.
- Levinas, E. (2014). *Totalidade e infinito. Ensaio sobre a exterioridade* (Trad. José Pinto Ribeiro, Rev. Artur Mourão). Edições 70.
- Konder, L. (1983). *O que é dialética*. Editora Brasiliense.
- Lobo, B. N. L. (2013). *O Direito à Igualdade na Constituição Brasileira*. Editora Fórum.
- Lobo, B. N. L. (2021). Direitos da natureza e Biopolítica. In C. C. Assis, C. Pires, L. Godoi, M. Neiva & P. H. N. Zanon (Eds.), *Direito e emergência(s): Reflexões jurídicas na pandemia da Covid-19* (pp. 99-105). Dialética.
- Lobo, B. N. L. (2022). Democracia e Universidade: aprendizagem cidadã por José Saramago. In C. Nogueira, (Ed.), *José Saramago: A escrita infinita* (pp. 239-260). Tinta da China.
- Mbembe, A. (2021). *Brutalismo*. Antígona.
- Restrepo, R. S. (2013). *Teoría crítica constitucional*. Centro de Estudios Jurídicos y Sociales Mispat.
- Rolnik, S. (2018). *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetina*. N-1 edições.
- Santos, B. S. (2018). *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Almedina.
- Saramago, J. (2013). *Democracia e universidade*. Fundação José Saramago.

# VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: NARRATIVAS DE INVISIBILIDADE

Brenda Fernandes, *Instituto Federal do Rio Grande do Norte (Brasil)*

Carla Cerqueira, *Universidade Lusófona, CICANT (Portugal)*

Emília Araújo, *Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho (Portugal)*

## ***Resumo***

Esta pesquisa está centrada na interseção entre jornalismo, direito e violência contra as mulheres. Pretendemos perceber a cobertura midiática da violência doméstica contra as mulheres em um jornal potiguar de grande circulação local nos períodos dos principais avanços legislativos nacionais sobre a temática: as Leis 11.340/2006 e 13.104/2015, tendo como objetivo analisar a comunicação midiática como uma ferramenta propulsora de direitos e de cidadania. Apesar de não ignorarmos que no contexto lusófono a imprensa encontrou dificuldades históricas para se fortalecer e caminhar por vias democráticas e compreendendo, ainda, que a imprensa não deve se restringir a aspectos de dominação em seus textos, entende-se que deve, no mínimo, enfatizá-los e problematizá-los. Os resultados da pesquisa (Fernandes, 2021) revelam que o jornal estudado tratou a temática, predominantemente, com superficialidade e pouca importância, vislumbrando-se, essencialmente, um enquadramento noticioso episódico, focado na mera narrativa de casos concretos de violência doméstica que resultaram em situações físicas drásticas, a morte ou grave lesão física à vítima.

## ***Palavras-chave***

violência doméstica, feminismo, narrativas de invisibilidade, Brasil

## INTRODUÇÃO

O Brasil situa-se, internacionalmente, como o quinto país do mundo quanto a maiores taxas de feminicídio e em primeiro lugar quanto a assassinatos de travestis e transexuais<sup>1</sup> (Transgender Europe [TGEU]<sup>2</sup>, 2020). A cada cinco minutos, uma mulher é agredida, vítima de violência doméstica (Waiselfisz, 2016) e, a cada duas horas, uma é assassinada, a maioria por homens com os quais tem relações afetivas (ONU, 2017). No Rio Grande do Norte, Estado do Nordeste brasileiro, houve um crescimento de quase 100% das taxas de homicídio de mulheres entre 2006 e 2013. Este é o segundo pior estado brasileiro neste *ranking* (Waiselfisz, 2016), atrás apenas de Roraima.

Esta realidade tem conduzido a vários estudos e pesquisas e a forte atuação de alguns movimentos, tanto sociais, especialmente dos coletivos feministas, quanto institucionalizados, como do Ministério Público e do Poder Judiciário. Neste texto, iremos demonstrar como as mulheres continuam a ser catalogadas, amedrontadas e invisibilizadas pela imprensa e de que modo esta prática naturalizada pela mídia merece ser objeto contínuo de reflexão, por um lado, e de intervenção política, por outro, especialmente no que concerne à institucionalização de uma política para comunicação midiática sensível ao gênero.

Com efeito, as desigualdades de gênero em contextos de dominação masculina têm-se perpetuado ao longo dos séculos e sido reproduzidas pelas instituições e seus agentes (Bourdieu, 2002; Leal, 2014; Moraes & Silva, 2021), impedindo o exercício adequado dos direitos humanos, especialmente das mulheres.

A família surge como uma instituição onde a dominação masculina encontra condições excepcionais de reprodução e, por isso, deve ser entendida como território político e não privado (Moraes, 1981, p. 45). Neste sentido, a luta feminista pela separação entre o espaço público e o privado contribuiu para a desconstrução das visões do público e do privado como esferas neutras, demonstrando que as

<sup>1</sup> De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2018), em 2017 foram contabilizados 179 assassinatos, sendo que 94% dos casos foram contra pessoas do gênero feminino.

<sup>2</sup> ONG Internacional Transgender Europe..

desigualdades de gênero estão enormemente ligadas aos espaços de reprodução (Fernandes et al., 2017; Magalhães et al., 2012). Recordemos que, no final dos anos 70 do século XX, o movimento feminista denunciou que muitos assassinatos de mulheres eram também fruto da violência de gênero – os chamados *femicide* nos Estados Unidos e *femicidio* ou *feminicidio* em Espanhol (Gomes, 2013). No Brasil é possível verificar o uso dos dois termos, mas o texto legal (Lei n. 13.104/2015) optou pelo termo *feminicidio* para se referir ao assassinato de mulheres que ocorre por razões da condição de gênero feminino. De qualquer forma, convém precisar que no âmbito do modelo feminista de violência de gênero, toda e qualquer violência contra as mulheres ocorrida em âmbito doméstico é compreendida como uma “violência de gênero”, invocando o peso da estrutura social patriarcal na definição das relações de poder no espaço doméstico.

Tal como referimos, neste texto pretendemos demonstrar que estes espaços-tempos de reprodução e produção (a família e o contexto doméstico) refletem, reproduzem e reatualizam os discursos midiáticos e, por isso, a mídia, em geral, é uma das instituições de socialização importantes, tanto no reforço de padrões patriarcais, como na desconstrução e superação das realidades sociais marcadas pela opressão de gênero. No cerne desta assunção está a ideia de que a cultura midiática molda a vida cotidiana, influenciando pensamentos, comportamentos e, até mesmo, como as pessoas veem os outros e a si mesmos e como constroem as suas identidades (Berns, 2001).

De modo a estabelecer algumas conclusões sobre a forma como a mídia trata os casos de feminicídio, e assumindo que a imprensa é “o grande canal de enunciação das questões sócio-políticas, se constitui em uma das instituições que têm um papel importante na luta pela ética e pela cidadania” (Weirauch, 2002, p. 56), iremos concentrar-nos na análise de conteúdo dos textos relacionados com a violência doméstica contra as mulheres no jornal de maior tiragem do Rio Grande do Norte, publicados no ano anterior, posterior e nos da publicação da Lei n. 11.340/2006 e da Lei n. 13.104/2015. Segue-se um olhar crítico, assente numa matriz epistemológica feminista como lente de leitura dos textos, a fim de analisar e enxergar eventual relação da cober-

tura noticiosa do fenômeno com um *continuum* histórico do patriarcado, caracterizando a cobertura noticiosa em três dimensões de análise: forma, conteúdo e discurso.

### **BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

A dominação masculina perpetua-se ao longo do tempo e é reproduzida pelas instituições e seus agentes. A distribuição estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois “sexos” e a estrutura do espaço correspondente demonstram que a ordem social tem funcionado como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça (Bourdieu, 2002; Chagas et al., 2020; Costa, 2017). Independentemente das interpretações e análises que importa fazer acerca da definição de gênero e entendimento das mulheres, importa perceber que a mídia tem muita importância na definição dos quadros de interação social e, portanto, nas práticas de respeito ou usurpação da legislação e, principalmente, dos Direitos Humanos (Comas-d’Argemir, 2015; Rajs, 2014; Simões, 2014). Tuchman (1978/2004) afirma, aliás, que “os meios de comunicação de massas refletem os valores sociais dominantes” (p. 139). Acontece que as sociedades atuais continuam a estar bastante sedimentadas em modelos patriarcais de entendimento da vida quotidiana que se refletem sobre a visão do mundo social, em geral. Por isso, a representação das mulheres nos meios de comunicação faz-se ainda muito na base de estratégias discursivas que acabam por condená-las, trivializá-las ou mesmo torná-las ausentes, o que conduz ao “aniquilamento simbólico” (Tuchman, 1978/2004).

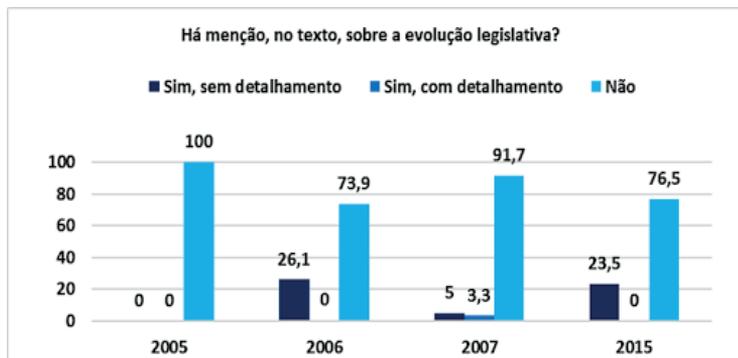
Neste texto iremos apresentar as principais conclusões do estudo que desenvolvemos, dando destaque à invisibilidade a que o feminicídio é votado nas peças publicadas pelo jornal que analisamos, bem como as estratégias de melhoria dos enfoques midiáticos sobre o tema.

## NOTA METODOLÓGICA

A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo dos textos encontrados sobre a temática em 2005, 2006, 2007 e 2015, tendo como dimensões de análise a forma, o conteúdo e o discurso presentes nas narrativas jornalísticas, utilizando, ainda, entrevistas como um instrumento de coleta de dados complementar, ponderando os contextos, valores e as representações simbólicas. Para a constituição do *corpus* de análise foram folheados, lidos e analisados os textos expostos em 1.235 exemplares da *Tribuna*, englobando os quatro anos supramencionados. Encontrámos 122 peças sobre violência doméstica contra as mulheres, às quais aplicámos uma grelha composta por 55 categorias de análise.

## NARRATIVAS DE INVISIBILIDADE EM UM JORNAL LOCAL

O jornal analisado ignorou a evolução legislativa sobre a violência doméstica contra as mulheres – tanto em 2006, quanto em 2015 – e a apresentou, majoritariamente, como situações isoladas e específicas, através de um enquadramento meramente episódico, não contribuindo para a reflexividade dos sujeitos sociais acerca da problemática e tendendo a reforçar os padrões de dominação e de justificação da violência contra as mulheres.



**Gráfico 1:** Menção sobre a evolução legislativa nas peças, por ano

Fonte: Análise de conteúdo de materiais de 2007 e 2016 recolhidos pela autora

Tal como enuncia Colling (2015), percebemos que o corpo feminino tem sido desqualificado através das práticas discursivas e não discursivas, textuais e visuais. Pela análise de conteúdo, observamos que a violência doméstica contra as mulheres é invisibilizada e banalizada, a ponto de ser levada a pauta midiática, apenas na ocorrência de atos de violência física extrema e incommum, com grande potencial para gerar comoção e audiência.



**Figuras 1 e 2:** Reportagem e charge de novembro de 2015, do jornal “Tribuna”  
Fonte: Documentos recolhidos durante a análise de conteúdo de materiais de 2007 e 2016

A imagem do corpo no chão, na Figura 1, busca chocar. Da imagem depreende-se a ideia de fragilidade feminina, à medida em que uma parte de um corpo feminino, com unhas dos pés pintadas, é mostrado no chão, enquanto policiais, do sexo masculino, ao fundo, buscam “resolver” a situação. Na Figura 2 parece-nos bem simbólica a escolha e a utilização do batom, tombado e sangrando, induzindo o/a leitor/a a visualizar uma faceta dos papéis de gênero e das características inerentes a eles, transmitindo mais uma vez a ideia de fragilidade, atrelada à beleza e à passividade. Além disso transparece que a violência contra as mulheres é sempre uma violência física, o que também se revelou ao observar o tipo de violência doméstica noticiada pelo jornal.

As narrativas, quase em sua totalidade, ignoraram as relações assimétricas entre homens e mulheres, não vislumbrando a violência doméstica contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos.

Os títulos das peças noticiosas reforçam um protagonismo masculino e, mesmo quando não utilizam expressões pejorativas em face das vítimas mulheres, empregam, predominantemente, a voz passiva para a vítima e a ativa para o agressor, pretendendo-se incutir um estado de pânico generalizado. Nos próprios títulos das publicações há palavras buscando induzir determinados estereótipos, como ao utilizar “amante”, “infel” e “dançarina”. Em outras situações há um tratamento mais dócil das vítimas ao transparecer a ideia de maternidade.

A análise do *corpus* demonstra a invisibilidade das mulheres através de vários processos adicionais, como não se dar voz a movimentos feministas ao noticiar a violência doméstica contra as mulheres e escutar, predominantemente, agentes de segurança pública do sexo masculino para a composição das peças. Tal como afirma Simões, a narrativa dos jornais apresenta-se “marcad[a] por enquadramentos institucionalizados, que as fontes de informação transportam nos seus discursos” (Simões, 2013, p. 50), absorvidas pelo discurso midiático, de forma acrítica e natural. A imprensa tende a representar poderes disciplinadores e normalizadores como ela, o que conduz a implícitos mecanismos de “exclusão de uma panóplia mais vasta de atores sociais, que se batem com dificuldades pelo acesso ao espaço público e à participação nos processos de formação discursiva de áreas de legitimidade comum” (Simões, 2013, pp. 50-51), tais quais os movimentos feministas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso dos meios de comunicação é um discurso socialmente enraizado que transporta para dentro de si as formas de opressão que ainda marcam a sociedade. A linguagem envolve o processo semiótico e as representações não são apenas culturais, mas implicam relações económicas e de poder que estruturam a realidade dentro das instituições midiáticas, podendo

as representações midiáticas ser sustentadas e sustentar os interesses do patriarcado e capitalismo (Silveirinha, 2012).

A pouca visibilidade atribuída à temática pelo jornal – que em 1.235 exemplares da *Tribuna* publicou apenas 122 peças sobre violência doméstica contra as mulheres – e a não apresentação do crime como uma violação dos direitos humanos, mesmo estando isso previsto na Lei Maria da Penha, contribuem para a ideia de um crime comum, banalizado (Carter, 1998/2004), cristalizando representações que assentam no silenciamento e na perpetuação da opressão das mulheres. A diretriz legal referente ao respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar (art. 8º, III, da Lei 11.340) também não foi observada. Esta realidade parece ser pouquíssimo conhecida pelos/as jornalistas e agentes públicos no Rio Grande do Norte, sendo perceptível a desarticulação dos poderes e da imprensa no que concerne às políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres.

O jornal analisado não se mostrou comprometido com a conscientização do público sobre as desigualdades de gênero que culminam na violência doméstica contra as mulheres, nem na construção de uma ponte informativa sobre os avanços legislativos e/ou na oferta de informações sobre quaisquer tipos de apoio às vítimas sobreviventes ou a seus familiares. Tais escolhas discursivas, ao tratarem da violência doméstica contra as mulheres como episódios isolados, só noticiados ao envolver violência física extrema, obscurecem a dimensão sistemática da violência doméstica cotidiana.

Importa estudar mais profundamente a violência doméstica contra as mulheres nos jornais e noutra mídia informativa, inclusive os eventuais efeitos *copycat* da cobertura noticiosa deste tipo de crime, e buscar criar mecanismos de intervenção na construção da mensagem midiática sobre a violência contra as mulheres, de modo a que a mídia possa utilizar o seu poder para conscientizar sobre as desigualdades de gênero, demonstrando a gravidade deste flagelo social e que cada morte poderia ter sido evitada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Berns, N. (2001). Degendering the problem and gendering the blame: Political discourse on women and violence. *Gender & Society*, 15(2), 262-281. <https://doi.org/10.1177/089124301015002006>
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. Bertrand Brasil.
- Carter, C. (1998/2004). Quando o «extraordinário» se torna «banal». As notícias quotidianas de violência sexual. In M. J. Silveirinha (Ed.), *As mulheres e os media* (pp. 13-28). Livros Horizonte.
- Chagas, I., Mendonça, F. V. K. M., & Azevêdo, J. H. P. (2020). Narrativas de homens autores de violência contra mulheres: pistas para compreensão de um fenômeno mais amplo. In B. S. Leal, C. A. de Carvalho, & E. Antunes (Ed.), *Um problema cotidiano: jornalismo e violência contra a mulher no Brasil* (pp. 159-178). PPGCOM/UFMG.
- Colling, A. M. (2015). A construção histórica do corpo feminino. *Caderno Espaço Feminino*, 28(2), 180-200. <https://doi.org/10.14393/cef-v28n2a2015-9>
- Comas-d'Árgemir, D. (2015). News of partner femicides: The shift from private issue to public problem. *European Journal of Communication*, 30(2), 121-136. <https://doi.org/10.1177/0267323114544865>
- Costa, D. (2017). Violência de género, igualdade e direitos humanos. In S. Neves & D. Costa (Eds.), *Violências de género* (pp. 45-75). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Fernandes, B. C. A. (2021). *Para os jornais a mulher importa, desde que morta: a violência contra as mulheres na mídia*. Tese de Doutorado. Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Fernandes, B. C. A., Cerqueira, C. P. B., & Araújo, E. R. (2017). A violência contra as mulheres nos meios de comunicação: uma análise ao caso brasileiro. In *Anais, Seminário internacional fazendo gênero – 11º e 13º Congresso mundos de mulheres: “Transformações, conexões, deslocamentos”*, Florianópolis, Brasil. [http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503886964\\_ARQUIVO\\_Modelo\\_Texto\\_completo\\_Brenda2.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503886964_ARQUIVO_Modelo_Texto_completo_Brenda2.pdf)
- Gomes, I. S. (2013). Femicídio y feminicidio: avances para nombrar la

expresión letal de la violencia de género contra las mujeres. *GénEros*, 20(13), 23-42.

Leal, B. S. (2014). Convencionalidades narrativas e os crimes de proximidade: a violência contra mulheres no Brasil e as tensões na escrita jornalística. In M. de L. Martins, R. Cabecinhas, L. Macedo, & I. Macedo (Eds.), *Interfaces da lusofonia* (pp. 210-220). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.

Magalhães, S., Cerqueira, C. P. B., & Bernardo, M. (2012). *Media and the (im)permeability of public sphere to gender*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/21122>

Moraes, F., & da Silva, M. V. (2021). A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In I. Bomfim, B. Sartor, K. M. Vieira, & M. V. da Silva (Eds.), *Mídia e zeitgeist* (pp. 113-138). Editora Insular.

Moraes, M. L. Q. de. (1981). Família e feminismo. *Cadernos de Pesquisa*, (37), 44-51.

Organização das Nações Unidas (ONU). (2017, 25 de maio). *ONU alerta para os custos da violência contra as mulheres no mundo* [Weblog]. <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-alerta-para-os-custos-da-violencia-contra-as-mulheres-no-mundo>.

Rajs, M. S. R. (2014). La violencia contra las mujeres en las noticias en México: el tratamiento acrítico y dispar de un grave problema social. *Acta Sociológica*, (65), 37-64. [https://doi.org/10.1016/S0186-6028\(14\)70236-1](https://doi.org/10.1016/S0186-6028(14)70236-1)

Silveirinha, M. J. (2012). Repensar as políticas públicas sobre as mulheres e os *media* – ou do quão cruciais são os estudos feministas da comunicação. *Revista Ex-Aequo*, 25, 91-104.

Simões, R. J. B. (2013). Disciplina e normalização: o discurso prisional no espaço público mediatizado. In R. B. Simões, C. Camponez, & A. T. Peixinho (Ed.), *Justiça e comunicação: o diálogo (im)possível* (pp. 33-51). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Simões, R. B. (2014). Do “pessoal ao político”: Tensões, paradoxos e impli-

cações da mediatização da violência contra as mulheres em Portugal. *Media & Journalism*, 25(14), 33-51.

Transgender Europe (TGEU). (2020). *Trans murder monitoring*. [https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/?submap=tmm\\_2020](https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/?submap=tmm_2020).

Tuchman, G. (1978/2004). O aniquilamento simbólico das mulheres pelos meios de comunicação de massas. In M. J. Silveirinha (Ed.), *As mulheres e os media* (pp. 139-153). Livros Horizonte.

Waiselfisz, J. J. (2016). *Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo*. FLACSO Brasil.

Weirauch, C. S. (2002). Imprensa e sociedade. *Logos*, 9(1), 53-56.



*Parte 3*

# INTERVENÇÃO E COMUNIDADE

# WHATSAPP E ATIVISMO: UM GRUPO DE MULHERES FAZENDO GESTÃO SOCIAL NUMA FAVELA

Ester O. Bayerl, *Serviço Social do Comércio do Rio de Janeiro (Brasil)*

## ***Resumo***

O presente artigo apresenta uma análise sobre a utilização do aplicativo WhatsApp como um recurso para a mobilização de agentes sociais nos territórios das favelas Cidade de Deus e Morro do Borel, no Rio de Janeiro. Pela facilidade na utilização e na aquisição deste recurso e pela possibilidade de utilização da oralidade nas mensagens de voz, o aplicativo se transformou numa importante ferramenta de comunicação e diálogo entre moradores de favelas e lideranças comunitárias, através da transmissão de oralidades, do compartilhamento de saberes, que se deram através da gestão do projeto Guarda Roupas Solidário nos dois territórios. Através dessa prática, tornou-se possível identificar que o aplicativo possibilitou a troca de experiências, o compartilhamento de saberes e vivências e se transformou numa ferramenta importante de transformação social, engajamento, escuta crítica e articulação comunitária, trazendo novos olhares para o fazer social, dando visibilidade aos agentes sociais, em especial às mulheres engajadas no projeto e oportunizando novas relações de apropriação e pertencimento.

## ***Palavras-chave***

WhatsApp, mulherismo afreekana, saberes populares, transformação social, tecnologias sociais

## INTRODUÇÃO

De acordo com Portela, a Cidade de Deus fundada a partir da década de 1960, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, tem cerca de 40 mil pessoas. Boa parte vive abaixo da linha da pobreza (Portela, 2017). Esse é um território conhecido não somente pelo filme, mas também por sua extensa trajetória de mobilização e articulação social. Outra favela, conhecida como Morro do Borel<sup>1</sup>, situada na Zona Norte, tem sua ocupação iniciada na década de 1920 e conta hoje com cerca de 20 mil pessoas.

O que essas favelas têm em comum? A conexão de mulheres<sup>2</sup>, em sua maioria negras, ativistas sociais, que se apropriaram da gestão das tecnologias sociais em seus territórios.

Articuladas através da ferramenta WhatsApp, elas fazem a gestão do projeto Guarda Roupas Solidário e, assim, viabilizam a comunicação comunitária em seus territórios, organizando a logística das doações e priorizando as famílias que estão em situação de maior vulnerabilidade.

O Projeto Guarda Roupas Solidário é uma iniciativa que articula diferentes redes para a doação de roupas, calçados, produtos de higiene e mobiliário para sete outras favelas em todo o Estado do Rio de Janeiro. Através dessa articulação, conseguimos atender às favelas, aos desabrigados, aos moradores de rua, e às vítimas de enchentes. Seria difícil realizar essa logística em tempo real com outra ferramenta, mas, com essa ferramenta esse grupo de mulheres, tem tornado essa gestão possível.

As tecnologias sociais são uma importante estratégia para o desenvolvimento territorial, que atendem à necessidade da população para a superação da pobreza e das desigualdades. São também um grande motivador para o engajamento de mulheres na produção de ações orientadas para o acesso democrático da população aos bens e serviços.

Somam-se a essas questões o fato de terem baixo custo, facilidade

<sup>1</sup> Ver [https://pt.wikipedia.org/wiki/Morro\\_do\\_Borel](https://pt.wikipedia.org/wiki/Morro_do_Borel)

<sup>2</sup> O projeto, realizado na favela Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, onde um grupo de mulheres se organizou para fazer a gestão das doações das roupas durante a pandemia e isso gerou uma grande movimentação comunitária, incluindo a fabricação de itens de higiene pessoal para os moradores. Também é realizado na favela do Borel, na Tijuca, na subcomunidade Indiana, onde há um outro grupo de mulheres que também faz a gestão e divulgação do projeto na favela.

de implementação e grande capilarização nos territórios. Tudo isso contribui para uma ressignificação do fazer social, cuja ação coletiva é orientada em função do todo, porém, sem perder o foco na gestão/governança comunitária.

A formação desse grupo de mulheres possibilita então uma grande reflexão sobre conceitos como os de “grupos de fala” e o “mulherismo afreekana” e sua fundamentação na articulação social de lideranças locais em função de uma solução coletiva de problemas. É o que Freire chama de “Pedagogia da Indignação” (Freire, 2001, p. 73) – uma ação que ao mesmo tempo denuncia um problema e anuncia uma liberdade.

A comunicação através desse aplicativo também possibilita liberdade: a de poderem compartilhar seus saberes, a seu modo, tendo construído um espaço de escuta e de fala importante em suas comunidades. Não sendo mais secundarizadas (Gonzalez, 2020, p. 219), sendo elas as responsáveis por suas posições de identidade, solidariedade e fidelidade – fundamental para a produção de ações transformadoras.

### **WHATSAPP COMO UMA FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

De acordo com Gonçalves (2022), dentre os aplicativos de troca de mensagens, o WhatsApp é o mais popular do Brasil, estando presente na tela inicial de mais de metade das pessoas que utilizam *smartphone*. Essa popularidade foi observada na forma como, nas duas favelas, as moradoras dialogam em conversas quase simultâneas sobre a gestão do projeto em seus territórios. Há muito mais rapidez no compartilhamento de informações sobre a chegada de doações, no levantamento de necessidades que transborda a aplicação das pesquisas formais e identifica, quase em tempo real, as demandas dos moradores. Além disso, destaca os pontos de atenção e as oportunidades de atendimento preferencial de famílias com maior necessidade, oferecendo dados quantitativos e qualitativos simultaneamente. E o mais importante: conecta grupos simultaneamente para o tratamento coletivo desses dados.

Essa conexão espaço-temporal modifica a forma como os moradores percebem as questões sociais, amplifica as possibilidades de diálogo e amplia as possibilidades de participação social. Para além disso, nota-se uma gran-

de aproximação e apropriação entre as participantes e os beneficiários do projeto, pois o aplicativo possibilita “encurtar distâncias” e agilizar a tomada de decisões.

Os usos sociais desse aplicativo refletem os impactos sociais das transformações tecnológicas vividas no cotidiano e ressignificam processos e fluxos operacionais e práticas sociais. Dessa forma, surgem duas questões importantes a observar sobre a utilização do WhatsApp como uma ferramenta para transformação e ativismo social:

- 1) a construção de grupos de diálogo e as interações sociais estabelecidas através da comunicação mediada por dispositivos móveis nos grupos, que resultam numa nova dinâmica de participação social e;
- 2) a visibilidade de grupos até então secundarizados no tocante ao fazer social e que constroem novos espaços de atuação social mediados por dispositivos móveis.

### **A POPULARIZAÇÃO DO WHATSAPP**

Lançado em 2009, o aplicativo, segundo Marques (2019), era utilizado apenas por usuários de iPhone – o que inviabilizava sua instalação nos aparelhos mais populares como os do sistema Android. Em 2010, o WhatsApp foi adaptado para todos os outros sistemas, podendo ser baixado em todos os aparelhos no mundo. Com sua popularização em 2010/2011, a *app* se tornou gratuita para todas as plataformas e atualmente, tem uma base de mais de 100 milhões de usuários somente no Brasil. Através desse aplicativo é possível enviar mensagens de áudio, de vídeo, realizar chamadas de áudio e vídeo sem custo, produzir mensagens de texto e outras mídias e recursos, bem como saber quando as pessoas estão online, quando acessaram ao aplicativo pela última vez, criaram grupos temáticos e listas de transmissão e se os destinatários receberam/visualizaram as mensagens/arquivos enviados.

Com a possibilidade de criar grupos e listas de transmissão, tornou-se uma ferramenta importante para diversos nichos de ação, tais como empreendedores, lojas, grupos temáticos, políticos, religiosos, escolas, cursos,

etc. O WhatsApp se tornou uma ferramenta tão comum, que as pessoas ao se conhecerem e compartilharem interesses, usualmente perguntam “você tem WhatsApp?” – ao invés de perguntarem pelo número de telefone. Até então, os torpedos eram a ferramenta mais utilizada no mundo para a troca de mensagens. Porém, no Brasil, eram tarifados e com o surgimento do desse novo aplicativo, o WhatsApp tornou-se rapidamente a principal ferramenta para a troca de mensagens de texto sem custo (Chequer, 2020).

O WhatsApp é também uma ferramenta de comunicação que opera facilmente com a escassez de recursos tecnológicos ou com uma rede de dados insuficiente e inconstante. Mesmo com um aparelho android com poucos recursos é possível receber e enviar mensagens, que não são taxadas, como são os torpedos, pois utilizam a conexão com a Internet. O uso desse aplicativo já faz parte das configurações mínimas dos pacotes de dados, mesmo os pré-pagos. E basta uma conexão, ainda que instável e rápida para baixar e encaminhar informações. Nas favelas, de acordo com Julião (2021), cerca de 43% dos lares ou não têm internet ou possuem uma conexão ineficiente. E o aplicativo garante uma participação mínima viável para esses moradores.

Por sua aplicabilidade e pela possibilidade de utilizar diversos recursos offline, também é possível preparar as comunicações para enviá-las quando houver conexão. Por esse motivo, foi muito utilizado durante o isolamento social, como uma ferramenta de diálogo entre as escolas públicas, setores de saúde e outros agentes, garantindo uma atuação/comunicabilidade mínima nos territórios mais vulneráveis durante a pandemia (Bitencourt, 2021), para pessoas que não têm conexão com a internet todos os dias e em suas residências. Vale destacar a ausência do Estado na criação e aplicação de políticas públicas e sociais emergenciais de conectividade, que ampliasse os canais de participação e fornecesse recursos para o acesso à informação da população nos dois últimos anos. Dadas essas informações, percebe-se o motivo pelo qual esta ferramenta se tornou numa das mais importantes na comunicação e na transmissão de informações.

## A COMUNICAÇÃO MEDIADA POR DISPOSITIVOS MÓVEIS

No mundo corporativo, incluindo o setor de projetos sociais, há diversas ferramentas tecnológicas de suporte ao trabalho social. No entanto, no cotidiano desses projetos, nas regiões onde se busca o impacto social, nem todas estão disponíveis para o uso das favelas e seus moradores.

Na maioria dos projetos, inclusive, as favelas e as regiões periféricas são consideradas a “ponta” dos projetos sociais, recebendo ações, equipamentos e recursos físicos e materiais, cujo envolvimento dos moradores se dá sob a perspectiva de execução dos projetos planejados em outros setores/locais, cuja dinâmica de operacionalização se dá de forma vertical, ou seja: as instâncias decisórias muitas vezes não consideram as comunidades no planejamento. Há ações que muitas vezes, sequer foram pensadas em conjunto e que fazem parte de “pacotes” pré-determinados pelas instituições e empresas. Nesses casos, constata-se que a dinâmica nos territórios, entre instituições e moradores está pautada no “recebimento” de ações e não necessariamente na sua produção/autoria.

Na comunicação mediada por dispositivos móveis, nota-se então, que o WhatsApp revela os interesses desde suas origens sociais, possibilitando aos moradores ir além de uma realização simplista e mecânica. Há ainda uma crítica a esse olhar focado nos avanços tecnológicos voltados para os indicadores e metas objetivas das empresas e não das regiões periféricas e vulneráveis (Walker, 2002).

Dessa forma, tanto o projeto Guarda Roupas Solidário quanto a Fábrica Solidária rompem a dinâmica passiva de ações e com esse entendimento de que são a “etapa final” de um planejamento. Inserem moradores e lideranças comunitárias num ambiente ativo de planejamento, gestão e retroalimentação, transformando esses atores em agentes de suas próprias histórias e donos de suas próprias metodologias de trabalho.

O ciclo não se encerra com a implantação das ações sociais nas favelas: esse é mais um início e o projeto tem experimentado dessa outra forma de olhar o investimento social. Talvez, por esse motivo, tenham sido tão bem aderidos em seus espaços de atuação, transformando-se em ações orgânicas

e bastante difundidas devido à grande apropriação pelo público, que se vê beneficiado pelos projetos, mas também conseguem se ver como criadores de novas estratégias, apoiadores e dinamizadores.

Trata-se da construção de um processo democrático na produção da tecnologia e no acesso aos processos e recursos oriundos de sua implementação. É o mais interessante: todas as etapas do processo rendem bons frutos e grandes aprendizados, demonstrando que o projeto promove a inclusão social dos moradores e todos os momentos, promovendo em larga escala, o desenvolvimento local sustentável (Lassange Jr. & Pedreira, 2004, p. 11).

De acordo com Gushiken, há tecnologias sociais que alcançam um patamar de operação, na qual o impacto [social] projeta novas fases, alcançando escalas nunca antes imaginadas, demonstrando que o nível de articulação realizado é capaz de acionar redes de tecnologias sociais (Lassange Jr. & Pedreira, 2004, p. 13). Fica claro que o WhatsApp alcançou um grau de usabilidade que rompe com todas as dificuldades, de forma que se tornou uma ferramenta importante para solucionar demandas sociais. Com o uso desse aplicativo é possível inseri-lo na dinâmica de vida dos moradores, articular ações e fomentar o engajamento dos participantes de forma que possibilita uma visão real do impacto do projeto nos territórios. É uma ferramenta que traz uma grande inovação na comunicação entre os atores sociais, possibilita trocas sociais, compartilhamento de saberes locais e tradições populares, além de abordar processos de empoderamento, economia solidária e superação das dificuldades (Lassange Jr. & Pedreira, 2004, p.13).

A visibilidade de grupos secundarizados no fazer social mediado por dispositivos móveis. De acordo com Lassance Jr. e Pedreira (2004), por serem extremamente simples, muitas vezes, há uma confusão e até uma classificação do que é ou não uma tecnologia social. Esse assunto é importante porque precisamos compreender o que faz um grupo periférico ser compreendido como “secundarizado” na sociedade. O avanço tecnológico, o advento do metaverso, a utilização de indicadores ESG, mas é importante reforçar: há transformação social sendo realizada em favelas, através da utilização de uma ferramenta cotidiana como o WhatsApp.

No livro de Paiva e Burgos (2009, p. 7), há uma análise sobre o conceito

do “efeito vizinhança” sobre o trabalho das instituições e seu impacto no desempenho dos projetos sociais. Esse debate, visa uma análise crítica a respeito da segregação urbana existente nas metrópoles e propõe uma compreensão sobre a possibilidade de fruição de direitos nos lugares onde faltam condições básicas para o exercício da cidadania. No texto, o autor afirma que a escola pública, inserida dentro das favelas, possui um lugar estratégico na construção de consensos cognitivos básicos, tornando-se um laboratório privilegiado de investigação dos efeitos da segregação urbana e também um papel de mitigação dessa desigualdade social.

Do ponto de vista dos projetos sociais, a participação cidadã e a percepção de seus direitos pelos sujeitos são objetivos bastante citados, tendo seus processos e fluxos operacionais voltados para essas missões. De acordo com Nitahara (2012), as ONG e os projetos sociais são, muitas vezes, as únicas possibilidades de enfrentamento e escape às violências presentes nos territórios favelizados e periféricos. As tecnologias sociais desenvolvidas nesses espaços reafirmam que as soluções encontradas para a superação da pobreza, das desigualdades e da falta de acesso a bens são criadas. Elas são pautadas nas carências e nas esperanças cotidianas, na sabedoria popular e nos conhecimentos e saberes compartilhados, cabendo muitas vezes, aos próprios moradores a construção de alternativas coletivas e sociais aos problemas presentes e diários que enfrentam. Quando os projetos vêm “de fora”, conforme afirma Nitahara (2012), correm o risco de não funcionar, porque não possuem relação com as vivências cotidianas e acabam não tendo nenhum grau de adaptabilidade ou de apropriação. É preciso investir em ações que compreendam as percepções individuais dos sujeitos e as necessidades coletivas.

Partindo desse entendimento, nota-se a grande importância de entender que os projetos sociais possibilitam a universalização dos Direitos Humanos nos territórios vulneráveis (Paiva & Burgos, 2009), onde as construções sociais existentes nas práticas e fazeres sociais, devem ser permeadas pela percepção de que os moradores são sujeitos de direitos e que têm direito a ter direitos. Dessa forma, o WhatsApp reforça a participação e traz visibilidade às participantes no projeto da Cidade de Deus e no Morro do Borel, de forma que se transformaram em grandes referências do projeto. A ação dessas mu-

Iheres em suas comunidades, regiões onde moram e onde atuam socialmente, amplia o alcance do projeto, promovendo impactos no campo individual e coletivo, proporcionando um circuito social de fazeres, processos e fluxos que depende de uma gestão própria e próxima dos moradores.

## **CONCLUSÃO**

Como resultados obtidos nas observações e na experimentação empírica, conclui-se que o aplicativo WhatsApp trouxe mobilidade ao projeto, ampliou sua capilaridade entre os moradores e potencializou as formas de participação comunitárias, expressando a possibilidade de mulheres que antes tinham pouca ou nenhuma participação enquanto gestoras sociais – apenas eram consideradas como beneficiárias. Agora, essas mulheres podem atuar ativamente na organização do espaço, na arrumação das peças, identificação e priorização das famílias mais vulneráveis, cadastramento dos beneficiários, agendamento da distribuição dos itens doados e produção de novos itens. Além disso, se sentem pertencentes para propor mudanças, inclusão de serviços e sugestão de produção de itens que são necessários para o coletivo.

Nota-se também que há um olhar importante para o coletivo, fortalecendo as bases sociais do projeto no território, uma vez que abre espaço para que mais pessoas possam falar e ser ouvidas em seus pleitos sociais, configurando que esses projetos, por serem tecnologias sociais, demandam um fazer social pautado nas demandas locais e, principalmente, na possibilidade de suprir necessidades coletivas ainda pouco atendidas.

A configuração metodológica desse projeto é pautada nas premissas da pesquisa-ação, conforme afirmou Thiollent (2004), no qual se busca níveis mais acessíveis de intervenção/ação social, tais como: ações dialogadas entre os grupos, através das relações interpessoais; níveis acessíveis de produção e implementação de ações, estratégias fundamentadas em demandas sociais concretas, valorização da diversidade nos territórios, flexibilidade nas ações propostas, engajamento sociopolítico a serviço dos moradores e a “atitude de escuta” isenta de uma posição unilateral. Tudo isso mostra que é possível

desenvolver ações coletivas e democráticas nos territórios, ao mesmo tempo que se promovem processos diversos de tomada de consciência entre os envolvidos, dando visibilidade aos reais agentes de transformação, que são os moradores das favelas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bitencourt, R. (2021, 4 de maio). Sem internet, favela vive “Estado mínimo” profundo na pandemia, aponta Instituto Locomotiva. *Valor Econômico*. <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/05/04/sem-internet-favela-vive-estado-minimo-profundo-na-pandemia-aponta-instituto-locomotiva.ghtml>

Chequer, V. (2020, 6 de julho) WhatsApp no Brasil: como o app se tornou a principal forma de comunicação digital? *Take Blip Blog*. <https://www.take.net/blog/whatsapp/whatsapp-no-brasil/>

Freire, P. (2001). *A educação na cidade*. Cortez.

Gonçalves, A. L D (2022, 8 de janeiro). WhatsApp é o app mais popular do Brasil; veja o top 10. <https://www.tecmundo.com.br/dispositivos-moveis/231633-whatsapp-app-popular-brasil-veja-o-top-10.htm>

Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Zahar.

Lassange Jr., A. E.L., & Pedreira, J. S. (2004) Tecnologias sociais e políticas públicas. In R. Dagnino (Ed.), *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento* (pp. 65-83). Fundação Banco do Brasil.

Julião, H. (2021, 4 de maio). Internet 3G e 4G não chega ou é ineficiente em 43% dos lares nas favelas. *Teletime*. Disponível em: <https://teletime.com.br/04/05/2021/internet-3g-ou-4g-nao-chega-ou-e-ineficiente-no-lar-de-43-dos-moradores-de-favelas/>

Marques, J. (2019, 17 de janeiro). Quem inventou o WhatsApp? Veja oito curiosidades sobre a história do app. *Tech Tudo*. <https://www.techtudo.com.br/listas/2019/01/quem-inventou-o-whatsapp-veja-oito-curiosidades-sobre-a-historia-do-app.ghtml>

Nitahara, A. (2022, 20 de março). Pesquisa mostra importância de pro-

jetos sociais em favelas do Rio. *EBC*. <https://memoria.ebc.com.br/2012/09/pesquisa-mostra-importancia-de-projetos-sociais-em-favelas-do-rio>

Paiva, A. R., & Burgos, M. B. (Ed.). *A escola e a favela*. Editora PUC-Rio/ Editora Pallas.

Portela, J. A. S. (2017, setembro). *Diagnóstico Cidade de Deus*. <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/34848/2/Diagn%C3%B3stico%20Cidade%20de%20Deus%20-%20PDF.pdf>

Thiollent, M. (2004). *Metodologia da pesquisa-ação*. Cortez.

Walker, R. K. (2022). *Produzindo impacto social: elaborando e avaliando projetos de desenvolvimento*. E.P.U.

# COMO OS “DESCONECTADOS” SE COMUNICAM: COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL

Paulo Victor Melo, *Labcom/Universidade da Beira Interior (Portugal)*

## ***Resumo***

O presente artigo objetiva discutir como, numa realidade de assimetrias no acesso à internet e às tecnologias digitais de informação e comunicação, experiências de comunicação comunitária têm se desenvolvido durante a pandemia da Covid-19 no Brasil. De caráter exploratório, o trabalho analisa os sites e materiais de comunicação produzidos pela Emergência Indígena e Quilombo sem Covid-19, articulações gestadas no contexto da crise sanitária atual. Afirma-se, de um modo geral, que essas duas iniciativas se constituem pela “necessidade de comunicar”, enquanto estratégia de sobrevivência frente à negligência do Estado brasileiro, e contribuem para processos de educação e mobilização comunitária.

## ***Palavras-chave***

comunicação comunitária, desigualdades, Emergência Indígena, Quilombo sem Covid-19

## INTRODUÇÃO

“Nesta pandemia não estamos todos no mesmo barco, estamos no mesmo mar; uns em iate, outros em lancha, outros em salvavidas e outros ainda nadando com todas as suas forças”. Refutando a ideia de que o coronavírus é um “vírus democrático”, a metáfora utilizada por organizações indígenas simboliza como a pandemia de Covid-19 tem afetado com maior gravidade segmentos vulnerabilizados da sociedade.

A respeito disso, um estudo da Oxfam (2021) alertou que a Covid-19 está aprofundando uma pandemia de desigualdades, em que as mulheres, a população negra e integrantes de grupos étnicos minoritários são os que mais sofrem. O estudo apontou ainda que, caso políticas públicas não sejam adotadas, as pessoas mais pobres levarão cerca de uma década para voltar ao nível socioeconômico em que estavam antes da crise. E, na transposição de diversas atividades para o ambiente digital por ocasião do distanciamento físico enquanto medida de prevenção à doença, as desigualdades de acesso à internet e às tecnologias de informação e comunicação têm sido evidenciadas.

Como “ficar em casa” e trabalhar ou estudar “online” quando não se tem internet e/ou dispositivos digitais? Este é um desafio vivenciado, todos os dias, por 20% da população brasileira que não tem acesso regular à internet. E os dados demonstram que, quanto menor a renda, menor a presença digital: considerando a população das faixas de renda mais baixas, apenas 13% das pessoas têm computador em casa e 90% acessam internet exclusivamente pelo celular (CGI.Br, 2021).

Frente a esta realidade, Povos e Comunidades Tradicionais<sup>1</sup> têm desenvolvido experiências de geração de dados, produção de conteúdos e disseminação de informações que, pela *necessidade de comunicar* e sobreviver, articulam a comunicação comunitária enquanto estratégia fundamental para a prevenção e o enfrentamento à pandemia (Terso & Melo, 2021).

<sup>1</sup> De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2018), em 2017 foram contabilizados 179 assassinatos, sendo que 94% dos casos foram contra pessoas do gênero feminino.

<sup>2</sup> ONG Internacional Transgender Europe..

Partindo deste cenário, o presente artigo busca analisar as estratégias comunicacionais de duas redes articuladas na pandemia: a *Emergência Indígena* e o *Quilombo sem COVID-19*. Quais os temas dos conteúdos criados por esses grupos no contexto da pandemia? Quais as principais características das linguagens utilizadas? Quais as estratégias para que as informações produzidas circulassem entre os integrantes dessas comunidades? Essas foram algumas das perguntas motivadoras do artigo que, além desta introdução, está estruturado da seguinte maneira: a) inicialmente são apresentadas notas conceituais sobre comunicação comunitária; b) na sequência, são destacados alguns pontos comuns entre as duas iniciativas pesquisadas; c) e, por fim, são feitas observações conclusivas no sentido de situar as duas experiências analisadas com propósitos da comunicação comunitária, especialmente no que diz respeito à educação e mobilização.

### **COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: BREVES APONTAMENTOS**

A ascensão das plataformas digitais, que exercem cada vez maior centralidade nas dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais e, ao mesmo tempo, se consolidam sob a lógica da concentração e de exclusões, situa a comunicação comunitária como uma necessidade para a garantia de conexões e contatos entre os segmentos mais vulnerabilizados.

A proposta em torno de estruturas comunicacionais voltadas para a real e efetiva preocupação com a condição e a qualidade de vida das populações passa a assumir um papel determinante. Isolar a massiva influência do mercado e suas deliberações consumistas passa a ser cogitado pela perspectiva comunicacional que tem compromisso primeiro com processos de educação capazes de propiciar o efetivo desenvolvimento dos povos. Assim, a ideia da comunicação comunitária desponta neste início de milênio como uma das investidas mais criativas do campo comunicacional. (Paiva, 2009, p. 2)

Convocando à produção de estudos que não prescindam da leitura dos

clássicos e, ao mesmo tempo, compreendam a complexidade do cenário comunicacional atual, com vista à refundação do campo de estudos da comunicação comunitária, Paiva (2017) alerta que “não há mais tempo para uma única plataforma” e defende a importância da incidência das experiências comunitárias nos diversos ambientes e meios de comunicação.

Nessa perspectiva, ainda que não se pretenda aqui aprofundar esta questão, a noção de comunicação comunitária adotada neste trabalho extrapola a ideia de comunidade localizada territorialmente em termos geográficos e busca dialogar com o conceito de comunidade gerativa (Paiva et. al., 2013), considerando a necessidade de atuação nos fluxos e redes comunicacionais que definem a atualidade para a denúncia das desigualdades e o anúncio de novas proposições de defesa do social.

Comunidade gerativa” designa o conjunto de ações (norteadas pelo propósito do bem comum) que podem ser executadas por um grupo e/ou conjunto de cidadãos. A proposição parte da evidência de que o horizonte que caracteriza a sociedade contemporânea – a falência da “política de projetos”, a forte tônica individualista e cosmopolita, além da excessiva presença da violência nas relações sociais – acaba por impulsionar a busca de alternativas. (Paiva et al., 2013, p. 250)

Dito de outra forma, ao situar como comunicação comunitária as experiências que aqui são analisadas, interessa mais compreendê-las enquanto iniciativas pautadas pelos afetos e partilha de objetivos comuns e menos por uma visão localista, de comunidade delimitada geograficamente.

### **EMERGÊNCIA INDÍGENA E QUILOMBO SEM COVID-19: APROXIMAÇÕES**

De natureza exploratória e visando apontamentos preliminares, sobretudo por expressar a etapa inicial de uma investigação sobre a comunicação comunitária no Brasil, este trabalho constituiu-se, em termos metodológicos, a partir da identificação e análise de materiais publicados nos sites das duas iniciativas: a *Emergência Indígena* e o *Quilombo sem Covid-19*.

A *Emergência Indígena* se define como “uma coalizão composta por lideranças locais, comunicadores, pesquisadores e ativistas para acompanhar o impacto da propagação do coronavírus entre os povos indígenas”<sup>2</sup>, coordenada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). O *Quilombo sem Covid-19* é uma realização da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e do Instituto Socioambiental (ISA), que “reúne e dissemina informações oficiais sobre o coronavírus em comunidades quilombolas de todos os estados do país”<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/>

<sup>3</sup> <https://quilombosemcovid19.org/>

Um primeiro aspecto em comum entre essas iniciativas é o objetivo de monitoramento dos casos de contaminações e mortes decorrentes do coronavírus nos diversos territórios, como verificado nas imagens a seguir, sendo as próprias comunidades protagonistas da geração e compartilhamento de informações. No caso da *Emergência Indígena*, conforme pode ser verificado em seu site, “os casos de Covid-19 são apurados diariamente e confirmados através do contato direto com as lideranças indígenas e organizações locais (...) respeitando o auto reconhecimento dos povos”. Já o *Quilombo sem Covid-19* constrói as suas bases de dados principalmente a partir de levantamentos da própria CONAQ.

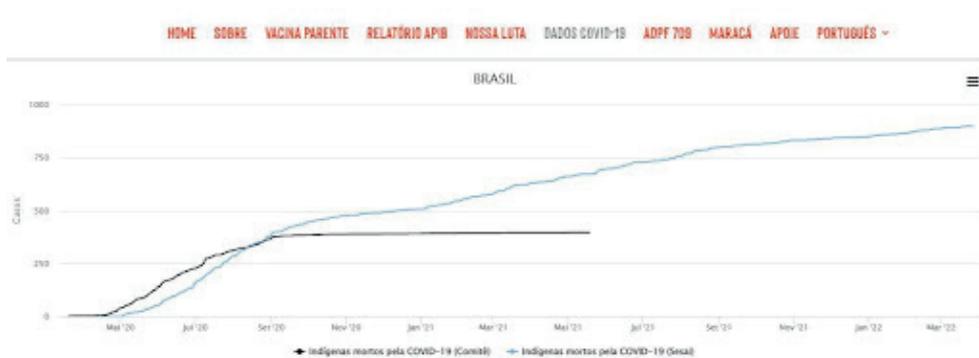


Figura 1: Indígenas mortos pela Covid-19

Fonte: Emergencia Indígena



**Figura 2:** Mapa com quantitativo de quilomboas mortos pela Covid-19  
 Fonte: Quilombo sem Covid-19

Nos dois casos, esse monitoramento, vale enfatizar, foi motivado pela negligência do Estado brasileiro com a situação da Covid-19 em áreas vulnerabilizadas. No site da *Emergência Indígena* é apontado, por exemplo, que “a subnotificação de casos de Covid-19 tem sido praticada em todos os âmbitos e atingido todos os grupos durante a pandemia”. De modo semelhante, no site do *Quilombo sem Covid-19* é dito que “muitas secretarias municipais deixam de informar quando a transmissão da doença e a morte ocorrem entre quilombolas (...) Tanto as secretarias de saúde quanto o Ministério têm negligenciado uma atenção específica em relação às comunidades negras”.

A análise de entrevistas de integrantes de comunidades quilombolas (Marqueziniet et. al., 2021) permite afirmar que essa negligência não se dá por acaso, mas é parte de um conjunto de decisões políticas sobre o “deixar viver e deixar morrer”, evidenciando uma ação necropolítica (Mbembe, 2018) do Estado brasileiro sobre os territórios tradicionais.

Uma das entrevistadas afirmou que “(..) quando o Estado nos deixa morrer de Covid é porque a estrutura anterior à Covid, ela já estava dada, de muitos que não têm água potável, de muitos que não acessavam serviço nenhum de saúde” (Marquezini, et. al., 2021, p. 118). Outra disse que “escolheram nós para morrer porque sem água, sem comida, sem assistência à saúde, nessa pandemia, quem sobrevive?” (Marquezini, et. al., 2021, p. 118).

Outro ponto relevante em comum entre as duas experiências aqui analisadas é o caráter educativo da comunicação comunitária, especialmente objetivando a sensibilização das comunidades para os cuidados necessários com a pandemia. A produção de peças gráficas, ou de autoria própria ou a partir da criação de parceiros, ressaltando a importância da vacinação de crianças indígenas e quilombolas, como pode ser visto abaixo, exemplifica essa perspectiva educativa.

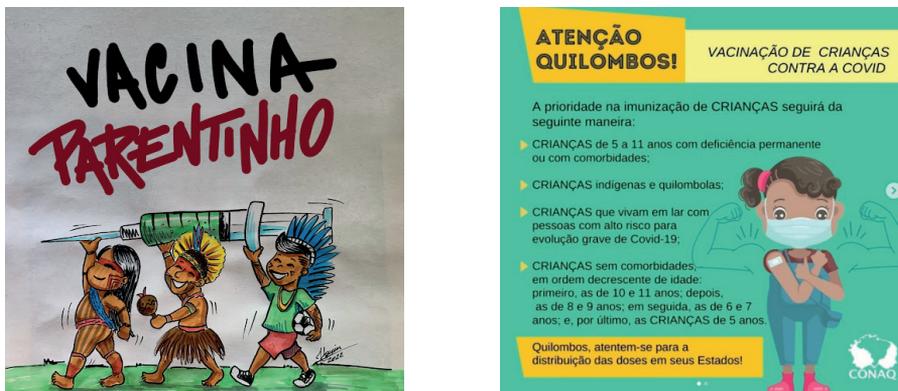


Figura 3: Materiais sobre a vacinação de crianças indígenas e quilombolas  
Fontes: APIB e CONAQ

Outra característica comum, com base nos monitoramentos realizados pela *Emergência Indígena* e pela *Quilombo sem Covid-19*, é a realização de ações judiciais. Vale mencionar, a título de exemplo, as Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 709 e nº 742. Em relatório disponível no site da *Emergência Indígena*, afirma-se: “fomos obrigados a recorrer ao Poder Judiciário para defender os direitos constitucionais dos povos indígenas. Conseguimos, através da ADPF 709, a determinação do Supremo Tribunal Federal de obrigar o Governo Federal a cumprir seu dever de proteger os povos indígenas”. E no site da *Quilombos sem Covid-19*, a ADPF 742 é citada como alternativa “para garantir a dignidade e os direitos dessas populações [quilombolas], além da preservação de seu modo de vida, que faz parte da identidade e do patrimônio cultural brasileiro”.

### **CONSIDERAÇÕES**

A análise dos sites e conteúdos produzidos pela *Emergência Indígena* e pela *Quilombo sem Covid-19* permite situá-los enquanto experiências de comunicação comunitária que contribuem para processos educativos, de mobilização e de sobrevivência, sobretudo num quadro de abandono do Estado. Dito de outro modo, e fazendo referência à metáfora que abre este trabalho, os Povos e Comunidades Tradicionais “estão nadando com todas as forças” e, nesse ato de nadar, a comunicação comunitária tem desempenhado papel crucial.

Num contexto de aprofundamento das vulnerabilidades durante a pandemia e de desigualdades no acesso à internet, as experiências da *Emergência Indígena* e da *Quilombo sem Covid-19* demonstram que a comunicação comunitária se efetiva não necessariamente pela abundância de recursos tecnológicos, mas pela própria necessidade de se comunicar. Ou seja, na comunicação comunitária o protagonismo não está nos meios de comunicação, mas sim nas próprias pessoas e comunidades. Isso não significa, porém, que o Estado deve ser desresponsabilizado de implementar políticas públicas de comunicação. Ao contrário, a reivindicação pelo direito à comunicação dos territórios tradicionais segue como uma necessidade democrática do país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CGI.Br. (2021). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros – TIC Domicílios 2020: edição COVID-19, metodologia adaptada Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR*. Comitê Gestor da Internet no Brasil. <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2020/>

Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (2012). *Dicionário da educação do campo*. Expressão Popular. <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>

Marquezini, H. C. A., Guimarães, L. V. M., & Barreto, R. O. (2021). Pandemia e quilombos: decisões sobre o “deixar viver e deixar morrer”. *Ciências Sociais Unisinos*, 57(1), 113-121.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. N-1 Edições.

Oxfam (2021). *O vírus da desigualdade – Unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável*. <https://www.oxfam.org.br/download/13203/>

Paiva, R. (2009). *A comunicação como projeto social*. LECC-UFRJ. <https://leccufrj.wordpress.com/2009/12/01/a-comunicacao-como-projeto-social-serie-artigos-de-raquel-paiva/>

Paiva, R. (2017). O desafio de refundar a comunicação comunitária. Entrevista concedida a Raquel Bertol. *Revista Mídia e Cotidiano*, 11(1), 227-236. <https://doi.org/10.22409/ppgmc.v11i1.9822>

Paiva, R., Malerba, J. P., & Custódio, L (2013). “Comunidade gerativa” e “comunidade de afeto”: propostas conceituais para estudos comparativos de comunicação comunitária. *Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, 12(24), 244-262.

Terso, T., & Melo, P. V. (2021, 10 de maio). Comunicação popular e comunitária salvam vidas durante a pandemia. *Le Monde Diplomatieque Brasil*. <https://diplomatieque.org.br/comunicacao-popular-e-comunitaria-salvam-vidas-durante-pandemia/>

# “CULTIVAR A TERRA PARA PERTENCER À TERRA”: REFLEXÕES EMERGENTES ENTRE A ESCRITA JORNALÍSTICA E A VIDA PÚBLICA DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL

Patrícia Ferreira, *Centro de Estudos Sociais / Universidade de Coimbra (Portugal)*

Sara Dias Oliveira, *Jornalista (Portugal)*

## ***Resumo***

No contexto do Congresso Internacional “Jornalismo, Cidadania e Democracias Sustentáveis” este texto propõe uma reflexão centrada nas histórias que escutamos e escrevemos e que cruzam temas relacionados com o “Desenvolvimento”. No centro desta colaboração esteve o desafio de conciliar olhares construídos a partir das ciências sociais e da experiência jornalística, numa história que teve o seu início num projeto de investigação-ação que colocou novas e complexas questões relacionadas com a criação de estratégias e práticas para enfrentar a insegurança alimentar, e com o cultivo em territórios “ilegais”.

## ***Palavras-chave***

jornalismo, ciências sociais, investigação-ação, insegurança alimentar

“Como falar de segurança alimentar em territórios com acesso limitado à água? Como conquistar a soberania alimentar em bairros excluídos socialmente num país que não se cansa de repetir como se deve comer? Onde estão as condições institucionais para colocar em prática uma alimentação saudável?”

(Em “Cultivar a terra para pertencer à terra”, *Público*,  
27 de dezembro de 2015)

O presente artigo relata uma experiência de jornalismo em que partimos de uma colaboração entre o jornalismo e a investigação social que resultou na escrita, a quatro mãos, da reportagem “Cultivar a terra para pertencer à terra”, publicada a 27 de dezembro de 2015 na revista 2 do jornal *Público*, com o apoio da ACEP. Em oposição ao jornalismo que vive do imediato, do aqui e agora, e que se alimenta da atualidade, sem tempo e disponibilidade para mergulhar em assuntos que exigem fôlego e reflexão, esta reportagem alia-se à investigação social que acrescenta camadas cada vez mais necessárias ao jornalismo para contar histórias de vidas anónimas. Estas experiências são muitas vezes objeto de investigação e de discursos humanitários – sobre quem se fala –, mas não são escutadas nem reconhecidas na sua capacidade de expressão e de contar as suas próprias histórias.

Quisemos conhecer os mundos da alimentação, da saúde e da vida, bem como as histórias que indiciam sentidos diversos sobre o que constitui uma alimentação saudável a partir de diversos saberes e experiências. Propomos, ao longo deste texto, refletir sobre os desafios éticos, metodológicos e disciplinares que emergiram nos interstícios da escrita e da vontade de narrar histórias compostas de lutas pela dignidade e de respostas múltiplas a crises que têm significado para o momento presente e para o futuro.

## CONTAR PARA COLOCAR ACIMA DO RADAR

“Dona Bemba, 12 filhos e 24 netos, conta o que planta na terra do Talude: milho, couve, feijão bongolon, ervilhas, favas em solos difíceis. O que planta vai para o prato. Nas Terras da Costa, uma cozinha comunitária, uma estrutura de madeira, que se tornou ponto de encontro dos cerca de 500 moradores, muitas crianças. Uma cozinha como pretexto para levar água canalizada ao bairro.”(Em “Cultivar a terra para pertencer à terra”, *Publico*, 27 de dezembro de 2015)

Em “Cultivar a terra para pertencer à terra”, experimentamos cruzar e sobrepor as fronteiras entre o jornalismo e a investigação social porque o jornalismo não pode alimentar-se apenas da atualidade e do que é mediático e diluir-se nessa rapidez. O mundo digital e as redes sociais alteraram a forma de consumir notícias e, conseqüentemente, a maneira de as fazer, de as escrever. Como dizia James Reston, antigo editor do jornal *The New York Times*, “as coisas não têm de ‘acontecer’ para ser notícia. Elas podem estar simplesmente a ter lugar discretamente”. No seu livro, escrito a quatro mãos, *Como falar com jornalistas sem ficar à beira de um ataque de nervos*, António Granado e José Vítor Malheiros, ambos os jornalistas, referem que “uma das funções mais importantes do jornalista consiste em dar-se conta e em relatar essas mutações sociais, políticas, económicas, científicas que vão lentamente alterando a forma de viver das pessoas” (Granado & Malheiros, 2001, p. 58), mantendo “uma visão independente sobre a ciência, fornecer argumentos para os debates, dar voz aos atores em cena de forma que estes possam iluminar as várias perspetivas. Desmistificar se possível, denunciar se necessário” (Granado & Malheiros, 2001, p.13).

Em 2015, estivemos em dois bairros “ilegais” na Área Metropolitana de Lisboa — o bairro do Talude em Loures e o bairro Terras da Costa na Costa da Caparica. Mais de mil pessoas viviam aqui sem saneamento básico e com acesso condicionado à água e à luz. Dois territórios analisados por investigadores que quiseram perceber o direito à habitação e as hortas estiveram no

centro das suas atenções. Ouvimos as histórias de moradores que lutam por melhores condições de vida, por uma melhor alimentação, por condições básicas, elementares. Gente de enxada na mão, gente sobretudo cabo-verdiana, que planta naquela terra, que nunca há de ser sua, os alimentos que lhe lembram a casa, as suas origens, o seu país. Histórias que merecem ser contadas, gente que vive abaixo do radar, realidades cheias de camadas.

As histórias narradas articulam problemas que não têm “evidência mediática” e que não são parte das “ecologias de evidências” que deveriam sustentar programas e políticas de saúde (Briggs, 2016). Dão-nos também pistas de como os conhecimentos e os mundos da alimentação, da saúde e da vida se co-produzem em contextos caracterizados por vulnerabilidade económica e social e a partir de conexões parciais entre diferentes lugares e temporalidades.

Esta reportagem quis dar a conhecer os esforços feitos por grupos vulneráveis para combater a insegurança alimentar a partir da valorização do território onde vivem, dos espaços por onde se movem, do direito à cidadania e da capacidade humana de colaborar na procura do bem-estar e de uma vida digna. O jornalismo alia-se, nesta reportagem, a uma investigação social que acrescenta e consolida camadas e dá densidade ao que se pretende contar e tornar público. As práticas jornalísticas trouxeram para a indagação social dimensões associadas com a visibilidade pública das experiências de quem vive os desafios. Nesse sentido, elas procuraram cruzar a alimentação, a saúde, a complexidade do “social”, o direito humano a uma alimentação saudável e adequada, e os programas e as orientações que produzem prescrições sobre o que é a saúde e uma vida saudável. As trocas de experiências, de olhares, de ângulos, de abordagens, de linguagens, de perspetivas, de sensibilidades, de pesquisas e procuras, de formas de ver a realidade criaram, assim, um compromisso mútuo de investigar e comunicar histórias compostas de diversidade, heterogeneidade e complexidade, participando na construção de conhecimentos que nutrem e densificam as lutas por um futuro não projetado por orientações do que se entende por “desenvolvimento”. Cultivar a terra para pertencer à terra, cultivar pelo direito à cidade, como possibilidade de aceder

a um espaço de liberdade em bairros que existem, mas que são praticamente invisíveis.

### **INVESTIGAR PARA CONTAR**

De forma insurgente e exemplar, a investigação etnográfica de Nancy Scheper-Hughes sobre o submundo do tráfico global de órgãos, que permite aos hospitais da Europa, de Israel e dos EUA realizar as cirurgias de transplante de órgãos doados por pessoas pobres e que procuram meios de sobrevivência, sem deixar entrar as consequências éticas e morais das suas práticas nas salas de cirurgia, revela a pertinência das justaposições tecidas entre a investigação etnográfica, o jornalismo político, o ativismo, o interesse público e os direitos humanos para tornar este assunto público. A partir de um trabalho realizado ao longo de décadas, a autora problematiza os desafios metodológicos com os quais teve de lidar no acesso ao campo, as resistências disciplinares ao seu trabalho, os desafios éticos, a colaboração com jornalistas para marcar o espaço público (Scheper-Hughes, 2004; 2009). Entre as práticas de investigação e de construção de histórias, esta antropologia pública e militante aliada ao jornalismo dá-nos, como diz Nancy Scheper-Hughes, um “acesso rápido” a mundos em ruínas e a mundos em formação, tornando visíveis lutas e futuros pela solidariedade e pela equidade, e oferecem-nos possibilidades de tornar visíveis as “coisas” que não existiam antes do nosso envolvimento com a situação que acontece nas temporalidades do trabalho de investigação.

Esta forma de investigar, aberta ao mundo e aos seus problemas e que desafia as visões dominantes do mundo entre o Norte e o Sul Global com o intuito de o transformar, traz consigo desafios éticos e metodológicos que requerem uma reflexividade permanente sobre o encontro entre cientistas sociais e os seus públicos sejam comunidades, o “público em geral”, decisores políticos, jornalistas, ou mesmo dentro das universidades. Numa altura em que é pedido aos investigadores que tornem a ciência responsável e acessível aos seus públicos, não nos podemos esquecer que a ciência e a sociedade se co-produzem de forma colaborativa com e para os seus públicos.

Esta abordagem reflete o compromisso com a escuta e a atenção dedicadas às experiências invisíveis ou negligenciadas, que não integram as narrativas dominantes da ciência e de escrita de histórias, que contemplam as consequências dos contextos e das histórias e que desafiam os sistemas de opressão e as intervenções feitas sem a participação de quem mais é afetado. Esta forma de investigar e agir traz consigo desafios éticos e metodológicos que requerem uma reflexividade permanente, mas é também requisito de uma investigação relevante e envolvida com o mundo, que acontece quando cientistas sociais encontram os seus públicos.

As experiências de investigação colaborativa e de envolvimento entre a ciência e a sociedade em espaços partilhados nos quais emergem diferenças, mas também novas possibilidades, como refere Marisol De La Cadena (2017), contribuem para informar melhores descrições e melhores ações futuras que contemplem os aspetos sociais, culturais, éticos e políticos que intersejam a vida.

No centro desta colaboração esteve o desafio de conciliar um olhar construído a partir das ciências sociais e do jornalismo sobre o projeto BIOSENSE dedicado às hortas urbanas cultivadas por populações cabo-verdianas na Área Metropolitana de Lisboa. Neste projeto, investigadores, comunidades e associações estiveram envolvidos na criação de estratégias e práticas para promover a produção de alimentos, enfrentar a insegurança alimentar num território onde se lutava pelo direito à cidadania e a habitar um espaço urbano não legal aos olhos do Estado.

Quisemos escrever sobre as práticas relacionadas com a alimentação – nos seus aspetos nutricionais, culturais e sociais. Fizemo-lo enquanto expressão do direito humano a uma alimentação saudável e adequada numa reflexão percorrida entre políticas, programas e histórias das pessoas de territórios negligenciados, onde a pertinência da questão da terra e o cultivo das hortas é muito mais do que um esforço para aceder a uma alimentação saudável, numa visão global e local da saúde que é construída a partir de diversos saberes e experiências.

A alimentação saudável é aquela que é cultivada e cozinhada para si e

para os outros, é servida em refeições em espaços comuns, tem especificidades sociais e culturais e é física. A saúde que aqui é nutrida não se reflete apenas no cuidado individual proposto pela nutrição ou pelas orientações da promoção da saúde e das políticas de saúde: está ligada à terra, aos coletivos, ao lugar e a diferentes temporalidades.

Esta é também a história de um saber atento à construção de futuros melhores e de ações sensíveis aos aspetos sociais, culturais, éticos e políticos que intersejam a vida feita em encontros entre moradores, investigadores, ativistas, assistentes sociais, engenheiros, e tantos outros. Aqui, a produção de conhecimentos parte da relação com a existência, com a terra, com o território, com o cuidado de si e de todos. Trata-se de saberes compostos e tecidos por ecologias de práticas, que cuidam do que necessita de ser reparado (porque é causa de sofrimento), e das possibilidades que se produzem a partir de histórias que são parte do mundo globalizado e que precisam de respostas heterogêneas para os seus problemas, sempre partindo de práticas de investigação colaborativas e não extrativistas. Este cuidado processual e relacional com a alimentação e a saúde não produz apenas sujeitos solitários inseridos num contexto social e histórico.

Assumimos uma lógica de querer conhecer os mundos da alimentação, da saúde e da vida co-produzidas em contextos vulneráveis. As histórias das pessoas de territórios negligenciados e vulneráveis indiciam respostas diversas sobre o que constitui uma alimentação saudável, dissolvem algumas dissonâncias prescritivas e disciplinares que definem a boa/má alimentação e conceptualizam a saúde a partir de diversos saberes e experiências. A atenção por estas histórias tornou visíveis os problemas sobre os quais a investigação se debruça, mas que também não chega para resolver:

- os vínculos gerados com as hortas apesar da falta de acesso às infraestruturas básicas para a sua manutenção e melhoramento;
- o cuidado da terra por pessoas que nela trabalham há décadas, apesar da instabilidade sobre a permanência e garantia de posse dos terrenos cultivados e da falta de acesso à água;

- a possibilidade de garantir algum alimento para a família, a redução de custos com alimentação face à situação de pobreza;
- a diminuição do stress face os constrangimentos da própria insegurança da situação habitacional;
- a falta de documentação e certificação que facilite a comercialização formal dos produtos cultivados;
- a ausência de recursos financeiros para investir na melhoria das práticas de cultivo e acesso à tecnologia.

As práticas de alimentação – nos seus aspetos nutricionais, culturais e sociais e enquanto expressão do direito humano a uma alimentação saudável e adequada – serviram assim de tema e de modo de envolvimento numa reflexão urgente e rigorosa sobre o humanitarismo e o desenvolvimento, uma reflexão percorrida entre as políticas e as histórias das pessoas que vivem os e com os problemas, sobre o Direito Humano à Alimentação, e os objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

As trocas de experiências, de olhares, de ângulos, de abordagens, de linguagens, de perspetivas, de sensibilidades, de pesquisas e procuras, de formas de ver a realidade criaram, nesta colaboração, um compromisso mútuo de investigar e de comunicar histórias compostas de diversidade, heterogeneidade e complexidade, participando na construção de conhecimentos e de estratégias de comunicação a partir dos lugares onde os problemas e as lutam se encontram. Estes são lugares de histórias compostas de diversidade, heterogeneidade e complexidade, tecidas por ecologias de práticas que nutrem e densificam as lutas por um futuro não projetado pela saúde global ou pelas orientações do que é entendido como desenvolvimento de forma hegemónica. São lugares marcados por ‘ecologias do talvez’, como diz Martin Savransky (2020), e de futuros cheios de outras palavras, histórias, possibilidades e ontologias.

Talvez estas dimensões do desenvolvimento possam ser reforçadas através da forma como falamos delas, como as categorizamos, das palavras que usamos para lhes dar existência, das noções de saúde que advêm destas práticas e dos dispositivos de comunicação que as levam a outros espaços e existências.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Briggs, C. L. (2016). Ecologies of evidence in a mysterious epidemic. *Medicine Anthropology Theory*, 3(2), 149-162. <https://doi.org/10.17157/mat.3.2.430>
- Cadena, M. de la (2017). Matters of method; Or, why method matters toward a not only colonial anthropology. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 7(2), 1-10. <https://doi.org/10.14318/hau7.2.002>
- Granado, A., & Malheiros, V. (2001). *Como falar com jornalistas sem ficar à beira de um ataque de nervos*. Gradiva.
- Savransky, M. (2020). After progress: Notes for an ecology of perhaps. *Ephemera: Theory & Politics in Organization*, 21(1), 267-281.
- Scheper-Hughes, N. (2004). Parts unknown: Undercover ethnography of the organs-trafficking underworld. *Ethnography*, 5(1), 29-73. <https://doi.org/10.1177/1466138104041588>
- Scheper-Hughes, N. (2009). Making anthropology public. *Anthropology Today*, 25(4), 1-3. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8322.2009.00674.x>





*Parte 4*

# PRÁTICAS COMUNICACIONAIS E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

# BRASIL MOOD: O DIVINO & MARAVILHOSO

Amina Bawa, Lúcia Alves de Carvalho e Raquel Mota (*Brasil*)

## ***Resumo***

Em meio ao caos palpitante do ano de 2020 nasce a *Brasil Mood*, uma revista que chama pelo primeiro nome a arte e a cultura brasileira para alumiar cabeças, acalantar corações e alimentar a alma. Nosso principal fundamento é inspirar criadores, apresentando, a cada edição, uma pesquisa de comportamento que reflete o conjunto do clima intelectual, sociológico e cultural do Brasil daquele momento. Diferente do rumo mercadológico que observa os movimentos no hemisfério norte para se inspirar, a *Brasil Mood* lança o desafio de fomentar a cultura brasileira para nossa própria gênese. Falamos sobre o Brasil estético, amoroso, inventivo, para o incentivo da cultura local como fonte criativa e de inspiração que se conectem com a autoestima e a identidade brasileira.

## ***Palavras-chave***

cultura, revista, Brasil, moda

Sendo a moda um dos artefatos utilizados para comunicar as experiências, os humores, as crenças, os valores e as ideias da sociedade, é importante depreender que a comunicação humana baseia-se no uso e na transmissão de sinais. O campo da Semiologia dedica-se ao estudo da natureza destes sinais, e como os mesmos são utilizados para produzir significado social e cultural.

Segundo Jean Baudrillard (1991), a moda existe dentro de um esquema de ruptura, progresso e inovação capaz de influenciar a história humana, a organização social e as relações através das quais o homem se integra e se move. Este sistema, apesar de bastante ambíguo e paradoxal, é responsável por criar e traçar fronteiras entre as sociedades, pela interação e troca de signos entre os indivíduos, e acima de tudo é uma ferramenta capitalista, de extremo interesse económico, tendo-se tornado numa condição inerente aos hábitos de consumo das sociedades atuais.

O decolonialismo é o distanciamento gradual do pensamento ocidental, que pode ser visto nas práticas eurocêntricas, imperialistas e capitalistas globais. Começando com os conceitos de inclusividade, mudança sistêmica e sustentabilidade, novas atitudes de design estão surgindo, a WGSN (autoridade global de previsão de tendências de consumo) (2020) identificou que o cerne dessa questão origina-se da educação em design, na qual domina uma perspectiva estreita e eurocêntrica, excluindo todos os outros pontos de vista a ponto de aprisionar a disciplina em um circuito autorreferencial. Para neutralizar essa “monocultura” ocidental, novas formas de conhecimento plural são sendo teorizadas, com foco na extração de percepções do “outro lado” – o Sul Global.

Ao adotar uma perspectiva diferente que abarque modos de pensar originários das regiões colonizadas do mundo, reconhecemos a pluralidade de conhecimento, deixando para trás critérios gerais de validação. Desta forma podemos criar uma ecologia sustentável de conhecimentos em que a inclusão universal seja finalmente cumprida (Santos, 2016).

Para realizar uma pesquisa de tendências direcionada ao Brasil, precisamos de dar particular atenção aos valores locais. O papel do *cool hunting* torna-se indispensável para transformar os dados analíticos e sociológicos em

realidade cultural regional, com cor, cheiro e sabor. Com informações desta qualidade podemos facilmente fortalecer o mercado interno de moda, bem como criar um design baseado em nossas realidades produtivas e culturais (Sant'Anna & Barros, 2010).

Para aplicar as teorias de tendências e *branding* em estratégia prática para um design local, era necessário a tomada de uma decisão: a criação de uma revista de inspiração brasileira. Uma revista que trouxesse um *zeitgeist* nosso, que nos permitiria posicionar firmemente o Brasil como um dispositivo para *insights* e inspiração em design. Era necessário um local para depositar as pesquisas com foco no Brasil e que isso pudesse ser comercializado a todos, sem limitar tais informações em consultorias para empresas financeiramente capacitadas, muito menos serem pesquisas depositadas em uma publicação restrita ao universo acadêmico. A ideia precisava de ultrapassar barreiras, ser comunitária e coexistente nos universos acadêmico e empresarial.

Era necessário uma revista de inspiração para abordar questões de tendências e *branding* brasileiro, mas com a responsabilidade de promover um design autêntico e não arremedando, não por meio de direções únicas – como nos são dadas em plataformas de tendências internacionais que nos limitam a uma cartela de cor “mais vibrante” –, mas ideias mais importantes que impactam o setor, como estratégias de marketing e o estudo do próprio comportamento diferenciado do brasileiro, além de ter também uma comunicação visual através da riqueza empolgante de imagens, cores e texturas que o Brasil exuberava.

Era necessário trazer um conteúdo inspirador, com o objetivo de colocar o design em perspectiva, falar sobre nosso patrimônio e cultura, mas também ter um olhar vanguardista de conceitos. Sinalizar tendências emergentes, reconfirmar ideias em maturação e fornecer uma voz de comprometimento com nossa matéria-prima e integridade para todos os interesses, com uma redação em um tom deliberadamente simples e de opinião.

A revista precisava de ser pensada para ser um dispositivo do hoje. Em um mundo de superinformação, optar por trabalhar para simplificar com qualida-

de, respeito e afeto nos agarrando ao conceito *slow content*<sup>1</sup> ao decidir optar por algo impresso e não um disparador digital. Em um mundo de saturação de produto e design, buscar efeito e identidade própria.

Nosso conceito precisava ser simples: fornecer *insights* de identidade brasileira acionáveis aos nossos leitores de uma maneira fácil e pragmática. Diferente do rumo mercadológico que observa os movimentos no hemisfério norte para se inspirar, uma revista de inspiração lança o desafio de fomentar a cultura brasileira para nossa própria gênese. Falar sobre o Brasil estético, amoroso, inventivo, para o incentivo da cultura local como fonte criativa e de inspiração que se conectem com a autoestima e a identidade brasileira.

<sup>1</sup> *Slow content* é o conceito da desaceleração da criação de conteúdos rápidos para a criação de conteúdos mais robustos e feitos com qualidade e importância..

## REVISTA DE INSPIRAÇÃO

O projeto define que cada edição será focada em explorar e desenvolver um macro tema com impacto sobre o design brasileiro e sua indústria criativa. Em torno desse núcleo está uma série de opiniões e recursos de apoio escritos por especialistas convidados em suas respectivas áreas.

Nosso conteúdo foi dividido da seguinte forma:

*Cenários*: Macrotendências e pontos de colapso. É aqui que olharemos para as tendências emergentes que estão moldando o cenário atual do Brasil, desde motivações socioculturais, do econômico, político ao consumo e estilo de vida. Fatores que crescerão em importância nos próximos meses a ponto de se tornarem o direcionamento temático da edição.

*Tropicánalias*: opinião sobre o cenário sociopolítico.

*Raízes*: patrimônio cultural, história do Brasil e fatores socioculturais.

*Manifesto:* pautas identitárias e poéticas diaspóricas.

*Inspiração:* editoriais de moda, galeria de artes plásticas, arquitetura, cinema, música, publicidade e estilo de vida, o que é preciso conhecer.

*Captador:* Galeria de imagens, texturas, estamparia e inspiração visual.

*Bruto:* matéria-prima brasileira e novas tecnologias no nosso cenário industrial, fornecedores inovadores e novos métodos de trabalho e manipulação.

*Radar:* os nomes que você deve conhecer, designers e artistas emergentes, criadores de ideias de hoje e do amanhã.

*Guia:* experiências culturais no Brasil que estão associadas às pesquisas da pauta da edição.

*Moodboard:* Painel semântico da edição

*Cartela de Cor:* Principais cores da temporada

## **PROPÓSITO E OBJETIVO DO PROJETO**

Esta publicação tem como principal propósito inspirar criadores, apresentando, a cada edição, uma pesquisa de comportamento que reflete o conjunto do clima intelectual, sociológico e cultural do Brasil daquele momento. Levar ao pensamento quais são os propulsores de tendências dentro do *zeitgeist* brasileiro, analisar e entender o nosso próprio espírito do tempo, dando destaque à arte e à cultura brasileira no sentido de alumiar cabeças, acalentar corações e alimentar a alma.

Divino e maravilhoso, o Brasil é opulento em inspiração. Nosso objetivo é oferecer ao leitor uma profunda fonte de inspirações em cor, estampa, textura, gente extraordinária com sangue quente e vermelho como brasa, assim como representa o seu nome. A revista contempla o Brasil estético, de alegria e ale-

goria, com um desbunde erudito e um toque de caos.

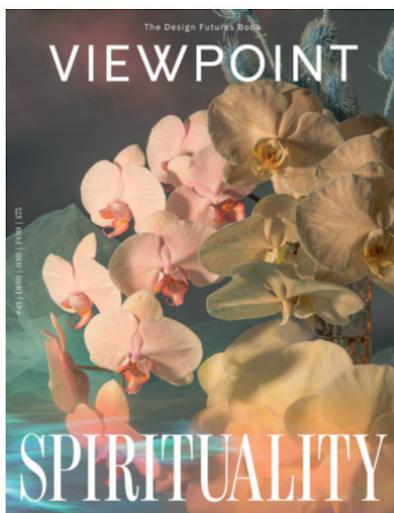
### CONSTRUÇÃO

Talvez o principal motivo por esta revista nascer esteja relacionada ao sentimento substancial que nos abalou após termos saído do Brasil. Talvez esta seja uma emoção inerente a todo imigrante. O nosso *status quo* brasileiro passa a ter outro sentido, outro cheiro, outro sabor, outra visão.

No nosso caso, afetou diretamente a forma de pensar a moda criativa e o consumo responsável, pensamento esse que foi amplificado em 2020 pela pandemia. Para nós, este sentimento passou a ser gigante pela própria natureza, e que mesmo estando longe, as referências do que é o Brasil estão sempre na nossa cabeça, alma e coração. O nascimento dessa revista revela para nós a esperança de que dias melhores virão e enquanto isso, seremos criativos e seremos resistência.

A revista foi idealizada em maio de 2020 durante os estudos realizados para uma dissertação, a partir do momento em que uma necessidade de publicações voltadas para o *zeitgeist* brasileiro foi detectada. A inspiração veio da revista *View Point*, publicação de um dos principais nomes da investigação de tendências, o guru da Pantone, David Shah<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Pantone é uma das principais empresas de sistema de cor, largamente utilizada como referência nas empresas de design e indústria de moda.



**Figura 1:** Revista “View Point”  
Fonte: View Publications

O nome escolhido para a revista foi *Brasil Mood*, o que soa muito contraditório, mas dentro deste projeto que fala sobre paradoxos, nada mais justo. A explicação é que o projeto nasceu de um *moodboard* feito para uma pesquisa, um painel semântico brasileiro, cujo nome era *Brasil Mood*. E o sonho foi além, ao imaginar que no futuro a MOOD poderia um dia vir a ser produzida também em outros países do sul global, que não têm representação em pesquisa de comportamento ou olhar devido para a sua arte, moda e cultura.

Nesse contexto de prospeção de crescimento, com um mundo conectado pela internet, acreditamos que a palavra “MOOD” virou uma expressão das gerações contemporâneas, conectados digitais, que usam o termo para falar do sentimento, para falar do que está acontecendo no momento ou pra falar de uma referência que os inspirem. Mood, do anglicismo: estado de espírito. O ânimo. O humor. Nosso modo de sentir. O astral. A felicidade ou qualquer sentimento naquele exato momento em que você está. Para os que

estão digitalmente conectados, a palavra “MOOD” ultrapassou as barreiras linguísticas. E se MOOD é uma palavra em Inglês, o que é mais brasileiro do que a antropofagia<sup>3</sup>, engolindo a cultura do outro? Um paradoxo, mas adoramos a contradição, a partir da ideia de que a cultura brasileira foi fundada na mistura.

No mês de junho de 2020 foram reunidos artigos, construções artísticas e produções de moda de marcas autorais, todos criados exclusivamente para nossa edição de marco zero: Brasil Clichê.

<sup>3</sup> O movimento antropofágico foi uma manifestação artística brasileira da década de 1920, fundada e teorizada pelo poeta paulista Oswald de Andrade e a pintora Tarsila do Amaral.

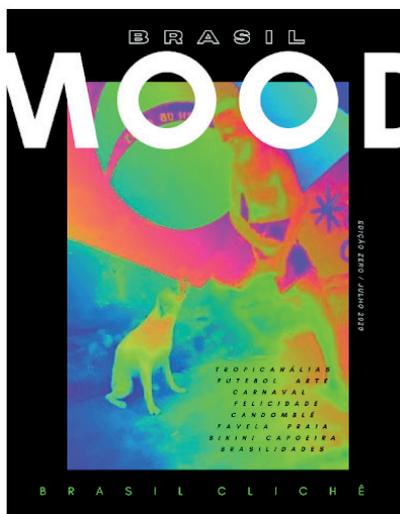


Figura 2: Revista “Brasil Mood”

Fonte do autor

Por causa da pandemia e do pandemônio palpitante de 2020, em 31 de julho de 2020 nasceu a revista impressa, algo que só foi possível porque muitos sonharam este projeto. Amigos, colegas, conhecidos, professores, designers, escritores, pintores, tantas pessoas que se dedicaram, doaram seu tempo, acreditaram na arte, na criação, na energia da transformação, convertendo o caos e o desalento que pairava sobre nós em terreno fértil.

Cumprindo as regras de distanciamento social e lotação mínima devido à pandemia, foi possível realizar em 22 de agosto de 2020 o lançamento oficial da revista na Casa do Capitão em parceria com o Hub Criativo do Beato, espaço cultural na cidade de Lisboa em Portugal, e em 10 de outubro de 2020, na Casa da Escada Colorida, galeria de arte na cidade do Rio de Janeiro no Brasil.

A revista tem sua venda realizada através do próprio site e o envio por correios para todo o mundo. Para além da versão impressa, a *Brasil Mood* mantém diálogos com o público através das suas plataformas digitais atuais que são site ([www.brasilmood.com](http://www.brasilmood.com)), Instagram ([instagram.com/brasilmood](https://www.instagram.com/brasilmood)) e Youtube ([www.youtube.com/channel/UCZ8FDQZrKO5RQ2ME-c0Fv\\_Eg](https://www.youtube.com/channel/UCZ8FDQZrKO5RQ2ME-c0Fv_Eg)).

### **MERCADO E PÚBLICO-ALVO**

A audiência da revista é focada principalmente para o público brasileiro, residente ou não residente no Brasil, conectando principalmente figuras criativas, estilistas, designers, arquitetos, cineastas, comunicadores, entre outras pessoas interessadas na cultura brasileira e na criação baseada nesta identidade. São de principal interesse marcas de moda e empresas de marketing, mas confere também a toda indústria e retalho brasileiro que assuma um posicionamento e engajamento local.

## EXPECTATIVA E FUTURO

A revista nasceu com a expectativa de ser uma publicação semestral, apontando tendências locais e oferecendo inspirações seguindo o calendário da moda de primavera-verão e outono-inverno, algo que se esvaziou de sentido conforme o aprofundamento em estudos com a óptica da sustentabilidade e o *lowsumerism*<sup>4</sup> como perspectiva se tornaram mais fortes dentro deste trabalho. Sendo assim, nosso panorama mudou para uma publicação anual, com um conteúdo mais robusto, impresso em capa dura, passando seu formato de revista para livro conceitual.

À altura de preparação desse artigo, a edição número 1 já estava sendo arquitetada para este novo formato, que com previsão de lançamento em 12 de outubro de 2022, dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, com o tema “Brasil Raiz”, se aprofundando em uma temática mais exótica de nossa cultura.

Em paralelo, partimos agora para um projeto mais avançado e com mais investimentos, tendo como desdobramento uma *app* de investigação de tendências brasileiras para funcionamento em smartphones e tablets, que já se encontra em desenvolvimento, em formato Beta e com previsão de lançamento ao público na App Store e Google Play.

<sup>4</sup> *Lowsumerism* é uma expressão vinculada com uma nova forma de consumo mais consciente, tendo como principal objetivo a sua prática no mercado da moda.

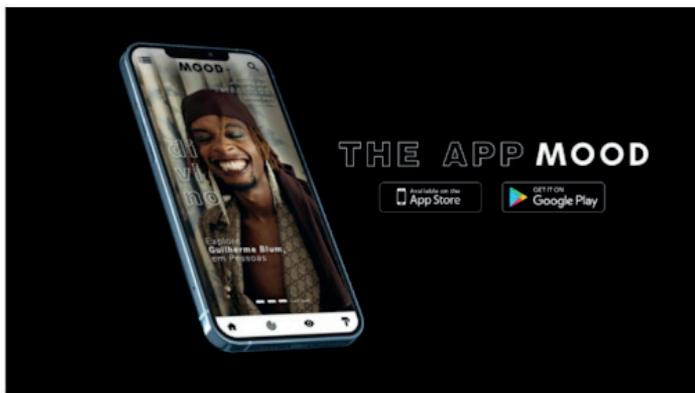


Figura 3: A aplicação "Mood"

Esse aplicativo tem como finalidade ser um gerador de moodboard, uma ferramenta mais prática e conceitual para alimentar o criativo que busca por referências brasileiras, diferente do livro que será mais subjetivo, vanguardista, além de ser um item para colecionar. O aplicativo será pago, com assinatura trimestral/anual, através do cartão de crédito, diretamente na *app*.

## CONCLUSÃO

Através das análises investigativas pôde ser percebido um mercado de moda brasileiro insistente a similaridade, mas também uma brecha de oportunidade/necessidade no eixo Sul Global, através da óptica do *branding*, de uma aplicação de métodos sustentáveis, intrinsecamente ligado à busca da materialização da identidade singular brasileira. Alguns caminhos são a prática da cultura decolonial nas empresas. Sendo moda não apenas vestuário, seu conceito torna-se abrangente, tendo a ver com mudança, com os espaços que ocupamos e as maneiras como nos expressamos, tem a ver com a arquitetura, a arte, a política, o design, os cosméticos, a gastronomia, a ciência, enfim, tudo está suscetível à ela. Concluímos que moda existe em várias ações feitas

pelo homem, e é através dessas ações, as quais permeiam nossa existência, que somos caracterizados como sociedade (Baudrillard, 1991).

Ao utilizar plataformas globais de monitoramento de tendências, com diagnósticos que antecipam os anseios de consumo da sociedade com um olhar generalista e pouco regional, o que acabamos por encontrar no retalho são marcas cada vez mais similares em nível de marketing e design de moda (Svendsen, 2004). Para o Brasil, essa conjuntura impacta não apenas no estilo da coleção e *branding* das marcas, como também em outros aspectos cabais na sociedade, como economia interna e fomento sociocultural.

Para melhor esmiuçar esta temática foi envolvido aspectos antropológicos e filosóficos diante de dois componentes pragmáticos – a moda e o marketing –, este trabalho foi dividido no seguinte arranjo: contextualização das tendências de moda na contemporaneidade, seus conceitos e métodos de pesquisa, e no tópico seguinte foi estudado o conceito de *branding* e os seus reflexos na gestão empresarial, e, por último, foi feita uma abordagem sobre os novos recursos sustentáveis que podem ser utilizados na indústria da moda – os objetivos, como funcionam e como podem gerar resultado para o negócio e ainda beneficiar a comunidade.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baudrillard, J. (1991). *A sociedade do consumo*. Edições 70.
- Sant’Anna, P., & Barros, A. (2010). Pesquisa de tendências para moda. *VII Colóquio de Moda*.
- Santos, B. S. (2016). *Epistemologies of the South and the future*. Universidade de Coimbra.
- Svendsen, L. (2010). *Moda: uma filosofia*. Zahar.
- WGSN (2020). *Consumer insights. Pluriversal thinking: Decolonising design*.
- WGSN (2020). *Consumer insights. Progressive capitalism: Redefining brand values*.

# NECROPOLÍTICA DOS LAZARENTOS: A DRAMATURGIA DO TELEJORNALISMO NA COBERTURA DE UMA “CAÇADA”

Evandro Medeiros Laia, Breno Motta, Gabriel Bhering, Gustavo Luiz Ribeiro,  
*Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil)*

## ***Resumo***

O artigo apresenta como objeto de estudo dois produtos telejornalísticos exibidos pela Record TV. A partir das análises de uma entrada ao vivo do programa “Fala Brasil” e de entrevista exclusiva do “Hora News”, faz-se um levantamento da construção dramaturgic realizada por ambos na veiculação da morte de Lázaro Barbosa de Sousa, ocorrida no dia 28 de junho de 2021, na cidade de Águas Lindas, no estado de Goiás. A partir do conceito de necropolítica, de Achille Mbembe (2016), o objetivo é identificar, através da dramaturgia do telejornalismo, termo proposto por Iluska Coutinho (2008), de que forma tais edições veiculadas contribuem para a desumanização do homem negro e pobre, para o reforço do estereótipo deste como o bandido, o grande causador de medo e insegurança na população brasileira.

## ***Palavras-chave***

Lázaro Barbosa, telejornalismo, dramaturgia, Record TV, necropolítica

## INTRODUÇÃO

O personagem central do presente artigo é Lázaro Barbosa de Souza. Morto em 28 de junho de 2021, foi procurado pelas polícias militar, civil e federal no interior do Estado de Goiás, desde o dia 9 de junho do mesmo ano, após assassinar uma família de quatro pessoas em Ceilândia, no Distrito Federal. Lázaro Barbosa de Souza tinha 32 anos. Nascido em Barra do Mendes, na Bahia, era acusado por uma onda de assaltos em chácaras no município goiano de Cocalzinho. Na manhã de 28 de junho, Lázaro foi cercado e atingido pelos policiais, morrendo antes mesmo de chegar ao hospital. Todo o caso Lázaro foi motivo de intensa cobertura jornalística, a qual gerou os dois objetos audiovisuais tratados neste trabalho. O primeiro trata-se de uma entrada ao vivo do jornal “Fala Brasil”, veiculado pela emissora aberta brasileira Record TV, datada do mesmo dia da execução de Lázaro, ocorrida por volta das 10h40 da manhã. O segundo, uma entrevista exclusiva realizada com a esposa de Lázaro após a “captura” e morte do mesmo no jornal “Hora News”, veiculado pelo canal fechado Record News.

Achille Mbembe (2016) propõe tomar a escravidão de mulheres e homens negros africanos como lente para pensar os regimes de soberania que gerem o direito à vida a partir da ideia de uma Necropolítica, termo fundamental para este trabalho para a reflexão tanto sobre a cor da pele de Lázaro, quanto pela maneira como ele foi morto. É a partir deste pensamento que, ao provocar um atravessamento com a Dramaturgia do Telejornalismo (Coutinho, 2008; 2018), busca-se lançar o olhar sobre elementos paratextuais presentes nos dois produtos telejornalísticos usados na abordagem do indivíduo que está à margem da sociedade, o sujeito lazarento. A origem da expressão “lazarento” está em um segundo Lázaro, contado através de uma parábola de Jesus Cristo reproduzida no Evangelho de Lucas (Lucas 16:19-31). Este, um Lázaro mendigo e leproso, pestilento, pode ser aproximado do homem negro e nordestino que causou pânico na população do centro-oeste brasileiro.

Nos produtos audiovisuais observados, o uso de expressões como “caçada contínua”, “fim de caçada” e “alvo abatido” deve ser motivo de análise. Consi-

derando que os telejornais veiculados são feitos por seres humanos, verbetes associados a figuras de predadores perigosos que devem ser “caçados” descharacterizam não só a humanidade de Lázaro, mas também a de quem narra a dramaturgia daquele crime. É preciso reiterar que este não é um artigo sobre a inocência de Lázaro, algo impossível de se argumentar, mas sobre como a imprensa, no recorte dos materiais audiovisuais apontados, comunicou a morte e também a vida de Lázaro, tal qual a representação midiática de seus semelhantes — negros e/ou nordestinos — culpados ou inocentes de um crime.

### **AFETAÇÃO E ANÁLISE**

O termo necropolítica foi cunhado pelo filósofo Achille Mbembe (2016) para definir uma política capaz de produzir a morte de sujeitos indesejáveis. Mbembe inicia sua elaboração teórica revisitando o conceito de Biopolítica, do filósofo francês Michael Foucault (1997, citado em Mbembe, 2016, p.126). Em um primeiro momento, o uso dos prefixos “necro”(morte) e “bio”(vida) parecem criar uma oposição entre os conceitos dos autores. Porém, este pensamento não se sustenta na trama teórica elaborada por cada um deles. Cronologicamente, o conceito de Foucault surge antes. *Grosso modo*, a noção de biopolítica tenta entender como o poder se manifesta na gestão de corpos dentro de uma sociedade determinada. Para Foucault, a soberania passa a ser o poder de suspensão da morte, ou seja, o Estado administra a sociedade de modo a evitar que alguns morram, na medida que permite a morte de outros. Esse fenômeno passa pela dimensão do racismo.

O filósofo entende o racismo como parte de uma estrutura social, uma tecnologia sócio-cultural que influencia a manifestação dos poderes nos corpos dos sujeitos. Achille Mbembe (2016, p. 135) acredita que a sociedade neoliberal impõe um novo desafio ao contexto interno da política de Estado: lidar com os excedentes, aqueles que não entram nos processos dinâmicos do capitalismo, devido ao processo de decomposição social no regime de acumulação. O jornalismo é parte da sociedade, não algo fora dela, mas, sim,

elemento constituinte das estruturas de bio e necropolítica. É componente da mídia, instituição construída socialmente pelo atravessamento de outros tantos grupos, formatados por suas regras, normas ou paradigmas. Como tal, tem suas atribuições didáticas para com a veiculação de casos como o de Lázaro Barbosa. O audiovisual, como texto e imagem, deve ser, portanto, objeto de discussão quando atravessado por casos como o de Lázaro, quando atravessado pela noção de desumanidade.

No telejornal “Fala Brasil”, a entrada ao vivo de 12 minutos e 28 segundos, datada de 28 de junho de 2021, começa com as imagens dos profissionais de segurança envolvidos na operação. O clima é de correria e os policiais não deixam que as câmeras de TV se aproximem. Fecham a porta da ambulância com rapidez e fazem sinais para que ninguém chegue perto. O repórter Roberto Cabrini, via ligação telefônica, diz que “finalmente ele [Lázaro] foi atingido”.

O que chama a atenção em determinado ponto é quando Mariana Godoy, âncora do telejornal, diz que Cabrini é um repórter “muito experiente e tem excelentes fontes dentro da polícia”. No primeiro momento em que esta notícia é veiculada na Record TV, ainda faltava a informação oficial por parte da Secretaria de Segurança Pública do estado de Goiás de que Lázaro Barbosa estava de fato morto. A população comemora “o trabalho tão intenso de 20 dias” da polícia com queima de fogos. Outro repórter, Dionísio Freitas, entra no ar e comenta que “a única coisa que se sabe é que essa notícia trouxe paz e tranquilidade para os moradores das regiões por onde Lázaro Barbosa de Souza passou”. A “brincadeira de gato e rato” chegou ao fim. Todavia, a informação, reforça Godoy, não é a oficial, mas a oriunda de “alguém que a gente confia”, as tais fontes quentes de Cabrini, que, alguns minutos depois do início da notícia veiculada, retorna com a informação de que Lázaro de fato havia morrido. “Pronto, informação confirmada”, afirma Godoy, sem mais precisar “usar o verbo na condicional”.

“Tentaram socorrê-lo”, diz a segunda âncora do “Fala Brasil”, Thalita Oliveira. Segundo a polícia, ele entrou em conflito com os profissionais envolvidos na busca. Atirou, mas perdeu a batalha ao ser atingido por pelo menos 38

tiros, segundo depoimento de Rui Borges, secretário de saúde do município de Águas Lindas (GO).

### **“DIVULGAR A MORTE DE ALGUÉM É ALGO MUITO SÉRIO”**

A frase que dá título a esta seção foi proferida pela âncora do “Fala Brasil”, Mariana Godoy, a qual demonstra a real preocupação de uma profissional respeitada, que já passou por emissoras como Globo, Rede TV e Record. Ao exaltar Roberto Cabrini como um repórter muito experiente e que tem excelentes fontes dentro da polícia, a apresentadora busca incutir na cabeça do telespectador que o jornalismo veiculado pela emissora é realizado a partir de fontes “muito” confiáveis. O advérbio de intensidade “muito” é constantemente repetido. Ao lançar mão da Dramaturgia do Telejornalismo, termo proposto por Iluska Coutinho (2008), pode-se observar a repetição de elementos textuais. Pode-se inferir, portanto, que tal uso exacerbado leva a notícia jornalística ao plano da teledramaturgia.

Para além do jogo entre representação e registro que marca todas as mensagens ancoradas no chamado “mundo objetivo”, as notícias exibidas nos telejornais produzidos e veiculados no Brasil têm uma série de características que as aproximam do terreno da encenação, entendida aqui como uma espécie de representação no seu sentido mais próximo da dramaturgia, ou da “teatralidade”. (Coutinho, 2008, p. 10)

Ainda considerando a cobertura do jornal “Fala Brasil”, é possível avaliar que a narrativa veiculada se assemelha a estruturas dramáticas clássicas. Quando, por exemplo, Godoy liga para Cabrini e ele, ao vivo, relata que, segundo suas fontes, Lázaro foi abatido, é possível identificar uma espécie de clímax, já que ainda falta a confirmação oficial para apresentar o desfecho do acontecimento, o *grand finale*.

Apesar de ser uma ação prudente não haver confirmação sem a oficialida-

de, esse é um recurso usado também para gerar engajamento e curiosidade no telespectador que, do outro lado da tela, acompanha atento o acontecimento. Após um curto tempo, a âncora convoca o jornalista Dionísio Freitas para relatar a movimentação da polícia e da população no local. Posteriormente, Cabrini retorna para dar o desfecho do acontecimento. Segundo fonte oficial do jornalista, de fato Lázaro foi morto, o que permite, desta maneira, que a história elevada a um suspense policial tenha um ponto final.

Arlindo Machado (2000) aponta que os dispositivos usados na teleficção seriada para prender a atenção do público entre os blocos e entre os capítulos são denominados ganchos. Autores precisam manejar a narrativa de modo a construir um clímax, uma situação não resolvida antes dos comerciais ou entre um capítulo e outro, de modo que o espectador volte para conferir o desfecho. Mas o que Machado chama de estética da interrupção, herança dos folhetins e das histórias orais, é o dispositivo fundamental de toda a linguagem televisiva, extrapolando os limites da ficção. Este é um dos recursos presentes no que Iluska Coutinho (2018) chama de “drama cotidiano” exibido diariamente, em capítulos, pelo telejornal. A criação de clímax pode ser interpretada como uma das partes constituintes intrínsecas da comunicação televisiva, no sentido de que tal predomínio do espetáculo no telejornalismo seria resultado de uma posição da própria empresa (no caso, a Record TV). “Para que as audiências aumentem é necessário tornar a informação mais apelativa e o caminho mais fácil é o da opção pela informação espetáculo (Canavilhas, 2002, citado em Coutinho, 2008, p. 9).

A Record TV, por meio do programa “Fala Brasil”, não pode se comprometer, enquanto enunciadora, a anunciar uma informação ainda não confirmada. Logo, utiliza-se tal situação para criar suspense e posteriormente causar alívio no telespectador, informando-o que Lázaro está definitivamente morto, que a “brincadeira de gato e rato chegou ao fim”. O termo “brincadeira de gato e rato” marca o momento em que o foco da matéria muda, quando o repórter Dionísio Freitas exalta a comemoração da população local. Fogos de artifício e o tom do próprio repórter entram em choque com a frase “divulgar a morte de alguém é algo muito sério”, bem como com a *hashtag* #CPFCance-

lado, utilizada pelo atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, em postagem do dia 28 de junho em sua conta no Twitter<sup>1</sup> para comemorar o fim da “caçada”.

<sup>1</sup> Disponível em:  
<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1409523075708751877>.

Como contraponto à estrutura clássica da pirâmide invertida, a dramaturgia do telejornalismo pressupõe a identificação da existência de um conflito narrativo como núcleo fundamental da enunciação. A estruturação do noticiário televisivo é feita em torno de situações-problemas que se constituem “em ganchos ou motores para a apresentação de ações e disputas posteriores” (Coutinho, 2018, p. 180). Outro ponto fundamental deste modo de narrar seria justamente “a presença de personagens no texto noticioso, de maneira latente ou manifesta, a partir de estereótipos frequentes em obras dramáticas”. O Lázaro em questão carrega em seu próprio nome a lembrança da personagem bíblica, o lazarento que causava medo e pânico pela mensagem de morte que sua presença trazia, pela iminência da peste.

#### **“UM TRABALHO NORMAL DAS FORÇAS POLICIAIS”**

Na mesma data da entrada ao vivo do “Fala Brasil”, o jornal “Hora News”, exibido pelo canal fechado Record News, veiculava uma entrevista exclusiva com a esposa de Lázaro. Na cabeça da matéria, a apresentadora do jornal “Hora News”, Kelly Godoy, convoca a audiência para o encontro do jornalista Roberto Cabrini com Helen. Cabrini dá início à entrevista com a seguinte apresentação:

Nós estamos falando neste momento aqui de Águas Lindas. É a primeira entrevista de Helen, uma jovem de 19 anos, a mulher de Lázaro Barbosa, mãe da filhinha dele, que tem apenas dois anos de idade. Ela está ao lado, neste momento, de Amélia, que é tia, irmã da mãe de Lázaro e uma pessoa que sempre teve muita influência sobre Lázaro. Lázaro sempre confiou muito na tia Amélia. Uma está

consolando a outra. É um momento de muita emoção. Eu pude testemunhar, no contato que eu tive com elas, que elas sempre fizeram um grande esforço para que Lázaro se entregasse (Cabini, 2021).

A primeira pergunta feita é: “Helen, como você recebe esse desfecho, a morte do seu marido?”. Ao que ela responde:

Acho que não precisava desse desfecho. Desde o início, eu tenho me disponibilizado pra ir na mata e eu tenho certeza que, se eu tivesse ido com ele cercado, ele ia se entregar. Os policiais do Goiás sempre quiserem ele pra matar (Cabrini, 2021).

Cabrini, não satisfeito com a resposta, intervém dizendo que não havia outra solução para a polícia. As mulheres argumentam, mas o jornalista volta a insistir em prol dos policiais, arguindo, em seguida, sobre como Helen pretende “tocar a vida”. Ela destaca, neste momento, que Lázaro nunca foi um mau marido ou pai para a filha dos dois, o que reconstrói sua humanidade. Helen se utiliza, em mais de uma oportunidade, da expressão “nosso menino”, o que também contribui para a humanização do personagem.

Vale destacar a postura de Roberto Cabrini quando Helen acusa um policial de lhe dar um tapa no rosto quando estava sendo interrogada: “Tinha uma soldada mulher e um policial homem, que bateu no meu rosto” (Cabrini, 2021). Cabrini diz que é um “trabalho normal que os policiais procurassem saber o paradeiro do Lázaro pelos parentes” e se utiliza da retórica com a pergunta “você entende isso, não entende?” Helen insiste que sofreu uma agressão e o jornalista a interrompe dizendo que “a gente só precisa tomar cuidado para não generalizar a ação de determinados agentes. O próprio secretário de segurança disse que isso vai ser devidamente investigado” (Cabrini, 2021).

A presença de personagens no discurso do telejornalismo aponta também para um percurso narrativo construído a partir de um roteiro chave, de

acordo com Coutinho (2018). Este percurso pode aparecer dentro da mesma matéria ou da emissão em questão, ou pode se estender para além da edição do telejornal em questão, alcançando outras edições, estendendo o drama para além, costurando, a partir do reaparecimento na grade de programação, o caráter seriado do telejornal, em consonância com o melodrama narrado na telenovela, como conferimos nesta entrevista feita depois da morte de Lázaro. Machado (2000) lembra que as narrativas seriadas na televisão estabelecem um conflito básico que define um desequilíbrio estrutural. Toda evolução posterior consiste em restabelecer o equilíbrio perdido. Reiterando o caráter de narrativa seriada presente no telejornalismo, a entrevista exclusiva com a esposa de Lázaro parece apontar para este objetivo, quando Cabrini reiteradamente tenta convencê-la de que as ações das forças de segurança tanto com Lázaro quanto com ela eram o único desfecho possível para esta história, o único modo de restaurar o equilíbrio perdido pelas ações de seu esposo.

É preciso destacar que as duas entrevistadas não mostram seus rostos em nenhum momento da veiculação por receio, como justifica Cabrini. Ambas estão cobertas por um casaco preto e de costas para a câmera. “A gente prefere se preservar”, diz Helen. Ao que a tia de Lázaro comenta que há muita revolta por parte da população e que “enquanto eu choro, a Helen chora, muitos batem palma, muitos soltam foguetes, muitos estão comemorando a morte dele”. O jornalista pergunta se é justo que a morte dele seja comemorada. Ao que Amélia responde negativamente: “Essas pessoas que estão comemorando, soltando foguetes não têm filhos, não têm parentes (...) para nós, é muito triste ver a pessoa comemorar a morte de outra com foguetes” (Cabrini, 2021).

Neste ponto, é preciso retornar à necropolítica, conceito central no argumento desenvolvido a partir da mirada que propõe-se no presente artigo sobre o caso Lázaro. Achille Mbembe (2016) afirma

<sup>2</sup> Vale lembrar o que afirmou o pensador brasileiro Silvio Almeida, em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, no dia 22/06/2020: quando a necropolítica - descrita por Achille Mbembe - torna-se modelo de gestão da vida, temos a instalação do Estado de Exceção, ou seja a suspensão do Estado de Direito. Programa disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0Iw.ta1409523075708751877>.

que, neste contexto, além de controlar a suspensão da morte, o Estado passa a utilizar a morte como tecnologia política<sup>2</sup>. Mbembe demonstra como o fascismo e o nazismo são a reprodução da mentalidade colonialista, aplicada em território europeu. Desta forma, o filósofo vai dizer que é preciso entender o exercício da dominação como algo que expande o terror do colonialismo para todos os lugares do mundo, inclusive para as antigas metrópoles, sem diferenças de bandeiras partidárias, tanto nas periferias urbanas quanto no interior do país, tanto em 1960, quanto em 2021.

### **CONCLUSÃO**

Busca-se apontar no presente artigo a (re)produção de fábulas, estereótipos e personagens que contribuem para a criação de dramaturgias nas veiculações telejornalísticas que ainda refletem uma sociedade estruturalmente racista e classista que “caça” sobretudo os homens negros e pobres, considerados os grandes culpados pelas violências cotidianas apresentadas e alimentadas pela grande mídia. O desenrolar desta dramaturgia se deu durante 20 dias de intensa cobertura e até atingir o seu clímax ao mostrar, em rede nacional, que o bandido da história finalmente foi encontrado.

Os jornalistas em questão representam a função de narradores dos fatos, aqueles que expõem os conflitos para o público presente. Através das transcrições dos dois programas televisivos, observamos a relevância do jornalista Roberto Cabrini na elaboração de ambas as narrativas apresentadas. Ao se utilizar da expressão “alvo abatido”, ele contribui para a construção estereotípica do bandido lazarento que precisa ser vencido pelos mocinhos, que, em sua visão, estão apenas fazendo seu trabalho. Acrescenta-se à forma de expressão de Cabrini, o modo como o outro repórter, Dionísio Freitas, dá o tom de comemoração à morte de Lázaro.

Estudar a dramaturgia é destacar não somente elementos textuais que compõem uma narrativa. A forma com que esta é levada à cena, as representações de cada personagem envolvido e os contextos temporal, espacial e, no caso do nosso objeto de estudo, social fazem-se fundamentais para o enten-

dimento do que está para além da veiculação telejornalística. Conclui-se, por exemplo, que as constantes interrupções à fala da esposa de Lázaro, Helen, são elementos paratextuais que denotam o silenciamento da tentativa de humanização do personagem dito antagonista desta história. Afinal de contas, aos olhos da sociedade e da mídia, como instituição determinante na construção de narrativas, as quais legitimam as ações do Estado exercendo seu poder sobre corpos negros, “bandido bom é bandido morto” e sem história, sem vida pregressa.

Lázaro Barbosa é ressuscitado através do discurso de veículos jornalísticos como o “Fala Brasil” e o “Hora News”. O outro Lázaro, o leproso, o mendigo, durante toda a sua vida, precisou lidar com o medo e a repulsa da população por conta das chagas que marcavam todo seu corpo. Confundem-se os Lázaros. O homem negro, temido pela sociedade, é morto com 38 tiros ao melhor estilo “bandido bom é bandido morto”, motivo de orgulho para a polícia e de comemoração para a população local e para a mídia nacional. Lázaro não foi ouvido na delegacia. Lázaro foi enterrado com suas 38 chagas e todos os seus crimes serão revelados ao longo semanas seguintes à sua morte. pois a “caçada” chegou ao fim.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Coutinho, I. (2008). Telejornalismo, público e informação: Da narrativa dramática à construção de identidades nacionais. *III Jornadas Internacionais de Jornalismo - Jornalismo e Democracia Representativa* (v. 1. pp. 01-20). Universidade Fernando Pessoa.

Coutinho, I. (2018). Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual: da dramaturgia do telejornalismo à análise da materialidade. In C. Emerim, I. Coutinho, & C. Finger (Eds.), *Epistemologias do telejornalismo brasileiro* (pp. 175-194). Insular.

Machado, A. (2000). *A televisão levada a sério*. Senac.

Mbembe, A. (2016). Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. *Revista Arte & Ensaios*, 32, 122-151.

## REGISTOS AUDIOVISUAIS

Cabrini, R. (2021, 28 de julho). Entrevista esposa de Lázaro Barbosa após morte do criminoso. Hora News, Record News, 28 jul. 2021. Programa de TV. Acessos: 07, 21, 30 jul. e 12 ago. 2021.

# “MEDIA” E EDUCAÇÃO: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Jane Alexandre Zefanias Mutsuque, *Universidade de Zambeze (Moçambique)*

Marlene Vanessa Marques Jamal, *Universidade Licungo (Moçambique)*

Moisés de Lemos Martins, *Universidade do Minho (Portugal)*

## **Resumo**

O estudo que fazemos aborda o tema dos *media* e o papel na promoção de valores e identidades locais. Esta reflexão, de base teórica, relaciona os meios de comunicação de massa e a construção da identidade com as relações sociais e culturais. Apresentamos a contextualização e as teorias que ilustram as nossas posições relacionadas com a cultura e com a sociedade moçambicana. Consideramos que o contacto entre os indivíduos, através das culturas é um repertório de ações humanas e dos seus produtos, guardados e transmitidos de geração em geração, como factores determinantes para a consolidação dos hábitos e costumes. Com este estudo esperamos construir uma janela onde os *media* exercem o seu papel valorizador da cultura local e, sobretudo, conferem o poder de discernir o bem do mal, assim como os valores e as ideologias que estão por detrás das textualidades mediáticas. Daí que se espera que esta reflexão contribua para o desenvolvimento de uma perspectiva comunicacional que se adegue aos mais variados ambientes culturais. A conclusão que apresentamos vai no sentido de podermos desenvolver uma teoria crítica, que atenda aos “devaneios” de dominação existentes nos *media*, resistindo à ideia de transformação social que não considere a valorização das identidades.

## **Palavras-chave**

*media*, identidades, culturas, globalização

## INTRODUÇÃO

Hoje, mais do que nunca, os meios de comunicação social exercem forte influência na transformação social, tendo, portanto, impacto em todas as esferas de desenvolvimento. O consumismo mediático, a disponibilidade de informação, tanto em quantidade como em qualidade, da mesma forma que influenciam o modo como interagimos com o mundo, contribuem também para a massificação do conhecimento. Este ambiente propõe novos desafios à educação, bem como ao seu papel na promoção da cultura e da identidade.

As mudanças mostram-se cada vez mais velozes, o que requer rápidas respostas para se compaginarem com as novas formas de organização da sociedade. Por essa razão, tomamos como questão norteadora a influência dos *media* e o seu crescente poder no que respeita àquilo que mantém o indivíduo como elemento de determinado local ou de determinada cultura.

No presente estudo, de cunho teórico-conceptual, a nossa reflexão pretende, a partir de uma abordagem qualitativa, discutir a coabitação dos traços identitários e as tendências mediáticas contemporâneas.

## IDENTIDADE, UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

É comum, no quotidiano, falar da *identidade* e associá-la a um conjunto de características, manifestações ou traços peculiares de um indivíduo, de uma comunidade, de uma nação ou até mesmo de um continente, assim como associá-la a um documento de identificação pessoal ou a um comprovante, que relaciona “uma coisa” (pode também ser uma pessoa) com outra. Raras são as vezes em que se pensa na complexidade do conceito, pois ele abarca questões muito amplas ligadas à cultura, etnia, raça, tribo, religião, género e sexualidade, nacionalidade, territorialidade, entre outros aspectos, alguns dos quais iremos tratar nesta reflexão<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Sobre a produção social da identidade, local, regional e nacional, ver Martins (1996). E sobre as identidades transculturais e transnacionais, ver Martins (2018).

Da multiplicidade relacional da percepção conceptual do termo *identidade* deriva toda a complexidade em abordar o tema, quer a perspectiva seja filosófica, quer seja sociológica. Todavia, há que encontrar um caminho ou uma base que permita estabilizar a nossa abordagem nesta reflexão. Para isso, tomamos como ponto de partida a abordagem filosófica feita por John Locke, filósofo empirista, que propõe a articulação de três categorias na definição de *identidade*: homem, pessoa e substância, as quais se relacionam com algo que existiu num determinado tempo e lugar, em sua forma única (Locke, 1999). Há, neste sentido, que fazer um tratamento peculiar das coisas vivas, em oposição aos átomos, pela pertença a uma organização funcional que lhes confere mudanças, ainda que muitas delas sejam gradativas.

Em Sociologia, a noção de *identidade* sustenta-se, fundamentalmente, no diálogo e na compatibilização entre o universo pessoal, interior, e o ambiente externo. Castells (2002, p. 22) refere que “[...] identidade é o processo de construção de significado tendo como base um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. Por sua vez, Hall (2006) sugere a concepção de identidade em três âmbitos: o sujeito na perspectiva iluminista, em que o indivíduo é totalmente centrado em si mesmo; o sujeito considerado sociologicamente, tendo por base a interação entre as pessoas, ou seja, entre eu e os outros; e o sujeito como uma entidade pós-moderna, cuja identidade é instável, provisória e contraditória.

Partindo do princípio da “tábua rasa”, expressão cunhada por John Locke, os indivíduos nascem com uma consciência desprovida de qualquer conhecimento, sendo, portanto, iguais uns aos outros. O processo de construção de conhecimento – conhecer, saber e agir – é acionado assim que se dá o nascimento. Neste caso, a experiência que o indivíduo acumula é determinante para a formação das ideias geradas a partir da sensação e/ou da reflexão. Locke (1999, p. 57) defende a ideia segundo a qual:

todo o nosso conhecimento está nela fundado, e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento. Empregada tanto nos objetos sensíveis externos como nas operações internas de nossas mentes, que são por nós mesmos percebidas e refletidas, nossa observação supre nossos entendimentos com todos os materiais do pensamento. Dessas duas fontes de conhecimento jorram todas as nossas ideias, ou as que possivelmente teremos.

Conjugando os aspectos acima assinalados, o conceito de *identidade* pode sintetizar-se a partir da proposta de Ferreira (2004) que o associa a cinco características, nomeadamente: a *individualidade*, onde o indivíduo se constrói; a concretude, articulação com uma vida concreta, alicerçada numa sociedade concreta; a *temporalidade*, pela transformação ao longo do tempo; a *sociabilidade*, em que o indivíduo só existe num contexto social; e, por fim, a *historicidade*, onde o indivíduo está inserido num projecto. Portanto, a construção da identidade acontece nas relações interpessoais, as quais

são mediadas por crenças, padrões, práticas e normas de toda uma sociedade e esta, por sua vez, em parte, é constituída por esse mesmo indivíduo dela participante, em um processo contínuo e dinâmico de mútua construção, cuja direção não é casual, mas determinada pelo somatório das ações políticas de todos os indivíduos que a constituem. (Ferreira, 2004, p. 42)

O contacto e a interacção entre os indivíduos constitui um repertório de ações humanas e dos seus produtos, guardados e transmitidos de geração em geração, sendo esta, hoje, a dinâmica das culturas (Martins, 2003, 2010). Assim, é possível falar de formas de manifestação tradicional, associadas à cultura material, por exemplo, um determinado tipo de roupa, de armas, de habitações, e de uma cultura imaterial, associada a elementos simbólicos, nomeadamente, hábitos, danças, rituais e linguagens. Cada sociedade estrutura a sua cultura a partir destas duas dimensões, as quais são transmitidas

oralmente ou por contacto físico.

Contrariamente ao que aconteceu no passado, a vida urbana e a cultura de massas promovem processos de *homogeneização cultural* (Martins, 2018). Pode-se, assim, considerar, por um lado, que a *identidade* cultural é o sentimento de *identidade* de um grupo e, por outro, é a cultura de um indivíduo, na medida em que é influenciado pela história, nacionalidade, idioma, crença e etnia, os quais formam, assim, o seu carácter enquanto sujeito. Para Hall (2006, p. 11), “o sujeito tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘externos’ e as identidades que esses mundos oferecem”, o que significa que a *identidade* do indivíduo é resultado da interação entre o indivíduo consigo mesmo e com a sociedade.

### **O CONSUMISMO MEDIÁTICO**

Com a globalização e o advento da Era da Informação, que se dá no último século, marcado pela aceleração tecnológica e a consequente introdução de mecanismos digitais de rádio, televisão, telefone e, fundamentalmente, com a introdução da internet – primeiro a web 1.0 e, mais recentemente, a web 2.0 –, os processos comunicacionais estão numa contínua metamorfose. Estas transformações verificam-se, tanto sob o ponto de vista de interação interpessoal e intergrupar, quanto nos processos de comunicação, relativamente à lógica de produção, distribuição, ao consumo do conteúdo mediático e ao engenho, que concorrem todos para a atividade comunicativa.

Os novos mecanismos de comunicação têm estado a actuar de forma determinante na construção de uma sociedade globalizada, daí que os *media* exercem um papel fulcral na construção das identidades. Para Wilson e Peterson (2002), as novas configurações no ciberespaço são formas de inclusão do cidadão nas comunidades visuais impulsionadas pelas tecnologias. Para além disso, abrem as comunidades para a reprodução dos seus valores culturais, divulgação e busca das suas identidades através da partilha de conhecimentos. Porém, na prática, em comunidades com baixas taxas de alfabetização,

pouca disponibilidade de recursos tecnológicos e fraco poder de influenciar as políticas de *media* sociais, tanto globais, como locais, como acontece em grande parte dos países em via de desenvolvimento da América Latina, África e Ásia, o processo de adoção de referências culturais locais do indivíduo tem sido cada vez menor. Este fator é resultante da progressiva aculturação, que nada mais é do que uma adaptação a outra cultura e/ou a retirada de traços significativos da cultura autóctone. Contudo, não se deixa de lado a importância da interação cultural com outros povos, outras identidades.

Tomando Moçambique como exemplo, o índice de alfabetização é de 39%, (INE, 2019), o que pressupõe que parte significativa da população não sabe ler nem escrever nos idiomas tribais, regionais ou nacionais. Muito menos terá capacidade de entender as linguagens mais complexas utilizadas no ensino oficial, no comércio, no espaço da diplomacia internacional, ou aprender línguas estrangeiras. Ainda que existam limitações em termos de infraestrutura tecnológica e da sua oferta e acessibilidade, deve-se notar que o número de consumidores das várias plataformas de *media* sociais é crescente, mesmo prevalecendo as baixas taxas de habilidade de leitura e interpretação de textos escritos. A propósito do uso limitado da tecnologia de comunicação e informação em países subdesenvolvidos, Omojala (2009, p. 36, citado por Joanguete, 2016), chama a atenção para a exclusão de conteúdo, sobretudo, das línguas minoritárias. As línguas minoritárias, em grande parte restritas ao território nacional por motivações históricas, socioeconómicas, políticas, religiosas, entre outras, são trazidas a esta reflexão pela importância que exercem na construção e estabilização da cultura, no geral, e da identidade, em particular.

Outra questão decorrente do espaço mediático e que de forma significativa concorre e interfere negativamente na construção da identidade tem a ver com *os processos sistémicos de menorização política das línguas*. Uma reflexão feita por Joanguete (2016), a partir de uma comparação de influência linguística no contexto internacional, refere que o universo populacional que fala determinadas línguas no mundo pode observar que algumas línguas europeias dominantes no ciberespaço são minoritárias em relação às outras

línguas do mundo com maior expressão. Em contrapartida, existem grupos linguísticos africanos, como *Hausa*, falada por 70 milhões de pessoas, *Suaíli* por 100 milhões, *Yoruba* por 40 milhões, que, todavia, não têm presença no ciberespaço que equivalha às línguas inglesa, espanhola, francesa, italiana ou portuguesa.

Como fizemos referência, o mote desta discussão teórica atravessa a influência dos *media* face ao crescente poder que eles vêm adquirindo em todo o mundo. Pouca atenção se dá às implicações daquilo a que John Thompson classifica como “sociedade mediada” ou da “cultura mediada”. A propósito, Kellner (2001, p. 64) defende que “a produção da mídia está, portanto, intimamente imbricada em relações de poder e serve para reproduzir os interesses das forças sociais poderosas, promovendo a dominação ou dando aos indivíduos força para a resistência e luta”. O “autoritarismo” exercido através dos *media* na construção da realidade, ainda que possa parecer uma afirmação bastante forte, influencia a construção de diversas narrativas: se uma coisa existe ou deixa de existir, se é ou não verdadeira, etc.

É importante sublinhar que esta reflexão não pretende aprofundar o grau de estabilidade ou de flutuação que pode advir dessa discussão, o que vale dizer que o objectivo é nada mais do que arquitetar um formato que permita materializar o matrimónio entre os *media* e a cultura autóctone.

Se retomarmos a proposta de John Locke sobre o processo de formação da identidade, partindo da ideia da “tábua rasa”, poder-se-á compreender o impacto dos *media* no exercício da intermediação de valores (culturais). Os valores ocupam um lugar crucial na vida, por mobilizar e estimular os indivíduos, tendo em vista a realização de ações sobre si e sobre outros entes.

Tradicionalmente, o consumo está também associado ao poder de aquisição e à exaustão, podendo, portanto, ser visto como um artefacto “colonizador”, que impõe formas de ser e estar, condicionando mesmo a construção de um paradigma. O consumo mediático impõe novas formas de narrar eventos, culturas e tradições. Além disso, novos objetos e novas experiências são construídos e configurados. Em reacção, novas formas de mediação dão corpo às dimensões comunicacionais socioculturais e políticas. Deste ponto

de vista, o consumo corresponde a uma experiência e a um conhecimento, os quais configuram uma prática identitária que pugna pela valorização de uma ética hedonista.

Fora dos desígnios mercadológicos, os *media* pautam a agenda de discussão na sociedade, o que faz com que se torne responsável pela construção da subjetividade dos indivíduos, pois ela faz-se presente no ambiente (interior) das residências, nas ruas, nas instituições, entre outros espaços repletos de cenários mediáticos. Sociologicamente, pode-se afirmar que, em grande parte, os indivíduos são o que são à medida que os *media* fazem que eles também assim sejam. Geralmente este panorama não oferece espaços de reflexão e, fundamentalmente, de questionamento conducente à construção de conceitos. Com isso, os *media* tendem a padronizar formas de convivência e de relacionamento, impõem padrões de consumo, de ser, de estar e de fazer de forma acrítica, incluindo formas de expressão de sentimentos.

Com o aprimoramento da tecnologia, os *media* conseguem empanturrar a sociedade com excessivas doses de mensagens, ao ponto de influenciar o consumo e os hábitos cotidianos. Não se pode negar a importância estratégica dos *media* para o desenvolvimento: “a evolução técnica deveria ampliar o conhecimento das sociedades e dos homens que as habitam” (Moraes, 2003, p. 7). Todavia, os resultados até agora alcançados comprometem a ideia de uma cultura local em diálogo com a cultura global. A propósito, Moraes (2003, p. 7) refere que “o que observamos é uma perversa inversão: as técnicas avançadas tendem a ser apropriadas pelas elites e por actores influentes em função de objetivos particulares, quase sempre voltados a interesses empresariais”. Tais elites e actores sociais estão, conseqüentemente, pouco interessados nas comunidades e seus interesses específicos.

### **O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA PROMOÇÃO DA CULTURA**

Actualmente, uma grande parte dos Estados adoptou a forma de gestão baseada na democracia, fundada na igualdade de participação. A globalização, uma das conseqüências da democracia da comunicação, orienta suas

ações baseando-a na integração económica, social, cultural e política. Para a materialização desses objectivos, os *media* têm exercido um papel determinante, porquanto permitem a conexão em linha e reduzem as distâncias espacio-temporais entre os vários intervenientes. Contudo, ainda que proporcione vantagens significativas para o bem-estar social, esta forma de estar mobiliza novas formas de identificação colectiva, que em muitos casos não são determinadas pela lógica territorial (identidade nacional). Esta tendência agrava-se na medida em que se aprofunda o funcionamento das instituições, pois muitas delas têm a necessidade de promover boa imagem económica, de modo a granjear simpatia no panorama internacional. “Esta identidade colectiva que surge é uma forma de exteriorizar uma nova subjectividade” (Canclini, 1995). A perda da referência da identidade nacional no sistema de produção global exige do coletivo um esforço de construção da identidade.

Todavia, há que refletirmos se os *media* oferecem espaço para a participação igualitária e consciente dos mais variados consumidores; se não se servem dela apenas para cuidar dos seus interesses; e se há espaço para que o cidadão possa exercer o seu papel na formação da “sua própria identidade”. É preciso questionar: que ações educativas permitirão velar por essa influência dominante? Não basta levantar questões, é preciso mapear a influência dos *media* e procurar soluções locais e sustentáveis. Kellner (2001, p. 132) defende que “é preciso procurar saber que imagens, figuras e discursos da cultura dos *media* tornam-se dominantes e rastrear seus efeitos através de vários circuitos”.

Nesta época rotulada de Era Mediática, os *media* promovem em grande escala novos paradigmas, que “colonizam” povos numa escala universal. Para inverter esta tendência, a educação deve desempenhar um papel na construção de uma “consciência advertida” sobre o “bem” e o “mal” dos *media*. “Desde Foucault, passou-se a admitir que o poder e o conhecimento estão intimamente imbricados, e que o prazer está vinculado a ambos. Aprendemos o que apreciar e o que evitar. Aprendemos quando rir e quando aplaudir” (Kellner, 2001, p. 59). Portanto, o papel da educação não seria de dar respostas, mas, pelo contrário, de possibilitar indagações frequentes sobre o “que é”, o “que se espera”, etc. A este propósito, Paulo Freire defende que a educação

deve desempenhar um papel sobre a prática dialógica. Este autor refere que a essência do processo educativo é fazer perguntas para permitir respostas reflexivas, de modo a tomar consciência e a buscar razões para suas ações. Nesse sentido, a educação deve ser autónoma e libertadora (Freire, 2011). Assim, a comunicação como sistema integrador dos *media* deve ser educativa e deve incorporar na sua forma de ser essa provocação.

Essas questões, que remetem para um exame das qualidades do bem servido, devem modelar a sua interferência sobre as práticas nativas. Isso não quer dizer que elas devem distanciar-se do real, ou que não devem cumprir com seu propósito. Pelo contrário, devem evitar formas deterministas, unidirecionais, verticais, pois assim os *media* tornam-se uma forma “antiética”, desenquadrados que estão de uma relação libertadora. Nos moldes em que os *media* se apresentam actualmente, actuam sob dominação e manipulação. Os pais e os professores têm neste exercício um papel preponderante. Eles devem estabelecer práticas dialógicas com a sociedade e, em particular, com a criança, de modo a que esta não esteja tão exposta (pelo menos enquanto não dispõe de capacidade intelectual para compreender os fenómenos sociais e culturais), evitando que os valores identitários não sejam comprometidos.

A criança vê e observa muito mais do que se imagina: para ela ver ou observar não se limita a restringir/proibir, mas sim a dialogar.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em tempos actuais, é importante pensar na comunicação como agente agregador, factor de promoção dos valores e da cultura. Os *media*, como factor de globalização, devem enraizar-se nas comunidades, de modo a construir narrativas locais. Desta forma, a comunicação irá cumprir o seu dever integrador. É importante valorizar todas as narrativas, pois cada uma delas tem o seu valor. Este procedimento concorre, sem dúvida, para promover a participação igualitária. Quando não há reflexão, há exclusivamente adopção, repetição, e isso é contraproducente. Embora o consumo dos *media* deva ser promovido, eles não podem ser um meio que incapacite o questionamento.

É preciso encontrar estratégias locais para a promoção de novas formas de interação no ciberespaço, através das línguas locais. Este procedimento vai permitir a igualdade e a coexistência, o que permite gerar um vínculo com as suas raízes linguísticas e culturais.

O estudo crítico da relação entre os *media* e as culturas deve sustentar-se pelo constante questionamento dos métodos, suas posições, seus pressupostos e, sobretudo, as formas de intervenção social, de modo a não se perder de vista seus objectivos. Isso significa mapear o panorama mediático, as estruturas e os interesses locais e comungar com o global, de modo a estabelecer um diálogo com o novo/outro. A educação, em comunhão com a comunicação, deve cumprir seu papel de formação, preservando os valores culturais e as dinâmicas da sociedade contemporânea.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Canclini, N. (1995). *Consumidores e cidadãos*. EdUFRJ.
- Castells, M. (2002). *O poder da identidade*. Paz e Terra.
- Ferreira, R. F. (2004). *Afrodescendentes: identidades em construção*. EDUC.
- Freire, P. (2011). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Hall, S. A. (2006). *Identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A.
- Instituto Nacional de Estatística (2019). *IV Recenseamento geral da população e habitação 2017 – resultados definitivos*. INE. <http://www.ine.gov.mz/iv-censo-2017>
- Joanguete, C. (2106). *Imprensa moçambicana: Do papel ao digital - Teorias, histórias e digitação*. CEC Editores.
- Kellner, D. (2001). *A cultura da mídia*. EDUSC.
- Locke, J. (1999). *Ensaio acerca do entendimento humano*. Nova Cultura Editora.
- Martins, M. L. (1996). *Para uma inversa navegação – O discurso da identidade*. Afrontamento.

Martins, M. de L. (2003). O cotidiano e os média. *Todas as Letras*, 5, 97-105. <http://hdl.handle.net/1822/1064>

Martins, M. de L. (2010). Linguagem, verdade e conhecimento. As ciências da comunicação e o contemporâneo. In Silva, A. S. et al. (Eds), *Comunicação, cognição e media*, (pp. 77-86). Braga, Universidade Católica, Aletheia Editores. <https://hdl.handle.net/1822/24118>

Martins, M. de L. (2018). A lusofonia no contexto das identidades transnacionais e transcontinentais. *Letrônica*, 11(1), 3-11. <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2018.1.30438>

Moraes, D. (2003). A vida na era da saturação midiática. *C-legenda - Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense*, 2, 1-7. <http://dx.doi.org/10.22409/c-legenda.v0i12.26192>

Wilson, Samuel M., & Peterson, Leighton C. (2002). The Anthropology of online communities. *Annual Review of Anthropology*, 31, 449-467. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.31.040402.085436>

UMA INICIATIVA

acep 2



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



CECS  
CENTRO DE ESTUDOS  
COOPERATIVOS  
E DE LINGUAS

APOIO

C CAMÕES  
INSTITUTO  
DA COOPERAÇÃO  
E DA LINGUA  
PORTUGAL  
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

ASSOCIADA

12 1513 90  
FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA